

RELATÓRIO ANUAL

24


FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS



15 anos a abrir portas ao conhecimento

Fundada em 2009, a Fundação Francisco Manuel dos Santos completou 15 anos de atividade em fevereiro de 2024. Ao longo desta década e meia, criou a Pordata, uma base de dados estatísticos com informação de dezenas de entidades oficiais nacionais e internacionais, publicou 75 estudos e 260 livros sobre a realidade portuguesa, e organizou centenas de debates sobre os temas mais relevantes para o país. Tal como fez até aqui, a Fundação continuará a trabalhar para democratizar o conhecimento e a informação fidedigna e de qualidade, para benefício dos portugueses do presente e das futuras gerações.

RELATÓRIO ANUAL





94.ª Feira do Livro de Lisboa

29 de maio a 16 de junho de 2024

A Fundação levou a cabo um intenso programa cultural na Feira do Livro de Lisboa, que incluiu 14 debates sobre as suas publicações e três programas de rádio feitos em parceria com a Renascença. Esta edição registou, além de uma notável presença de jovens, um crescimento de vendas na ordem dos 40% em valor e 29% em volume.

A FUNDAÇÃO EM NÚMEROS

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

ENSAIOS
DA FUNDAÇÃO
-20%
agora 2,80€

ENSAIOS
DA FUNDAÇÃO
-20%
agora 4€

ENSAIOS
DA FUNDAÇÃO
-20%
agora 2,80€

ENSAIOS
DA FUNDAÇÃO
-20%
agora 4€



Estudos



2

Estudos

2

Barômetros



22

Candidaturas analisadas

6 internacionais
16 nacionais



60

**Participantes
na Escola de Verão**

Publicações



23

Livros editados



+27%

**Vendas em valor
(vs. 2023)**

Eventos e Comunicação



67M

Audiência total das atividades da Fundação (+9% vs. 2023)



314

Conteúdos disponibilizados nos canais da Fundação

Digital



470m

Seguidores nas redes sociais (+11% vs. 2023)



119m

Média mensal de utilizadores do site (+16% vs. 2023)

não é assim tão
Smples.

12

Programas, 3 ao vivo



+33%
(vs. 2023)



5088

notícias nos media
(+4% vs. 2023)

Índice

ATIVIDADE

1.
Introdução

11

2.
Órgãos Sociais

12

3.
Participação no Centro
Português de Fundações

13

4.
Gestão Operacional

14

5.
Estudos

19

6.
Publicações

25

7.
Pordata

28

8.
Comunicação e Eventos
da Fundação

32

9.
Área Digital

38

10.
A Fundação e os *Media*

41

11.
Relatório Financeiro
do Exercício de 2024

48

12.
Perspetivas para 2025

48

CONTAS

1.
Balanço

52

2.
Demonstração
dos Resultados
por Naturezas

53

3.
Demonstração
de Fluxos de Caixa
(método direto)

54

4.
Anexo

55

- Certificação Legal
das Contas

73

- Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal

75

ANEXOS

- I.
Carta de Princípios

78

- II.
Estatutos

79

- III.
Declaração de Princípios
e Código de Boas Práticas

85

- IV.
Declaração de Utilidade
Pública de 2010
e Ratificação de 2023

92

- V.
Despacho de Autorização
de Alteração Estatutária

94

- VI.
Despacho de Isenção
de IRC

95

- VII.
Organigrama da Fundação
a 31/12/2024

96

- VIII.
Procedimentos para a
Avaliação de Atividades
da Fundação

97

- IX.
Protocolos e Parcerias
em Vigor a 31/12/2024

98

- X.
Órgãos Sociais da
Fundação a 31/12/2024

101

- XI.
Lista de Estudos
da Fundação

101

- XII.
Lista dos Ensaios
da Fundação, 2010-2024

107

- XIII.
Lista dos Retratos da
Fundação, 2014-2024

111

- XIV.
Lista de Outros Livros
da Fundação, 2014-2024

113



Migrações, não é assim tão simples

18 de abril de 2024

A primeira gravação ao vivo do programa «Isto não é assim tão simples» em 2024 aconteceu em abril, no Auditório da Faculdade de Medicina Dentária, em Lisboa. Perante uma plateia de 280 pessoas, o geógrafo e sociólogo holandês Hein de Haas analisou o atual panorama mundial dos fluxos migratórios e apresentou o seu mais recente livro, *Como Funciona Realmente a Migração: Um guia factual sobre a questão que mais divide a política*.

ATIVIDADE


FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS



FUND
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

isto não é assim tão
simples.

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Em 2024, a Fundação Francisco Manuel dos Santos reforçou o seu compromisso com a produção e a disseminação de conhecimento, promovendo debates e outras iniciativas que contribuíram para uma sociedade mais informada e participativa.

1.

Introdução

EM 2024, a Fundação Francisco Manuel dos Santos continuou empenhada em cumprir a sua missão de promover o conhecimento e a reflexão sobre a realidade portuguesa, através de uma série de iniciativas e projetos que marcaram o ano. Logo em janeiro, a Fundação deu continuidade ao programa «Cinco Décadas de Democracia: O que mudou», com a emissão dos primeiros quatro minidocumentários dirigidos aos jovens, destacando as mudanças que ocorreram no país desde o 25 de Abril. Este programa incluiu também uma exposição das infografias da Pordata sobre o tema, que percorreu escolas secundárias de norte a sul do país, alcançando cerca de 650 mil alunos.

Na área científica, a Fundação reforçou a sua estratégia de internacionalização e impacto, com a adjudicação de novos estudos, *policy papers* e barómetros. Entre os projetos científicos publicados em 2024, destacam-se: o *Barómetro da Política Europeia*, coordenado por Ana Maria Belchior (ISCTE-IUL) e Lea Heyne (ICS-ULisboa), que explora a relação dos portugueses com a União Europeia; o estudo *O Impacto do IRC na Economia*

Portuguesa, coordenado por Pedro Brinca (Nova SBE), que analisa os efeitos que os impostos sobre os lucros das empresas têm no crescimento económico; o estudo *Idadismo no Mercado de Trabalho*, coordenado por David Patient (Vlerick Business School), que investiga as tensões geracionais no local de trabalho; o *Barómetro da Corrupção*, coordenado por Luís de Sousa (ICS-ULisboa) e Susana Coroado (Dublin City University), que avalia as perceções dos portugueses sobre a corrupção; e o *Barómetro da Imigração: A perspetiva dos portugueses*, coordenado por Rui Costa Lopes (ICS-ULisboa), que analisa as opiniões e atitudes da população portuguesa face à imigração.

A Pordata, por sua vez, deu continuidade ao trabalho de redesenho da sua estrutura tecnológica e gráfica, lançando um novo portal mais interativo e acessível. A navegação foi otimizada, dando-se prioridade à eficácia do sistema de pesquisa. Os conteúdos passaram a oferecer maior atualidade e profundidade, permitindo um cruzamento mais detalhado da informação. A apresentação dos dados também evoluiu, destacando-se

indicadores-chave e proporcionando-se maior interatividade ao utilizador na exploração de gráficos e tabelas. O novo portal da Pordata passou a disponibilizar uma área de simuladores, permitindo aos utilizadores obterem informações sobre o valor do IMI em cada freguesia do país e sobre a atualização monetária de valores do passado.

Na área das publicações, a Fundação manteve um fluxo constante de edições, com destaque para a coleção «Pela Sua Saúde — Atividade Física e Bem-Estar», em parceria com a Faculdade de Motricidade da Universidade de Lisboa, e para o livro de final de ano *Emblemas de Portugal*, de Miguel Metelo de Seixas. Além disso, na Feira do Livro de Lisboa deste ano, a Fundação registou um crescimento significativo de vendas, fruto do intenso programa cultural desenvolvido ao longo das três semanas do evento.

A programação própria da Fundação também se destacou. Deu-se continuidade ao *podcast* «[IN]Pertinente», desta vez com novas duplas de comunicadores e investigadores, dedicadas às mesmas áreas: política, sociedade, ciência e economia. Na área da política, abordaram-se temas de teoria política; na área da sociedade, tratou-se de longevidade, psicologia cognitivo-comportamental e criminalidade; na área da ciência, focou-se a neurociência; por fim, na área da economia, abordou-se o tema da macroeconomia. No *videocast* «Isto não é assim tão simples», além dos programas *online*, produziram-se episódios ao vivo sobre migrações — com Hein de Haas — e sobre o planeta em mudança — com Peter Frankopan. A parceria com a RTP resultou na coprodução de três documentários: *Viva a Democracia*, *Portugal na Europa* e *A Revolução da Energia Limpa*.

Em 2024, a Fundação Francisco Manuel dos Santos reforçou o seu compromisso com a produção e a disseminação de conhecimento, promovendo debates e outras iniciativas que contribuíram para uma sociedade mais informada e participativa. Reforçou, ainda, a sua estratégia de impacto e internacionalização. A diversidade de projetos desenvolvidos — dos estudos científicos e barómetros de opinião aos documentários, *podcasts* e à modernização da Pordata — demonstrou a relevância do trabalho da Fundação para a compreensão e a análise da realidade portuguesa. Com uma aposta contínua na inovação e no impacto, a Fundação mantém-se como um pilar fundamental para que a sociedade portuguesa enfrente os desafios futuros, incentivando à reflexão crítica e disponibilizando informação rigorosa.

2. Órgãos Sociais

OS ÓRGÃOS SOCIAIS da Fundação Francisco Manuel dos Santos são compostos pelo Conselho de Curadores, a Comissão de Vencimentos, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Comissão Executiva, sendo fundamental o seu contributo para o cumprimento da missão e dos objetivos da Fundação.

Em 2024, os Conselhos de Curadores e de Administração reuniram-se já com a composição cujo mandato termina em 2027: Eduardo Marçal Grilo e D. Manuel Clemente cessaram funções como curadores, e passaram a fazer parte deste Conselho Ricardo Reis, Maria Manuel Mota e Fátima Barros, estas últimas

transitando do Conselho de Administração. Chegou igualmente ao fim o mandato do administrador Nuno Crato, tendo a diretora-geral da Fundação, Teresa Mourão-Ferreira, passado a integrar o Conselho de Administração.

A constituição dos órgãos da Fundação é a seguinte:

Conselho de Curadores

José Soares dos Santos (presidente), Alda Carvalho, António Lobo Xavier, Fátima Barros, Jaime Gama, Luís Amado, Maria Manuel Mota, Nuno Garoupa, Ricardo Reis

Comissão de Vencimentos

José Soares dos Santos (presidente), António Lobo Xavier, Luís Amado

Conselho de Administração

Gonçalo Saraiva Matias (presidente), António Araújo, Inês Soares dos Santos Canas, Luísa Loura, Teresa Mourão-Ferreira

Comissão Executiva

Gonçalo Saraiva Matias (presidente), António Araújo, Luísa Loura, Teresa Mourão-Ferreira

Conselho Fiscal

Henrique Soares dos Santos (presidente), Paula Prado, EY (representada por Pedro Marques)

Ao longo do ano, a Comissão Executiva reuniu-se, por norma, semanalmente, tendo assegurado que os órgãos sociais se encontravam informados acerca da atividade da Fundação. A estes, tal como aos membros da sociedade instituidora, manteve-se o envio mensal da *newsletter* da Fundação, um documento que, de forma sucinta e elucidativa, resume o que a Fundação concretizou em cada mês e uma sugestão dos eventos que organiza no mês seguinte. A *newsletter* foi regularmente enviada com o relatório financeiro

mensal, preparado por José Quinta (assessor financeiro).

Os contributos do Conselho Fiscal e do auditor externo foram, tal como tem sido regra desde 2009, essenciais para o escrutínio da atividade da Fundação, assegurando uma total transparência financeira e contabilística.

De igual modo, a Fundação mantém um diálogo permanente com a Presidência do Conselho de Ministros, que desempenha legalmente as funções de órgão de supervisão do setor fundacional português, cumprindo rigorosamente as normas e os preceitos legais que, com essa finalidade, têm vindo a ser aprovados.

3.

Participação no Centro Português de Fundações

NO ANO DE 2024, a Fundação Francisco Manuel dos Santos manteve, através do seu administrador executivo António Araújo, uma participação ativa na Direção do Centro Português de Fundações (CPF), no âmbito da qual foram levadas a cabo diversas iniciativas nacionais e internacionais de defesa e promoção do setor fundacional português, algumas das quais contaram com o apoio de João Tiago Gaspar. No final do ano, António Araújo foi reeleito para um novo mandato como vogal da direção do CPF.

4.

Gestão Operacional

EM 2024, a equipa operacional da Fundação foi liderada pela administradora executiva Teresa Mourão-Ferreira. A gestão corrente, como tem sido prática, foi delineada pela Comissão Executiva, contando assim com o contributo dos demais membros deste órgão, que dirigem as áreas científica e de publicações e a Pordata.

De acordo com a nova estratégia da Fundação, e por forma a reforçar os seus pilares de afirmação institucional, impacto e internacionalização, a equipa operacional foi ajustada ao longo deste ano. João Tiago Gaspar passou a desempenhar a função de *Head* de Conteúdos e Relações Internacionais e Carlos Jalali acumulou a função de consultor da área de instituições com a de coordenador da equipa de estudos em regime de prestação de serviços.

No âmbito da importante transformação em curso na Pordata, a estrutura da sua equipa foi reorganizada em duas áreas, uma técnica e outra de conteúdos. Cessou funções a gestora da base de dados estatísticos, Inês Falcão, e foi integrada na equipa, entre janeiro e agosto, Joana Mateus, enquanto gestora de conteúdos. Por forma a apoiar a equipa na preparação do novo portal, colaboraram ainda na Pordata, como consultores externos, Ana Teodósio, Catarina Ruivo, Joana Mateus (entre setembro e dezembro), João Pinto (através da empresa Xpand IT), João Verdasca e Marta Miranda.

No final de setembro, a liderança da área de marketing, inovação, produção audiovisual e eventos foi entregue a Mariana Vaz da Silva, na sequência do regresso de Teresa Pina ao Oceanário de Lisboa. Richard Freuis reformou-se no início de 2024, mas as suas funções

de produção da programação própria da Fundação eram já asseguradas por Maria Eiró desde o final de 2023.

A assessoria de imprensa e gestão de parcerias com órgãos de comunicação social foi desempenhada, até abril, por Mariana Vaz da Silva, sendo posteriormente assumida por Maria Ferreira, através dos serviços da sua empresa.

No final de 2024, a equipa operacional da Fundação tinha a seguinte composição:

Estudos (equipa científica) João Tiago Gaspar (*Head* de Conteúdos e Relações Internacionais), Carlos Jalali (Coordenação — consultor externo), Rita Rosado, Clara Bento, Inês Renda, Maria Gomes da Silva

Pordata Ana Luísa Barbosa (*Team Leader*), Mónica Santos, Joana Zózimo, Sofia Barão, Andreia Marçal, Felipe Clemente

Publicações e reporting Susana Norton (*Team Leader*), Duarte Vaz-Pinto (consultor externo)

Canais: digital e social Filipa Coelho, Fábio Inácio

Gestão de conteúdos digitais e redes sociais Joana Ferreira da Costa (*Team Leader*), Joana Batista, Catarina Gonçalves

Assessoria de imprensa e gestão de parcerias de media Maria Ferreira (consultora externa)

Marketing e inovação, produção audiovisual e eventos Mariana Vaz da Silva (*Team Leader* a partir de setembro), Teresa Pina (*Team Leader* até agosto), Richard Freuis (até fevereiro), Maria Eiró

Assistente executiva e do presidente do Conselho de Administração Isabel Bernardes

Finanças José Quinta

IT e sistemas Géssio Moreira

Neste ano em que a Fundação comemorou a sua primeira década e meia de existência, registou-se um aumento significativo da notoriedade espontânea da Fundação para, de 15% em 2023 para 18%, para o que muito contribuiu o empenho de toda a equipa na divulgação dos vários projetos. O espaço que em 2024 os órgãos de comunicação social dedicaram ao trabalho da Fundação (além do espaço dedicado aos projetos desenvolvidos em parceria) equivaleria a cerca de 258 milhões de euros se fosse pago (um AAV [*automatic advertising value*] 27% acima do de 2023). A programação da Fundação foi vista 67 milhões de vezes, o maior alcance registado até hoje, tendo crescido 9% em relação ao ano anterior. Para isso, foi fundamental a programação desenvolvida em parceria com todos os principais órgãos de comunicação do país, com um aumento de audiências de 21%. O custo por contacto foi de 0,09€, 10% abaixo de 2023.

O trabalho desenvolvido pela equipa respeitou os três pilares estratégicos em vigor: impacto e mudança; internacionalização; afirmação institucional. A par dos estudos, foram lançados *policy papers* e barómetros, os quais conferiram à Fundação maior rapidez de intervenção e de resposta aos desafios que Portugal enfrenta, através dos diagnósticos e das recomendações contidos nestes documentos. Promoveram-se reuniões com os principais *stakeholders* de cada área. Realizaram-se várias apresentações no estrangeiro, divulgou-se o programa de estudos trienal, o qual atribui prioridade às propostas com dimensão internacional, e reforçaram-se o contacto e as parcerias com universidades, fundações e *think tanks* europeus e atlânticos.

O tema-chave do ano foi «Cinco Décadas de Democracia». Lançaram-se os primeiros quatro minidocumentários,

especialmente dirigidos aos jovens, sobre o que mudou no país desde o 25 de Abril e montou-se uma exposição das infografias da Pordata sobre o tema, que foi levada a escolas secundárias de norte a sul do país, chegando a 650 mil alunos. Esta exposição foi também adaptada a módulos tridimensionais, exibidos na Feira do Livro de Lisboa e, posteriormente, nos locais mais emblemáticos de algumas cidades.

Concluiu-se o trabalho de redesenho da estrutura tecnológica e gráfica da Pordata e lançou-se o novo portal. O processo teve alguns desafios, obrigando a suspender a comunicação da Pordata nas redes sociais da Fundação e a diminuir o número de *press releases* divulgados (apenas seis, por comparação com os oito divulgados em 2023). O impacto fez-se sentir nas notícias que os meios de comunicação publicaram acerca da Pordata, com um número total de 2589 (–15% do que em 2023), em parte compensado por uma quebra não tão acentuada do AAV das

A programação da Fundação foi vista 67 milhões de vezes, o maior alcance registado até hoje, tendo crescido 9% em relação ao ano anterior.

A equipa contribuiu com o seu trabalho para alcançar os objetivos da Fundação: reforçar a sociedade civil e defender a democracia, através do conhecimento, do diálogo aberto e da cidadania ativa.

mesmas (que decresceu 2% em comparação com ano anterior), o que se explica pelo aumento de 39% do número de notícias acerca do projeto publicadas em meios de maior alcance (1260 notícias em 2024 e 905 em 2023). De forma a garantir que os utilizadores não perdiam acesso aos dados e às funcionalidades da Pordata, enquanto se procedia à migração dos conteúdos para o novo portal, manteve-se em funcionamento o *site* antigo.

Através das publicações, a Fundação continuou a aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, numa procura constante por ganhos de eficiência da operação editorial. Para chegar a novos públicos, foi lançada uma coleção dedicada ao tema da motricidade e bem-estar, que se seguiu a uma outra sobre nutrição, divulgada em 2023. Apesar de as vendas da nova coleção não terem chegado aos níveis da do ano anterior, as vendas totais das publicações, em 2024, incluindo ensaios, retratos e outros livros, superaram as de 2023, sendo de 88 153 exemplares vendidos (+2% do que em 2023) e de 266 184€ em valor (+27% do que em 2023).

No digital, manteve-se a estratégia adotada em 2023, com conteúdos e formatos criados especificamente tendo em conta os públicos da Fundação em cada canal. Verificou-se um aumento de 40% do número de total de seguidores da Fundação no Instagram, 30% no LinkedIn, 16% no YouTube, 6% no X e 1% no Facebook, sendo, no final de 2024, já 469 mil aqueles que acompanhavam regularmente a atividade da Fundação nestes seus canais (+11% do que em 2023). Assegurou-se a medição permanente dos resultados alcançados, o que permitiu implementar melhorias.

No *site* da Fundação, por comparação com o ano de 2023, o número de sessões aumentou 17%, o de utilizadores 13%

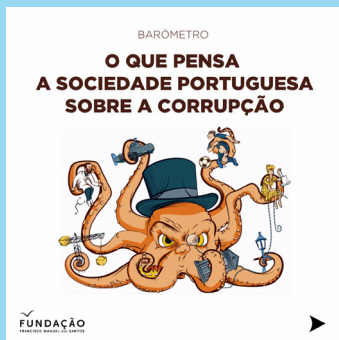
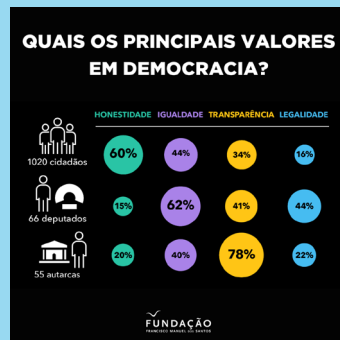
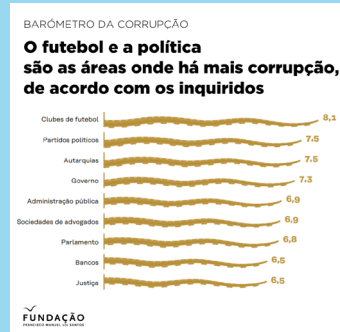
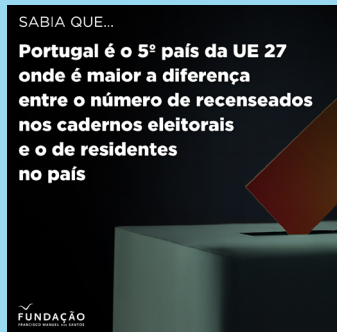
e o tempo médio de visitas 8%, sendo as páginas «Direitos e Deveres», «Livraria», «FFMS Play» e «Atual_mentes» as mais visitadas. O *podcast* «[IN]Pertinente» chegou a uma audiência total de 575 mil espectadores (mais 33% do que em 2023). O programa «Isto não é assim tão simples» foi visto por 1 milhão de pessoas (-19% do que em 2023) e ouvido em *podcast* por 15 mil pessoas (+60% do que em 2023). Contou com 12 episódios, três dos quais — com o historiador Peter Frankopan, o investigador Hein de Haas e o general David Petraeus — foram gravados ao vivo, com público presente. Os debates da Praça da Fundação chegaram a 409 mil pessoas (-3% do que em 2023), sendo a sessão dedicada ao livro *Emblemas de Portugal* aquela que obteve maior audiência *online* de sempre, com 62 mil visualizações.

Participaram, em 2024, na 6.^a Escola de Verão da Fundação, 60 alunos entre os 15 e os 17 anos, provenientes de 17 das 20 principais regiões do país, faltando apenas representantes dos Açores, de Bragança e de Vila Real. Ao longo de uma semana, as sessões de trabalho incidiram sobre a geopolítica mundial, através de reflexão e debates com especialistas nacionais, num programa preparado por Livia Franco e com oradores como Ana Santos Pinto, Bruno Cardoso Reis, José Maria Pimentel e Raquel Vaz-Pinto, entre outros.

Este foi um ano marcado pela programação realizada em parceria, destacando-se: na RTP e na RTP Internacional, três documentários coproduzidos com a RTP, um conjunto

de peças acerca das «Cinco Décadas de Democracia» no *Telejornal* desta estação e a exibição dos minidocumentários; na Sic Notícias, dez episódios do programa «Factos Que Contam» e os debates e peças para divulgação dos barómetros da Fundação, apresentados neste canal e no *Expresso*; na CNN Portugal, a série «Como Resolver?» e, nas manhãs da TVI, as entrevistas em torno dos respetivos temas; no «Falar Global» na CMTV, os retratos da Pordata e as entrevistas a autores da Fundação; na Rádio Renascença, o programa «Da Capa à Contracapa» e as rubricas «A Fundação Sugere» e «A Fundação Dá Que Pensar»; na Rádio Comercial, a divulgação e o aprofundamento dos temas retratados nos minidocumentários; no jornal *Público*, os artigos «O Que Preocupa os Portugueses»; na revista *Visão*, o especial dedicado à atividade física e bem-estar; no *Jornal Económico* e no *Jornal de Negócios*, os artigos de opinião; no *videocast* «Bom Partido» sobre as eleições europeias.

Em 2024, a equipa da Fundação contribuiu com o seu trabalho para alcançar os objetivos da Fundação: reforçar a sociedade civil e defender a democracia, através do conhecimento, do diálogo aberto e da cidadania ativa.



5.

Estudos

A ÁREA CIENTÍFICA da Fundação sofreu uma reestruturação significativa em meados de 2024. Uma vez que a internacionalização da Fundação passou a ser uma prioridade estratégica e que grande parte dos conteúdos produzidos pela instituição começaram a extravasar os projetos científicos (tais como estudos, *policy papers* e barómetros) e a ser concebidos diretamente para uma miríade de formatos audiovisuais (programas de televisão, programas de rádio, documentários, *podcasts*, *videocasts*, entre outros), o antigo *Head of Research and Science Communication*, João Tiago Gaspar, passou a assumir o cargo de diretor de conteúdos e relações internacionais e o antigo consultor científico para a área da qualidade da democracia, Carlos Jalali, passou a acumular essas funções com as de coordenador da equipa de estudos da Fundação.

Esta alteração estrutural visou, essencialmente, possibilitar um maior investimento de tempo e recursos na produção e divulgação de conteúdos especificamente concebidos para consumo do grande público através de *mass media*, agora a cargo de João Tiago Gaspar, sem, contudo, descurar a produção de projetos científicos rigorosos, como estudos ou *policy papers*, preferencialmente interdisciplinares e desenvolvidos em articulação com instituições de renome internacional, agora a cargo de Carlos Jalali.

Ambos continuam a reportar diretamente ao presidente do Conselho de Administração, Gonçalo Saraiva Matias, que mantém o pelouro dos conteúdos e estudos da Fundação, e supervisionam conjuntamente o trabalho de Clara Bento, responsável pela gestão de projeto

e comunicação de ciência da área de desenvolvimento económico, de Inês Renda, responsável pela gestão de projeto e comunicação de ciência da área da qualidade da democracia, e de Rita Rosado, responsável pela gestão de projeto e comunicação de ciência da área de políticas sociais.

Em 2024, foi apresentado publicamente o novo programa de estudos da Fundação, que vigorará até ao final de 2026. O referido programa prevê três grandes linhas temáticas de investigação: desenvolvimento económico; políticas sociais de combate à pobreza e desigualdades; e qualidade da democracia. A primeira conta com a consultoria científica de Miguel Ferreira (Nova SBE), a segunda com a consultoria científica de Amílcar Moreira (ISEG-ULisboa) e a terceira com a consultoria científica de Carlos Jalali, que, tal como referido anteriormente, acumula estas funções com as de coordenador da equipa de estudos da Fundação.

A Fundação adjudicou este ano dois estudos, um *policy paper* e três barómetros. A saber:

«**Eupinions**», estudo sobre perceções acerca da política europeia contratado à Fundação Bertelsmann;

«**Fiscalidade e Futuro**», estudo multidisciplinar coordenado por Sérgio Vasques (Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa), em parceria com a Universidade de Viena e a Tax Foundation;

Policy paper «The Impact of Business Training and Mentoring on Firm Performance: An experimental approach», coordenado por Miguel Ferreira (Nova SBE);

«**Barómetro do Poder Local**», coordenado por Filipe Teles e Nuno Ferreira da Cruz (Universidade de Aveiro);

«**Barómetro do Turismo**», coordenado por Eduardo Brito Henriques (IGOT-ULisboa);

«**Barómetro da Imigração: A perspetiva da população imigrante**», coordenado por Rui Costa Lopes (ICS-ULisboa), Pedro Góis (Universidade de Coimbra) e João António (CESOP-Católica).

2024 foi um ano de viragem no que respeita ao alcance, por um lado, e ao impacto, por outro, da atividade da Fundação. No que toca ao alcance mediático, foram desenvolvidos quatro novos formatos audiovisuais que granjearam resultados sem precedentes. A saber:

1) «Factos Que Contam», um programa semanal de divulgação de dados temáticos apresentado pelo presidente da Fundação, em *prime time*, na SICN;

2) «Como Resolver?», um programa de entrevistas a autores da Fundação, emitido pela CNN, mas que espoletou uma declinação no programa mais visto do *daytime* da TVI (*Dois às 10*);

3) Uma série de oito minidocumentários sobre as «Cinco Décadas da Democracia Portuguesa», transmitida no YouTube e na RTP, dedicada ao público jovem, de que foram emitidos os primeiros quatro;

4) «Sessão Plenária», uma rubrica inserida no programa *Bom Partido*, desenvolvido pelo humorista Guilherme Geirinhas, destinada a veicular informação sobre a política europeia antes das eleições para o Parlamento Europeu.

No que toca ao impacto, ao longo de 2024 a Fundação foi frequentemente consultada por diferentes órgãos de soberania e organismos públicos, sendo-lhe

solicitados contributos, nomeadamente propostas para reformas em áreas tão importantes quanto a corrupção, a habitação, a fiscalidade e a competitividade da economia europeia, tendo por base a informação constante dos seus estudos científicos e demais publicações.

I. Projetos científicos publicados em 2024



Barómetro da Política Europeia

Coordenação: Ana Maria Belchior (ISCTE-IUL) e Lea Heyne (ICS-ULisboa)

Data de publicação: maio de 2024

Sinopse: Quase quatro décadas depois da adesão ao bloco europeu, o segundo barómetro da Fundação explora a relação dos portugueses com a União Europeia. Os resultados confirmam um cenário em que a confiança e a imagem positiva das instituições europeias prevalecem, com níveis superiores aos verificados face às instituições nacionais.

Na sua esmagadora maioria (85%), os inquiridos sentem-se representados, acreditando que votar nas eleições da UE lhes permite expressar as suas opiniões. Não obstante, o inquérito revela níveis elevados de insatisfação relativamente à forma como os estados-membros têm enfrentando desafios como a pobreza e a desigualdade, o conflito israelo-palestiniano e

a imigração de pessoas oriundas de países não pertencentes à UE.

Quase metade (45%) dos inquiridos mostram-se receptivos à adesão de novos países à União e, dentro deste grupo, 58% encaram a Ucrânia como boa candidata. Por último, oito em cada dez cidadãos consideram que a UE deve ter o direito de expulsar membros que desrespeitam os princípios democráticos, apontando a Hungria como país infrator.



O Impacto do IRC na Economia Portuguesa (estudo)

Coordenação: Pedro Brinca (Nova SBE)

Data de publicação: maio de 2024

Sinopse: Os impostos que as empresas pagam sobre os seus lucros têm afetado o crescimento da economia nacional? O que é que aconteceria se a taxa de IRC baixasse? E quais as consequências da instabilidade legislativa na tributação das empresas, quando se sabe que o IRC já foi alterado mais de 1350 vezes desde a sua criação, em 1989? Este estudo da Fundação, coordenado pelo economista Pedro Brinca (Nova SBE), traz respostas a estas e outras questões.



Understanding Ageism in the Workplace (estudo)

Coordenação: David Patient (Vlerick Business School)

Data de publicação: agosto de 2024

Sinopse: O envelhecimento da sociedade e da força laboral apresenta, simultaneamente, desafios e oportunidades. A presença de múltiplas gerações no local de trabalho pode conduzir a tensões relacionadas com a idade, na medida em que alguns trabalhadores são considerados «demasiado jovens» e outros «demasiado velhos». A forma como os diferentes grupos se encaram e se comportam face aos outros pode ter consequências importantes nas relações, nas atitudes e no desempenho no local de trabalho, bem como no bem-estar dos funcionários. Nesta investigação, os autores investigam vários preditores e as consequências do idadismo dirigido tanto a trabalhadores mais jovens como a trabalhadores mais velhos. Os resultados de uma série de inquéritos qualitativos e quantitativos, incluindo uma amostra representativa de mil trabalhadores portugueses, demonstram que o idadismo pode ter importantes consequências, na sua maioria negativas, quer para os visados, quer para os apoiantes do idadismo. Com base nesses resultados, os autores recomendam medidas que podem ser tomadas para reduzir o idadismo bidirecional no local de trabalho.



Barómetro da Corrupção

Coordenação: Luís de Sousa (ICS-ULisboa) e Susana Coroado (Dublin City University)

Data de publicação: setembro de 2024

Sinopse: O terceiro barómetro da Fundação centra-se na corrupção, tendo por objetivo perceber o que os portugueses sabem e sentem sobre este fenómeno. Compreender as atitudes culturais e sociais em relação à corrupção é fundamental não só para avaliar o ambiente ético das instituições portuguesas, mas também para elaborar políticas mais eficazes de combate à corrupção. O *Barómetro da Corrupção* revelou que nove em cada dez inquiridos acham que a corrupção é um dos problemas mais graves que o país enfrenta e um em cada dois sente que a sua vida é afetada pelo problema.

O combate à corrupção é considerado ineficaz pela maioria dos cidadãos. Os resultados mostram ainda que a política tem um problema reputacional, já que uma parte considerável da população entende que a política atrai sobretudo quem procura ganhos individuais, em detrimento do bem público, e que é capaz de corromper pessoas honestas. Em geral, os inquiridos consideram que todos os sistemas políticos — democracias, tecnocracias e autocracias — estão igualmente vulneráveis à corrupção. O futebol e as instituições políticas são identificados como os mais suscetíveis ao fenómeno.



Barómetro da Imigração: A perspetiva dos portugueses

Coordenação: Rui Costa Lopes (ICS-ULisboa)

Data de publicação: dezembro de 2024

Sinopse: O quarto barómetro da Fundação dedicou-se ao tema da imigração, com o objetivo de conhecer a visão da população portuguesa residente em Portugal sobre a população imigrante e aferir as suas perceções relativamente ao impacto social e económico da imigração. Num contexto de crescimento da imigração em Portugal, onde se regista uma aceleração mais pronunciada desde 2015, os resultados deste barómetro proporcionam uma visão abrangente e detalhada sobre as opiniões e atitudes da população portuguesa face à imigração, permitindo fundamentar o debate público e sustentar a formulação de políticas públicas que promovam a convivência e a integração sociais, num contexto de desenvolvimento social e económico.

II. Projetos científicos em execução

1. «Continuity and Change in Portuguese Policy Making», coordenado por António Tavares e Pedro Camões (Universidade do Minho) e Patrícia Silva (Universidade de Aveiro). Apresentação prevista para abril de 2025.

2. «A Abstenção Eleitoral em Portugal: Mecanismos e impactos», coordenado por José Santana Pereira (ISCTE-IUL) e João Cancela (FCSH-UNL). Apresentação prevista para junho de 2025.

3. «Barómetro do Poder Local», coordenado por Filipe Teles e Nuno Ferreira da Cruz (Universidade de Aveiro). Apresentação prevista para julho de 2025.

4. «Barómetro do Turismo», coordenado por Eduardo Brito Henriques (IGOT-ULisboa). Apresentação prevista para outubro de 2025.

5. «The Role of Portuguese Manufacturers—suppliers in Sustainability-oriented Innovation and Competitiveness in the Clothing and Textile Industry», coordenado por Céline Abecassis-Moedas (Católica Lisbon School of Business). Apresentação prevista para novembro de 2025.

6. «Barómetro da Imigração: A perspectiva dos imigrantes», coordenado por Rui Costa Lopes (ICS-ULisboa), Pedro Góis (Universidade de Coimbra) e João António (CESOP-UCP). Apresentação prevista para dezembro de 2025.

7. «Governantes: Competências ministeriais em Portugal, em perspectiva comparada», coordenado por António Costa Pinto e Marcelo Camerlò (ICS-ULisboa). Apresentação prevista para 2026.

8. «Liberal Democracy, the Law and the State: Portugal in comparative perspective (1970s–2020s)», coordenado por Tiago Fernandes (ISCTE-IUL). Apresentação prevista para 2026.

9. «Recrutamento de Deputados à Assembleia da República (1975–2024)», coordenado por Jorge Fernandes (CSIC, Madrid). Apresentação prevista para 2026.

10. «Os Retornos Económicos da Educação: Alunos, trabalhadores e gestores», coordenado por Luís Catela Nunes (Nova SBE). Apresentação (final) prevista para 2026.

11. «Digitalisation in the Portuguese Labour Market: Potential transformative and destructive effects», coordenado por Rui Baptista (Instituto Superior Técnico). Apresentação prevista para 2026.

12. «Europe’s Energy Transition: Balancing the trilemma», coordenado por Constanze Stelzenmüller (Brookings Institution). Apresentação (final) prevista para 2026.

13. «Fiscalidade de Futuro», coordenado por Sérgio Vasques (Faculdade de Direito da Universidade Católica). Apresentação (final) prevista para 2026.

14. «The Impact of Business Training and Mentoring on Firm Performance: An experimental approach», coordenado por Miguel Ferreira (Nova SBE). Apresentação prevista para 2026.

15. «Datação dos ciclos económicos», coordenado por Ricardo Reis (London School of Economics). Iniciado em 2019 e com possibilidade de renovação anual.

16. «Eupinions: Estudo de opinião pública sobre política europeia», coordenado por Isabell Hoffmann (Fundação Bertelsmann). Iniciado em 2024 e com possibilidade de renovação anual.

Combater o compadrio é um dever de cidadania para a construção de uma sociedade mais justa e próspera

” JOÃO RIBEIRO-BIDAQUI

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

Brandon Grimshaw deixou tudo em Londres e mudou-se para uma ilha deserta, nas Seychelles, onde viveu 50 anos.

ANA MARGARIDA DE CARVALHO

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

Na China, os dados pessoais pertencem ao Estado. Nos EUA são vistos como um ativo económico das gigantes empresas da economia digital.

” JORGE PEREIRA DA SILVA

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

CONTINUAR A LER

Há uma maior rotação de professores nas escolas mais desfavorecidas

” PEDRO FREITAS

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

A proteção de dados não é um direito reconhecido universalmente.

” JORGE PEREIRA DA SILVA

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

CONTINUAR A LER

Muitos dos habitantes de Casteleiro, na Guarda, não sabem ler nem escrever. Quando recebem cartas, contam com a ajuda de Beatriz.

” CATARINA GOMES

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

O treino de um atleta não é aleatório, existe investigação atrás de cada tarefa

” JOANA BÉRTHOLO
EX-ATLETA

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

Os descendentes de portugueses representam hoje mais de 10% da população havaiana.

” MÁRIO AUGUSTO



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

Lá fora, as pessoas percebem que não somos uma aldeia ali no canto e dizem-me que descobrem em Lisboa, uma cidade com autenticidade e muito cool

” MARGARET IVENS FERRAZ
EMIGRANTE PORTUGUESA

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

NESTE NATAL OFEREÇA LIVROS A PREÇO DE POSTAIS

-50%
EM FFMS.PT

Portes de envio grátis
Campanha exclusiva na loja online da
FFMS. Válido até 12 de janeiro de 2025
nos pontos de distribuição
não inclui eBooks

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

SABIA QUE...

Portugal é dos países europeus com maior percentagem de mulheres que abandonam o mercado de trabalho para cuidar de um familiar dependente

” ANA PAULA GIL

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

As famílias de Castro Laboreiro passavam a ceia de Natal nas inverneiras e mudavam-se para as brandas na altura da Páscoa

” LUÍSA PINTO

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

6.

Publicações

SOB A DIREÇÃO do administrador António Araújo, a área de publicações continuou a contar com a coordenação de Susana Norton e, em apoio externo, de Duarte Vaz-Pinto.

O ano de 2024 aprofundou o êxito e o impacto das publicações da Fundação, fenómeno particularmente visível no sucesso da participação da FFMS na Feira do Livro de Lisboa, que registou, além de uma notável presença de jovens, um crescimento de vendas na ordem dos 40% em valor, e de 29% em quantidade. Para esse resultado, em muito contribuiu o intenso programa cultural que a FFMS aí desenvolveu, ao longo de três semanas, com 14 debates sobre as suas publicações, um programa em direto e dois episódios *live on tape*, ambos com a Rádio Renascença, fruto de uma parceria de longa data com esta estação emissora.

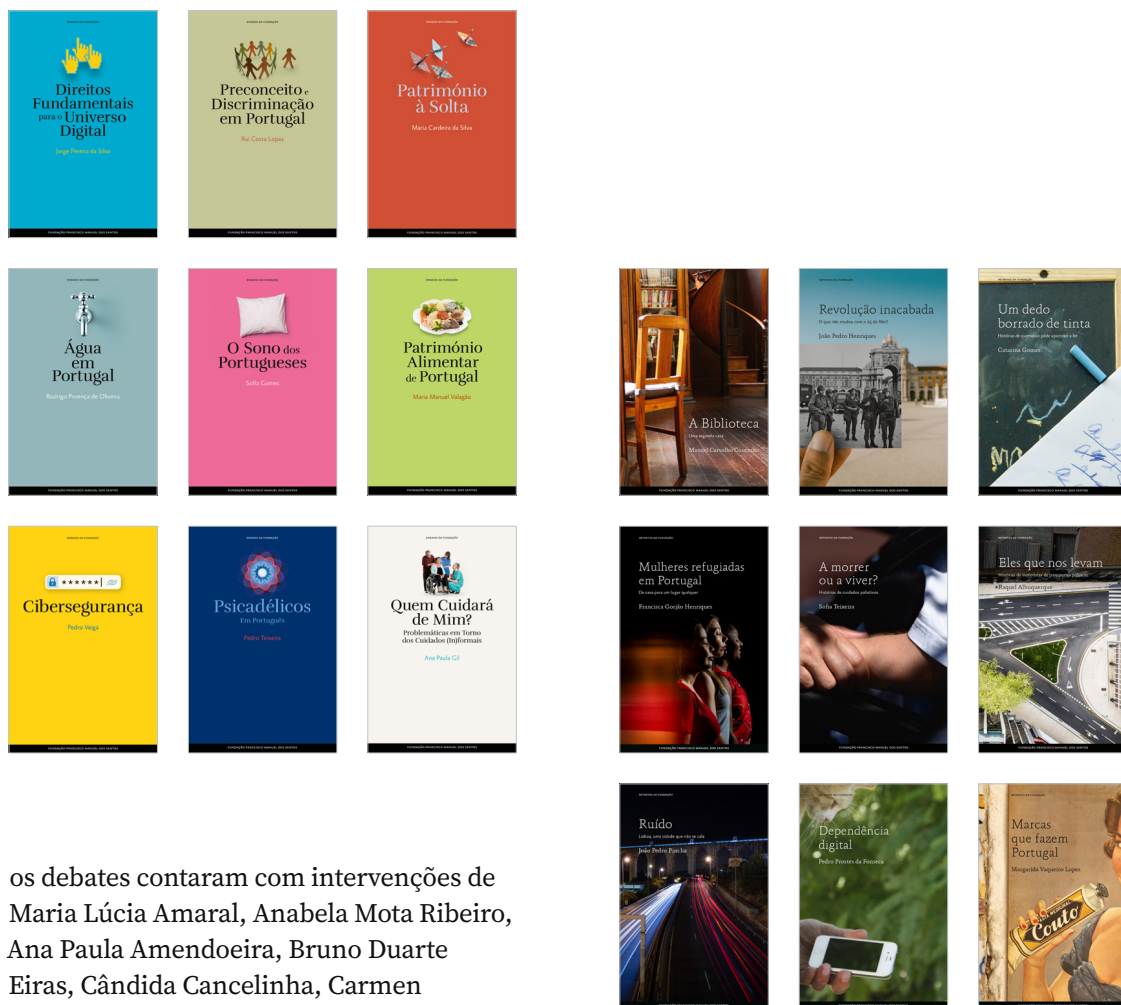
A Fundação, à semelhança do que ocorreu em anos anteriores, voltou a marcar presença na Festa do Livro em Belém, um evento organizado pela Presidência da República e de grande relevância institucional. Prosseguiu, ainda, a sua parceria com o El Corte Inglés e com a FNAC, em Lisboa e no Porto, em cujas lojas se realizaram diversas apresentações de livros, sempre com extraordinária afluência de público.

A par disso, e em busca de uma maior descentralização das suas atividades e dos seus eventos presenciais, a Fundação realizou, na Fundação Casa de Mateus, em Vila Real, um debate sobre o tema da corrupção, com a presença de Luís Rosa, autor do retrato *45 Anos de Combate à Corrupção*, e Luís de Sousa, autor do ensaio *Corrupção*, moderado pelo jornalista Manuel

Carvalho; e ainda, numa parceria com a Câmara Municipal de Oeiras, um ciclo de debates na Biblioteca Municipal de Algés, os quais contaram com as intervenções de Arlindo Oliveira, Diogo Queiroz de Andrade, Nuno Crato, Rui Costa Lopes e Mónica Farinha.

Todas as apresentações dos livros da FFMS foram gravadas e emitidas no canal YouTube da Fundação, de modo a aumentar o alcance da discussão dos temas em debate. As sessões realizadas no El Corte Inglés tiveram a presença de António Gameiro Marques, Bárbara Miranda, Francisco Carvalheira Laurel, Graça Martins, João Taborda da Gama, José Tribolet, Maria Carmo Carvalho, Maria dos Anjos Catapirra, Nuno Dias, Pedro Aires Fernandes e Raquel Castro. Por sua vez, na Feira do Livro de Lisboa,

A área de publicações prosseguiu a sua aposta no formato digital, quer através da difusão dos seus conteúdos, quer através do lançamento de novos títulos.



os debates contaram com intervenções de Maria Lúcia Amaral, Anabela Mota Ribeiro, Ana Paula Amendoeira, Bruno Duarte Eiras, Cândida Cancelinha, Carmen Cavaco, Catarina Pazes, Cláudio França, Diogo Ramada Curto, Edgardo Pacheco, Filipe Moura, Fortunato da Câmara, Ghalia Taki, Gustavo Jesus, Joaquim Poças Martins, Jorge Vala, Luísa Lopes, Luísa Tiago Oliveira, Maria da Conceição Cunha, Maria José Cardoso, Mónica Farinha, Teresa Féria, Tiago Fernandes, Paula Santos e Paulo Mota Pinto.

A área de publicações prosseguiu a sua aposta no formato digital, quer através da difusão dos seus conteúdos, quer através do lançamento de novos títulos em *e-book*, quer, enfim, através da comercialização *online*. A par disso, manteve-se a presença da FFMS nos canais tradicionais, cujas vendas em quantidade foram superiores às do ano anterior.

A FFMS garantiu ainda, e sem quaisquer falhas, a publicação regular e atempada de todos os títulos programados para as suas coleções. Assim, na coleção «Ensaaios da Fundação», foram publicados os seguintes títulos: *Direitos Fundamentais para o Universo Digital*, de Jorge Pereira da Silva; *Preconceito e Discriminação em Portugal*, de Rui Costa Lopes; *Património à Solta*, de Maria Cardeira da Silva; *Água em Portugal*, de Rodrigo Proença de Oliveira; *O Sono dos Portugueses*, de Sofia Gomes; *Património Alimentar de Portugal*, de Maria Manuel Valagão; *Cibersegurança*,



de Pedro Veiga; *Psicadélicos em Português*, de Pedro Teixeira; *Quem Cuidará de Mim? Problemáticas em torno dos cuidados (in) formais*, de Ana Paula Gil.

A coleção «Retratos da Fundação» publicou, por seu turno, os títulos: *A Biblioteca: Uma segunda casa*, de Manuel Carvalho Coutinho; *Revolução Inacabada: O que não mudou com o 25 de Abril*, de João Pedro Henriques; *Um Dedo Borrado de Tinta: Histórias de quem não pôde aprender a ler*, de Catarina Gomes; *Mulheres Refugiadas em Portugal: De casa para um lugar qualquer*, de Francisca Gorjão Henriques; *A Morrer ou a Viver? Histórias de cuidados paliativos*, de Sofia Teixeira; *Eles Que Nos Levam: Histórias de motoristas de transportes públicos*, de Raquel Albuquerque; *Ruído: Lisboa, uma cidade que não se cala*, de João Pedro Pincha; *Dependência Digital*, de Pedro Prostes da Fonseca; *Marcas Que Fazem Portugal*, de Margarida Vaqueiro Lopes.

Na contínua busca de novos públicos, a FFMS lançou a coleção «Pela Sua Saúde — Atividade Física e Bem-Estar»,

fruto de uma parceria com a Faculdade de Motricidade da Universidade de Lisboa, com os títulos: *Movimento e Brincadeira nos Primeiros Anos de Vida*, de Rita Cordovil; *O Que é Um Estilo de Vida Ativo*, de Helena Santa-Clara; *Atividade Física na Pessoa Idosa*, de Fátima Baptista; *Atividade Física e Saúde Mental*, de Adilson Marques; *Motivações para Uma Vida Ativa*, de Pedro Teixeira.

Além destas obras, e fora de coleção, foram editados os livros *Portugal 1974-1975: Revolução, Contrarrevolução e Democracia*, de Tiago Fernandes; *Constituição: Os Limites da Política, 1822-1976*, de Maria Lúcia Amaral; *Emblemas de Portugal*, de Miguel Metelo de Seixas, obras que têm tido uma notável receção mediática e comercial.

No âmbito da internacionalização, a Fundação iniciou a venda das suas publicações na livraria La Petite Portugaise, em Bruxelas.

7.

Pordata

A **DIREÇÃO** da Pordata permaneceu sob a responsabilidade da administradora executiva Luísa Loura ao longo de 2024. A coordenação da equipa, composta por Joana Zózimo, Mónica Santos, Sofia Barão, Inês Falcão (até março), Joana Mateus (até agosto), Felipe Clemente e Andreia Marçal, esteve a cargo de Ana Luísa Barbosa.

2024 foi o ano da grande «mudança de casa» da Pordata. Em 2023, foram preparados os alicerces, construído o novo portal e desenvolvido o sistema logístico para a migração do acervo de dados. No entanto, esta transição foi mais do que uma simples mudança de plataforma: inovou-se na navegação, nos conteúdos e na forma de disponibilizar a informação.

A navegação foi otimizada, dando-se prioridade à eficácia do sistema de pesquisa. Os conteúdos passaram a oferecer maior atualidade e profundidade, permitindo um cruzamento mais detalhado da informação. A apresentação dos dados também evoluiu, destacando-se indicadores-chave e proporcionando-se maior interatividade ao utilizador na exploração de gráficos e tabelas.

No final de 2024, depois de um meticuloso trabalho técnico de migração de dados, da incorporação das alterações às unidades territoriais (NUTS) e da revisão das Contas Nacionais, os mais de 13 milhões de dados estavam acessíveis ao público em 457 painéis, cada um tipicamente composto por três elementos visuais: um gráfico de evolução temporal do indicador em Portugal; um gráfico de barras comparativo entre países da União Europeia; e um mapa ilustrativo da distribuição territorial dos valores pelos 308 municípios portugueses. Entre os 22

temas abordados, destacam-se população, migrações, pobreza, ambiente, agricultura, saúde, empresas, emprego e economia.

O novo portal da Pordata passou também a disponibilizar uma área de simuladores, permitindo aos utilizadores obterem informações sobre o valor do IMI em cada freguesia do país e sobre a atualização monetária de valores do passado.

2024 foi ainda o ano em que se deu maior visibilidade ao conjunto infográfico «Cinco Décadas de Democracia», que ilustra de forma apelativa a evolução do país entre a década de 1970 e a atualidade. Com representações visuais de leitura fácil, este conjunto aborda temas como famílias, população, escolas, ensino superior, transportes e trabalho.

Em parceria com a Rede de Bibliotecas Escolares, a Pordata organizou uma exposição que foi distribuída por 448 agrupamentos de escolas públicas e alcançou cerca de 650 mil alunos. O evento inaugural, realizado em 18 de abril de 2024 na Escola Secundária de Camões, em Lisboa, contou com um debate sobre as mudanças na educação nos últimos 50 anos, com a participação dos especialistas Mónica Vieira e Pedro Freitas, sob a moderação de Hugo van der Ding.

A exposição foi também adaptada para suportes físicos destinados a espaços públicos de grande circulação, tendo sido exibida no Pavilhão Ciência Viva, no centro de Olhão, na Universidade do Algarve, na Universidade de Évora e, em Lisboa, no Campo Grande e nas Amoreiras.

Além disso, com base neste conjunto infográfico, a jornalista Alberta Marques Fernandes, com o apoio da Pordata, desenvolveu e apresentou na RTP1 uma série de dez vídeos de um minuto, trazendo ao grande público uma visão concisa e impactante sobre as transformações do país nas últimas cinco décadas.

**Apenas 23% do lixo
foi recolhido
de forma seletiva
em Portugal**



PORDATA

LEGISLATIVAS COM MAIOR E MENOR PARTICIPAÇÃO

1979
87,1%*

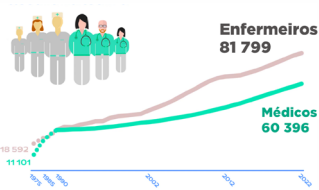
2019

48,6%*



PORDATA

Profissionais de saúde: médicos e enfermeiros



PORDATA

Portugal é o país europeu com mais filhos únicos

FAMÍLIAS COM UM FILHO NO TOTAL DAS FAMÍLIAS
COM FILHOS



PORDATA

Fonte: Eurostat, Pordata, 2023

JÁ VIU COMO AS ESTATÍSTICAS ENCOLHERAM LISBOA?

AGORA SÃO NOVE AS REGIÕES
NUTS II DE PORTUGAL

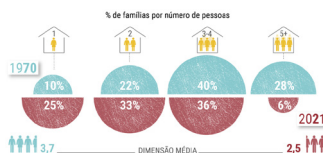


PORDATA

Metade dos agregados familiares declararam rendimentos até € 13.500 brutos por ano

PORDATA

Em 50 anos, as famílias tornaram-se mais pequenas



PORDATA

16 ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM DEMOCRACIA

PORDATA

Disparidade salarial entre homens e mulheres: elas recebem menos 16%



PORDATA

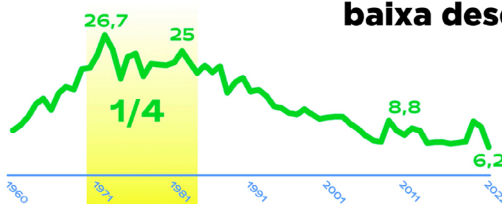
Bancos concederam € 101 mil milhões em crédito à habitação

PORDATA

Mais de 400 mil idosos estão em risco de pobreza em Portugal

PORDATA

Taxa de poupança das famílias em 2022 foi a mais baixa desde que há registo



PORDATA

Apenas 30,5% do lixo urbano produzido em Portugal é reciclado

PORDATA

Há mais de 3 mil centenários em Portugal. Um número que cresceu quase duplicou numa década



PORDATA

Fonte: INE, PORDATA, 2023

Há pior opinião sobre a independência dos tribunais e dos seus juizes em Portugal do que na Roménia ou Eslovénia

PORDATA

14 ANOS DE DADOS SOBRE PORTUGAL E OS PORTUGUESES



84% do azeite produzido em Portugal vem do Alentejo

PORDATA

Fonte: INE, PORDATA, 2023

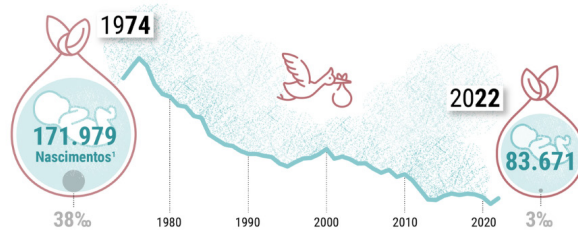
Entre estas famílias com crianças



PORDATA

Fonte: Eurostat, Pordata

NASCEM METADE DOS BEBÉS E A MORTALIDADE É MENOR



Fonte: INE/PORDATA. *Bebés nascidos com vida (nados-vivos) *Durante o primeiro ano de vida, por cada 1000 nados-vivos

PORDATA

INFOGRAFIA: ANA SERRA E RICARDO GARCIA

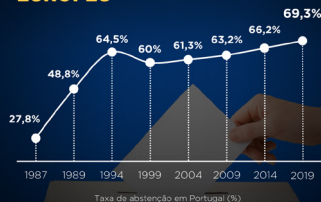
Portugal voltou a alcançar o maior número de bibliotecas escolares em 2023

PORDATA

Há menos 95 camas para internamento de doentes nos hospitais gerais do SNS

PORDATA

ABSTENÇÃO NAS ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU



PORDATA

1.143 € foi o ordenado médio bruto dos trabalhadores por conta de outrem

PORDATA

Harry Potter e a Pedra Filosofal
1.º ciclo

Avozinha Gângster
2.º e 3.º ciclo

O Rapaz do Pijama às Riscas
Secundário



Dos dados à informação

No cumprimento da missão da Fundação, a transformação de dados em informação útil para a sociedade permanece uma das principais prioridades da Pordata. No contexto de dias comemorativos ou de eventos de relevância nacional e internacional, foram elaboradas e enviadas aos órgãos de comunicação social cinco sínteses temáticas, sendo responsáveis por gerar 1186 notícias, 46% do total de notícias sobre a Pordata. Elencam-se em seguida essas sínteses, juntamente com as respetivas sinopses:

10 de março de 2024: Eleições legislativas em Portugal

Divulgação de um conjunto de dados que permitem retratar a evolução das eleições legislativas em Portugal — desde o 25 de Abril de 1974 até às últimas eleições, em 2022 —, bem como de um conjunto de indicadores que permitem caracterizar a perceção da população residente em Portugal sobre a política nacional.

25 de abril de 2024: 50 anos de democracia em números

Retrato infográfico que mostra como Portugal era em 1974 e o país em que se tornou depois de cinco décadas de democracia, dando pistas sobre os desafios que ainda persistem. A partir de um conjunto de 28 infografias, da autoria de Ricardo Garcia e Ana Serra, a Pordata ilustra as profundas mudanças ocorridas, especialmente no que respeita à demografia, ao perfil da população em geral e das famílias em particular, à modernização do país em termos de transportes, ao acesso à saúde e à educação, às conquistas no mundo do trabalho e à proteção social, bem como às condições de vida dos portugueses.

1 de maio de 2024: Dia do Trabalhador

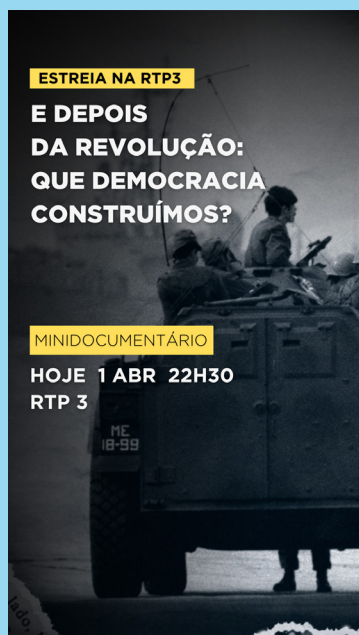
Um retrato que assinala o Dia do Trabalhador e apresenta um conjunto de indicadores que permitem caracterizar o perfil da população empregada no país, em comparação com a União Europeia (UE). Temas como a idade, o nível de escolaridade, os salários ou os tipos de contrato que estão em vigor são o objeto desta análise.

11 de julho de 2024: Dia da População

Apresentação de um conjunto de dados que permitem traçar o perfil atual da população residente em Portugal. Quantos somos e qual tem sido a evolução do número de residentes no país, como mudaram as famílias, onde nos posicionamos na UE ou qual tem sido a evolução etária da população contam-se entre os tópicos analisados.

17 de outubro de 2024: Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

Retrato do atual panorama e da evolução da pobreza da população em Portugal, um dos desafios mais urgentes que o país enfrenta. O retrato centrou-se nos dados sobre a pobreza e na sua evolução, mas também noutros temas que a influenciam diretamente, tais como o preço da habitação, em comparação com o nível salarial em Portugal. Além disso, analisou-se também a posição portuguesa no contexto europeu.



8. Comunicação e Eventos da Fundação

Conferências, debates e outros eventos

EM 2024, a Fundação deu continuidade, na sua programação própria, ao tema «Cinco Décadas de Democracia: O que mudou», um projeto iniciado em 2023 com o objetivo de informar os portugueses sobre a evolução do país nestas últimas cinco décadas. Em março, em antecipação aos 50 anos do 25 de Abril, lançou a série de minidocumentários «E depois da Revolução?», composta por quatro episódios de cerca de 20 minutos. *Democracia (Que Democracia Construímos?)*, igualdade de género (*O Que Conquistaram as Mulheres?*), população

(*Somos Mais ou Menos?*) e economia (*Como Evoluiu a Economia?*) foram os temas abordados nesta primeira temporada. Com um objetivo claro de chegar a um público jovem, esta série — que materializou a estreia da Fundação na produção independente de documentários — foi divulgada no YouTube e fortemente dinamizada no Instagram, as redes sociais de eleição deste público-alvo. Para o efeito, a Fundação levou a cabo uma campanha promocional através de *influencers* e estabeleceu uma parceria com a Rádio Comercial, cuja audiência está perfeitamente alinhada, em termos demográficos, com os objetivos desta série. No dia 19 de junho, no Cinema São Jorge, em Lisboa, a Fundação organizou o primeiro de quatro eventos ao vivo sobre esta série de minidocumentários. Maria Castello Branco, Mariana Esteves e Guilherme Geirinhas debateram a evolução da democracia e da igualdade de género, perante uma plateia com mais de 150 pessoas.



MINIDOCUMENTÁRIO

**E depois da revolução:
somos mais ou menos?**



Igualmente no âmbito do tema «Cinco Décadas de Democracia: O que mudou?», a Pordata estabeleceu uma parceria com a Rede de Bibliotecas Escolares e desenvolveu uma exposição, composta por 22 infografias, que marcou presença em 448 agrupamentos escolares, chegando a mais de 650 mil alunos por todo o país. No dia 18 de abril, na Escola Secundária Luís de Camões, em Lisboa, mais de 200 pessoas ouviram Pedro Freitas, Mónica Vieira e Hugo van der Ding debater este tema, no evento que inaugurou oficialmente esta exposição.

Seis ensaios e seis retratos foram apresentados ao vivo no El Corte Inglés, em debates com autores e especialistas e, ainda, com a possibilidade da participação do público, sempre com sala cheia. Estas apresentações foram, depois, disponibilizadas em formato digital, no YouTube da Fundação. O livro *Emblemas de Portugal*, de Miguel Metelo de Seixas,

foi apresentado no Auditório do Museu Arqueológico do Carmo.

A Fundação marcou presença na 94.^a Feira do Livro de Lisboa, de 29 de maio a 16 de junho, com o lançamento de seis ensaios, seis retratos e a coleção sobre motricidade «Pela Sua Saúde — Atividade Física e Bem-Estar», em debates ao vivo na Praça da Fundação, além dos três programas feitos em parceria com a Rádio Renascença.

No dia 6 de junho, no Oceanário de Lisboa, a Fundação apresentou o seu programa de estudos para o triénio 2024-2026, perante uma audiência de cerca de 200 investigadores, que assistiram presencialmente ou via *live streaming*. Na abertura, Gonçalo Saraiva Matias destacou as novidades deste programa, que prevê a realização de estudos e também de *policy papers*, privilegiando o desenvolvimento de projetos multidisciplinares, internacionais e com elevado impacto societal. Os três consultores científicos — Carlos Jalali, Amílcar Moreira e Miguel

Ferreira — apresentaram aos investigadores as três grandes linhas temáticas do novo triénio, cujas prioridades são o desenvolvimento económico, as políticas sociais de combate à pobreza e às desigualdades e a qualidade da democracia.

O mesmo programa de estudos foi também apresentado, a 18 de outubro, num evento exclusivo com *stakeholders* públicos e privados, destinado a discutir formas de aumentar a competitividade da economia portuguesa, mas também de empregar as reflexões dos vários intervenientes (pessoas destacadas de diferentes setores e propositadamente abaixo dos 50 anos) na tomada de futuras decisões acerca de estudos e outras iniciativas da Fundação. Esta sessão contou com a participação, entre outras pessoas: do ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento; do ministro da Presidência, António Leitão Amaro; da deputada à Assembleia da República (eleita pelo Partido Socialista) Mariana Vieira da Silva; de Rui Miguel Nabeiro, CEO da Delta Cafés; de Amélia Santos, CEO da Innuos; de José Pimenta da Gama, *managing partner* da McKinsey Iberia; e de Sofia Tenreiro, *partner* da Deloitte Portugal.

Os estudos *O Impacto do IRC na Economia Portuguesa* e *Compreender o Idadismo no Local de Trabalho* foram apresentados através de vídeos infográficos, dando continuidade a este formato de comunicação, desenvolvido em 2023, com o objetivo de tornar as conclusões dos estudos mais acessíveis ao público em geral. O primeiro estudo, coordenado por Pedro Brinca, foi também o mote da discussão numa reunião com *stakeholders* decorrida a 8 de julho, no Centro Cultural de Belém. Esta sessão, destinada a debater um tema essencial para o desenvolvimento e a coesão do país, foi presidida por Gonçalo Saraiva Matias e contou com

a participação do ministro da Economia, Pedro Reis, da secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, Cláudia Reis Duarte, da diretora-geral da AT — Autoridade Tributária e Aduaneira, Helena Borges, além de representantes de confederações empresariais, sindicais e de organismos independentes como o Conselho das Finanças Públicas (CFP) e a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO).

A nível internacional, a Fundação realizou três eventos em Bruxelas, sobre temas distintos.

No primeiro, a 31 de janeiro, na livraria La Petite Portugaise, a Fundação apresentou o livro *Crises na Economia Portuguesa, de 1910 a 2022* perante uma plateia de cerca de 35 pessoas. Com o objetivo de dar a conhecer este projeto a entidades internacionais relevantes, este evento consistiu num debate entre o presidente do Comité das Crises Económicas da FFMS e professor na London School of Economics, Ricardo Reis, e Cristina Sofia Dias, chefe de unidade adjunta na Direção-Geral para as Reformas (DG REFORM) da Comissão Europeia, moderado por Susana Frexes, correspondente da SIC e do *Expresso* em Bruxelas. Ao debate seguiu-se um jantar com um conjunto de eurodeputados e alguns dos principais representantes do Estado português nas diversas instituições europeias.

No segundo evento, a 10 de setembro, no Concert Noble, mais de 140 convidados assistiram à apresentação do documentário *Portugal na Europa*, coproduzido com a RTP. Gonçalo Saraiva Matias conduziu a sessão de abertura, seguindo-se a intervenção do embaixador Pedro Costa Pereira, da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), e o discurso de encerramento da secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Inês Domingos, que antecedeu um *cocktail*.

Entre os participantes neste evento estiveram a comissária europeia para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, a embaixadora Ana Paula Moreira, representante permanente no Comité de Segurança Política, deputados europeus e membros das instituições europeias.

No terceiro evento em Bruxelas, a 11 de dezembro, e prosseguindo o seu esforço de internacionalização e aproximação às instituições europeias, a Fundação reuniu-se com um grupo de deputados ao Parlamento Europeu a propósito do estudo «Mecanismos e Impactos da Abstenção Eleitoral em Portugal», coordenado por João Cancela (Nova FCSH) e José Santana Pereira (ISCTE-IUL), que será publicado em 2025. O objetivo deste encontro foi obter os valiosos contributos dos representantes eleitos quanto às causas e melhores estratégias de combate à abstenção nas eleições europeias, além de dar a conhecer os resultados preliminares da investigação. Esta sessão foi organizada em colaboração com os gabinetes dos deputados Marta Temido (PS/S&D) e Paulo Cunha (AD/PPE), chefes de missão dos dois maiores partidos representados. Estiveram também presentes os deputados Paulo Nascimento Cabral (AD/PPE), Sérgio Humberto (AD/PPE), Helder Sousa Silva (AD/PPE), João Oliveira (PCP/The Left) e Ana Vasconcelos (IL/Renew).

A Escola de Verão realizou-se em Peniche, de 1 a 8 de setembro, e teve como tema central a geopolítica. O evento contou com a participação de 60 alunos, entre os 15 e 17 anos, provenientes de diversas regiões do país, incluindo a Região Autónoma da Madeira. A programação incluiu palestras e sessões de trabalho com especialistas de diferentes áreas, além de *workshops*, debates ao estilo de Oxford, uma simulação do

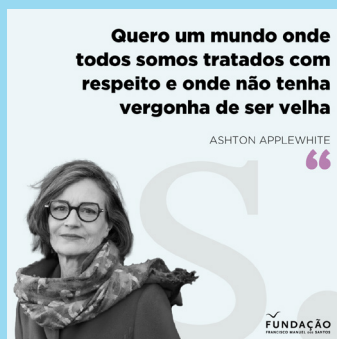
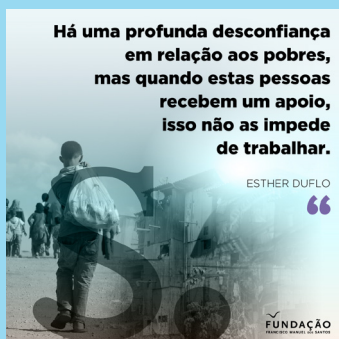
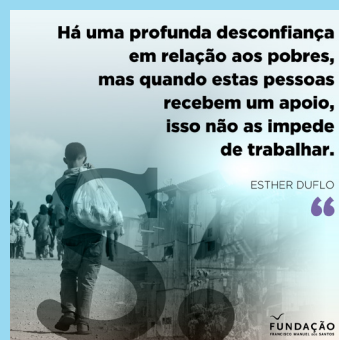
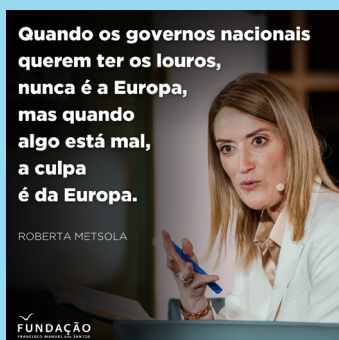


Model UN e uma sessão em formato World Café, que reuniu seis oradores com percursos profissionais distintos nas áreas da diplomacia, do jornalismo e da política. Foram debatidos temas como a Guerra na Ucrânia, as relações entre a Rússia e a União Europeia, o conflito israelo-palestiniano e as tensões no Médio Oriente, assim como as eleições presidenciais nos Estados Unidos e o seu impacto no mundo, com Bruno Cardoso Reis como palestrante. O programa contou ainda com um conjunto de atividades lúdicas, que incluiu um passeio de barco às Berlengas e uma visita à cidade de Peniche. A consultoria científica do projeto ficou a cargo da Livia Franco, da Universidade Católica.

No que respeita à programação digital, a Fundação manteve as entrevistas aos especialistas internacionais sobre grandes temas da atualidade, no programa «Isto não é assim tão simples»,

que contou com a participação de Roberta Metsola — que protagonizou uma entrevista ao vivo, sobre jovens e política, no final de 2023 —, Lisa Damour (adolescência), Esther Duflo (pobreza), Anu Bradford (efeito Bruxelas), David Petraeus (guerra e paz), Ashton Applewhite (idadismo), Uma Naidoo (alimentação e cérebro), Harry Enten (eleições americanas), Colin Bryar (*e-commerce*) e Peter Apps (o futuro da NATO).

No âmbito deste programa, a Fundação gravou ao vivo dois episódios: com Hein de Haas, especialista em migrações, a 18 de abril, no Auditório da Faculdade de Medicina Dentária, em Lisboa, com cerca de 280 participantes; e com Peter Frankopan, conceituado autor que falou sobre o «Planeta em mudança» no dia 17 de junho, no Capitólio, em Lisboa, perante uma audiência de cerca de 320 pessoas. Estes eventos ao vivo, iniciados em 2023, continuaram em



2024 a representar uma oportunidade de aproximar ainda mais a Fundação daqueles que já a seguem noutros formatos.

O *podcast* «[IN]Pertinente», pensado para chegar a um público mais jovem, manteve o seu conceito original: um confronto bem-disposto entre a curiosidade e o saber. Em 2024, as duplas que dinamizaram este programa foram: na economia, as comunicadoras Inês Castel-Branco e, posteriormente, Mariana Alvim, em conversa com José Alberto Ferreira sobre macroeconomia; na ciência, Rui Maria Pêgo e Luísa Lopes aprofundaram o tema da neurociência; na política, Manuel Cardoso e João Pereira Coutinho analisaram diversos temas da atualidade à luz da teoria política; na sociedade, Hugo van der Ding conversou com três especialistas, cada uma responsável por quatro episódios: Sibila Marques (longevidade), Ana Moniz (bem-estar e saúde mental) e

Isabel Rocha Pinto (segurança e criminalidade). Os episódios continuaram a ser promovidos, nas redes sociais, através do formato *teaser* em vídeo e em colaboração com os comunicadores, permitindo alavancar o alcance deste *podcast*, que registou um crescimento de 61% nos seguidores via Spotify e de 54% nos seguidores via Apple Podcasts. As audiências cresceram 33% face a 2023, com a área de sociedade a registar o maior crescimento (84%).

Neste ano, a Fundação procurou chegar a um público mais vasto e diversificado, através de uma variedade de formatos e conteúdos, sempre com o objetivo de estreitar a sua relação com a sociedade, e fomentando o debate sobre os temas abordados.



Notoriedade da Fundação

Em 2024, a Fundação manteve o terceiro lugar no *ranking* de notoriedade das fundações, em termos de notoriedade espontânea. Em anos anteriores, a Fundação alternava este lugar com a Fundação Mário Soares, mas parece agora ter consolidado a sua posição, logo após a Fundação Gulbenkian e a Fundação Champalimaud, com um aumento de três pontos percentuais face a 2023. Os resultados mostraram que praticamente quatro em cada cinco inquiridos (79%) conhecem a Fundação ou algum dos seus projetos, e 89% dos inquiridos consideram que a Fundação tem um impacto relevante ou muito relevante na sociedade. Ambos os indicadores cresceram dois pontos percentuais face a 2023.

Entre os projetos, a Pordata, os estudos e as publicações continuam a ser os mais reconhecidos espontaneamente. À semelhança do ano anterior — e fruto de todo o trabalho de comunicação e de adequação de formatos e conteúdos desenvolvido ao longo dos últimos três anos —, a notoriedade da Fundação cresceu junto das faixas etárias 18-24, 25-34 e 35-44, três, um e cinco pontos percentuais, respetivamente.

A Fundação, através do seu leque de publicações, programas e iniciativas, investe na prossecução da sua missão de promover o conhecimento sobre a realidade portuguesa, nas suas áreas principais de atuação — política, economia e sociedade — e de capacitar os cidadãos para construírem uma opinião informada e discutirem temas relevantes, de modo a passarem de uma cidadania passiva para uma cidadania ativa, fortalecendo os seus direitos, e a contribuírem para a melhoria da qualidade das instituições que os servem.

9. Área Digital

EM 2024, o *site* da Fundação continuou a ganhar e a consolidar audiência. Foram iniciadas 1,9 milhões de sessões, mais 17% do que em 2023, e o número de utilizadores também aumentou para 1,4 milhões (mais 13%).

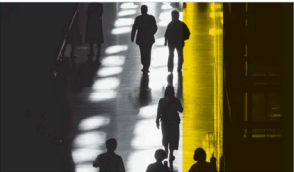
Este crescimento reflete as melhorias de navegação e usabilidade da arquitetura de informação, e não prejudicou a qualidade da interação, já que, face ao ano anterior, a taxa de interação por utilizador aumentou 13% e as sessões com interação subiram 14%. Ou seja, a Fundação não só chegou a novos públicos, como também conseguiu envolvê-los com os seus conteúdos.

Criaram-se também novos formatos de divulgação de informação, como o *policy paper* em parceria com a Brookings, três novos barómetros interativos — Política Europeia, Corrupção e Imigração — e atualizaram-se com novos grafismos, dados e textos os projetos «Nascer em Portugal» e «Portugal Desigual», que foi enriquecido com análises mais aprofundadas e novos conteúdos.

Ao mesmo tempo, asseguraram-se as atualizações mensais do projeto «Direitos e Deveres», que continua a ser a área mais visitada do *site* e será alvo de melhorias de navegabilidade em 2025.

A livreria da Fundação foi a segunda área mais vista no *site* (mais de 245 mil sessões), seguida da área Atual_mentes, que subiu uma posição nas preferências de quem visita a Fundação, registando 222 760 sessões, um crescimento de 11% face a 2023.

A *newsletter* semanal da Fundação continua a ser também uma fonte de tráfego altamente qualificada para o *site*. Em 2024, o número de subscritores atingiu os



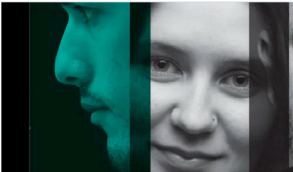
Missão e Objetivos

A missão da Fundação Francisco Manuel dos Santos é a de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa. Conheça todos os detalhes sobre o propósito da Fundação.



Fundador

Saiba o que levou o fundador, Alexandre Soares dos Santos, e a sua família, a criar uma Fundação que estudasse os grandes problemas nacionais e estimulasse o conhecimento da sociedade civil.



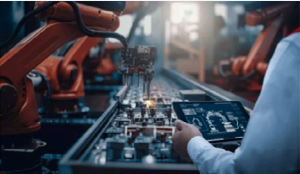
Órgãos Sociais

Conheça os Órgãos Sociais que desde 2013 até aos dias de hoje têm contribuído para tornar real a missão e os objetivos da Fundação.

HOME > ESTUDOS > POLICY PAPERS

Policy Papers

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE CONTRIBUAM PARA RESOLVER GRANDES DESAFIOS DA SOCIEDADE PORTUGUESA
- 4 PUBLICAÇÕES -



ECONOMIA CIÊNCIA - POLICY PAPER

Automação e inteligência artificial no mercado de trabalho português: desafios e oportunidades



ECONOMIA - POLICY PAPER

A transição energética na Europa

Em tempos de crise e conflito, como garantir a segurança energética europeia, tendo em conta os



POLÍTICA - POLICY PAPER

Afinal, quantas pessoas se abstêm em Portugal?

A Fundação faz um retrato inédito da abstenção em Portugal e conclui que tem sido inflacionária. Há um

HOME > ESTUDOS > BARÓMETROS

Barómetros

INQUÉRITOS DE OPINIÃO INÉDITOS SOBRE TEMAS RELEVANTES DA ATUALIDADE NACIONAL
- 4 PUBLICAÇÕES -



POPLUAÇÃO QUESTÕES SOCIAIS - BARÓMETRO

Barómetro da Imigração: a perspetiva dos portugueses

Entre numa experiência interativa para perceber como é que a sociedade portuguesa olha o fenómeno da imigração, que tem crescido no país. Este é o...



JUSTIÇA POLÍTICA - BARÓMETRO

Barómetro da Corrupção

Como é que a sociedade portuguesa vê a corrupção? A Fundação lança um novo barómetro para compreender o fenómeno, considerado um dos problemas mais...

16 SETEMBRO 2024 | 21 MIN



POLÍTICA - BARÓMETRO

Barómetro da Política Europeia

Como vê a sociedade portuguesa as instituições europeias? Em ano de eleições para a Europa, a Fundação lança um novo barómetro. Entre nesta...

08 MAIO 2024 | 18 MIN

A FUNDAÇÃOESTUDOSLIVRARIAPORDATAATUAL_MENTESFFMS PLAYAGENDA

FUNDAÇÃOFRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

PT v

AMBIENTECIÊNCIACULTURADIREITOS E DEVERESECONOMIAEDUCAÇÃOJUSTIÇAPOLÍTICAPOPULAÇÃOQUESTÕES SOCIAISSAÚDE

HOMEESTUDOSESTUDOSNASCEM EM PORTUGAL

POPULAÇÃOQUESTÕES SOCIALESTUDO

Nascer em Portugal

Temos cada vez menos filhos, cada vez mais tarde. Que fatores, pessoais e sociais, influenciam a nossa escolha de sermos mães ou pais? Que consequências sociais e económicas poderá a evolução demográfica implicar para o país? Encontre uma resposta a estas e outras questões no projeto Nascer em Portugal, com dados do Inquérito à Fecundidade 2013 e o estudo «Determinantes da Fecundidade em Portugal».

02 JUNHO 20243 MIN

f in X

EQUIPA

Maria Filomena Mendes

Coordenadora

Paulo Infante

Autor

Anabela Afonso

Autora

Andreia Maciel

Filipe Ribeiro

Ver todos

A FUNDAÇÃOESTUDOSLIVRARIAPORDATAATUAL_MENTESFFMS PLAYAGENDA

FUNDAÇÃOFRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

PT v

AMBIENTECIÊNCIACULTURADIREITOS E DEVERESECONOMIAEDUCAÇÃOJUSTIÇAPOLÍTICAPOPULAÇÃOQUESTÕES SOCIAISSAÚDE

HOMEESTUDOSESTUDOSPORTUGAL DESIGUAL | UM RETRATO DAS DESIGUALDADES DE RENDIMENTOS E DA POBREZA NO PAÍS

QUESTÕES SOCIALECONOMIAESTUDO

Portugal Desigual | Um retrato das desigualdades de rendimentos e da pobreza no país

Quão desigual é o país? A pobreza e as desigualdades estão a diminuir ou a agravar-se? Qual o impacto das políticas públicas na redução da pobreza e das desigualdades? Como se compara Portugal com os restantes países da União Europeia? As respostas no projeto Portugal Desigual, que resulta da análise atualizada de dados da pobreza e das desigualdades nacionais.

06 JANEIRO 20255 MIN

f in X

A FUNDAÇÃOESTUDOSLIVRARIAPORDATAATUAL_MENTESFFMS PLAYAGENDA

FUNDAÇÃOFRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

PT v

AMBIENTECIÊNCIACULTURADIREITOS E DEVERESECONOMIAEDUCAÇÃOJUSTIÇAPOLÍTICAPOPULAÇÃOQUESTÕES SOCIAISSAÚDE

HOMEATUAL_MENTES

Atual_mentes

ECONOMIACIÊNCIAINFOGRAFIA

Emprego em Portugal: Riscos e oportunidades da automação

04 ABRIL 20251 MIN

PROFISSÕES NO TERRENO DAS

PROFISSÕES NO TERRENO DAS

PROFISSÕES EM COLAPSO

PROFISSÕES NO TERRENO DOS

34 mil, mais 8% do que no ano passado. Isto apesar de, ao longo do ano, se ter retirado da *mailing list* um conjunto de utilizadores antigos que não registavam qualquer interação com a *newsletter* há mais de três anos.

Os utilizadores via *e-mail* são dos que mais tempo ficam no site em cada sessão, só ultrapassados pelos utilizadores orgânicos, com taxas de interação superiores a 55%.

Em termos gerais, o acesso aos conteúdos é maioritariamente feito via *mobile*, responsável por 66,8% dos acessos (+14% do que em 2023), seguido de *desktop* (31,6% dos acessos) e *tablets* (1,6%). As entradas via *smart TV* são ainda residuais.

A Fundação nas redes sociais

A estratégia digital focada em comunicar os conteúdos da Fundação *per se*, dando a cada rede a informação mais relevante para o seu público, manteve-se eficaz na captação de novas audiências. Ao mesmo tempo, as taxas de interação e de retenção cresceram, graças um investimento eficiente e direcionado, e à adoção de novos formatos que acompanham as tendências nas diferentes plataformas.

A comunidade de redes sociais da Fundação cresceu 11% em 2024, ultrapassando os 469 mil seguidores, sobretudo devido ao contributo de redes mais jovens e dinâmicas, como o Instagram, o YouTube e o LinkedIn. Face ao ano passado, as taxas de interação globais, que medem um conjunto alargado de indicadores de interação vs. alcance, subiram em todas as redes, com exceção do Instagram (-4,2 pp do que em 2023).

Também no Facebook — a maior rede da Fundação e aquela onde a

publicidade para vendas de livros é mais eficiente — se registaram crescimentos (2,5%), que contrariam a tendência mundial de quebra desta plataforma.

Em 2024, as redes sociais deram também um importante contributo para a divulgação de conteúdos do *site* (novos e antigos) junto de um público mais jovem, diversificado e qualificado. E foram igualmente fundamentais na divulgação de informação de dados de estudos, livros e autores da Fundação, o que gerou maior produção de notícias nos *media*.

O caminho que a Fundação tem vindo a percorrer em termos de divulgação poderá passar, em 2025, pela adesão a novas redes sociais. Para isso, foi iniciada em 2024 uma análise SWOT, nomeadamente sobre o TikTok. Assim, a Fundação iniciou este ano a conceção de uma estratégia de entrada nesta rede, produzindo conteúdos experimentais para este formato, que estão em fase de melhoria para posterior avaliação.

10.

A Fundação e os *Media*

Assessoria de imprensa

EM 2024, no ano em que celebrou 15 anos de existência, a Fundação consolidou um novo posicionamento estratégico, centrado no impacto — e não apenas no alcance — dos seus projetos. Esta evolução reflete o compromisso de gerar mudanças concretas na sociedade, baseadas em análises científicas e em debates

informados, contribuindo ativamente para a formulação de políticas públicas.

Apesar desta mudança de foco, a Fundação alcançou, em 2024, o maior número de notícias e o maior valor de AAV da sua história, demonstrando o reconhecimento, por parte dos meios de comunicação, do rigor e da excelência que caracterizam o seu trabalho. Esse resultado evidencia não apenas a relevância dos temas abordados, mas também a confiança que jornalistas e editores depositam nos conteúdos e análises produzidos.

A assessoria de imprensa desempenhou um papel fundamental neste processo, garantindo que a comunicação da Fundação fosse estratégica, segmentada e alinhada com os interesses mediáticos e sociais. Ao longo do ano, foram privilegiadas abordagens aprofundadas, capazes de gerar reflexão e influenciar a agenda pública, reforçando, assim, o impacto da Fundação no debate nacional.

Em 2024, foi publicado um total de 5088 notícias, das quais 2615 (51%) em meios de comunicação de maior alcance. Estas publicações representaram um valor equivalente a 258 milhões de euros em AAV, indicador que mede o valor publicitário correspondente ao espaço ocupado pelas notícias. Só em televisão, a programação da Fundação foi vista 50 milhões de vezes.

Em comparação com o ano anterior, registou-se um aumento de 5% no número total de notícias e um crescimento de quase 30% no AAV. Este crescimento foi impulsionado, sobretudo, pela divulgação de estudos novos e referência a estudos de anos anteriores, que resultaram na duplicação do valor nessa área.

No âmbito da área de estudos da Fundação, o *Barómetro da Imigração* teve um impacto mediático particularmente significativo, sendo mencionado em 495

notícias, das quais 75% publicadas em meios de comunicação de maior alcance, e alcançando um AAV superior a 28 milhões de euros, com referências durante semanas após a sua apresentação pública.

Já o estudo *O Impacto do IRC na Economia Portuguesa* foi o segundo mais citado, com 255 notícias, correspondendo a um AAV de 20 milhões de euros. Para a divulgação deste estudo, retomou-se o formato de encontro prévio (em vésperas da publicação) e privado entre os autores do estudo e jornalistas especializados. Foi uma ação fundamental, em particular por se tratar de um tema está no centro do debate político, tendo permitido que os jornalistas questionassem diretamente os autores, esclarecessem as suas dúvidas e aprofundassem a compreensão dos resultados. A cobertura mediática foi, por isso, mais rigorosa, contextualizada e informada.

Seguiram-se o *Barómetro da Política Europeia*, apresentado no Dia da Europa e antes das eleições europeias, com 107 notícias e um AAV de 10 milhões de euros, e o *Barómetro da Corrupção*, que gerou 133 notícias e um AAV de 2,5 milhões de euros.

Por fim, o estudo *Idadismo no Local de Trabalho*, apresentado em agosto, por ocasião do Dia Mundial da Juventude, resultou na publicação de 167 notícias, correspondendo a um AAV de 2 milhões de euros. Já o primeiro *policy paper* sobre a transição energética na Europa, fruto da parceria com a Brookings Institution, gerou 51 notícias, com um AAV de 500 mil euros.

No que respeita à base de dados Pordata, foram enviados seis comunicados de imprensa. O mais mencionado foi o relativo à Eleições Legislativas, enviado em final de fevereiro, que contou com mais de 200 notícias e 9 milhões de euros de AAV. De seguida, o comunicado sobre 25 de Abril, com 202 notícias e AAV de 20 milhões



de euros, e o Dia do Trabalhador, com 166 notícias e o valor assinalável de 27 milhões de euros em AAV. Já o Dia da População, em julho, contou com 330 notícias e 11 milhões de euros; para terminar, o Dia da Erradicação da Pobreza, em outubro, gerou 275 notícias e 7 milhões de euros.

A área de publicações contou com um total de 367 notícias (das quais 20% em televisão), gerando um AAV de 15,3 milhões de euros. Os livros que receberam maior destaque na comunicação social foram três retratos: *Revolução Inacabada: O que não mudou com o 25 de Abril*, *Um Dedo Borrado de Tinta e A Biblioteca*, além do ensaio *O Sono dos Portugueses*. Mais de metade (60%) das notícias relativas às publicações da Fundação aconteceram em meios de maior alcance.

Parcerias de *media*

Em 2024, a Fundação estabeleceu parcerias de conteúdos com vários meios de comunicação social, abrangendo a imprensa escrita, todos os canais nacionais de televisão generalistas e de informação e algumas das rádios de maior audiência. Este feito representa um marco significativo na atividade da Fundação, evidenciando o

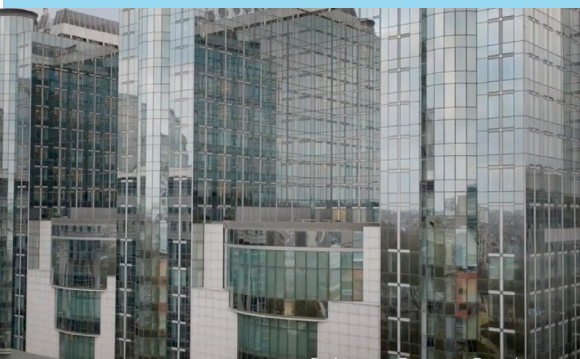
reconhecimento, por parte dos *media*, do rigor e da excelência que caracterizam os estudos, as publicações e os projetos desenvolvidos. Um verdadeiro posicionamento distintivo da Fundação.

As parcerias variaram em conteúdo: algumas exigiram edições preparadas especificamente para o efeito, como aconteceu nos documentários e no programa semanal «Factos Que Contam»; outras derivaram de novas análises feitas a estudos de anos anteriores, como a série do jornal *Público* «O Que Preocupa os Portugueses» ou a série de entrevistas «Como Resolver?» na CNN.

Em televisão, a Fundação colaborou com a RTP1 e a RTP3; com a TVI e a CNN; com a SIC e a SIC Notícias; com a CMTV; e firmou a parceria com o novo canal NOW (cujos programas serão emitidos em 2025).

No que respeita à imprensa escrita, a Fundação esteve presente com artigos regulares ou análises de fundo no *Expresso*, no jornal *Público*, no *Jornal de Negócios*, na revista *Visão* e no *Jornal Económico*. Foi também formalizada a parceria com a revista «Domingo», do *Correio da Manhã*, cuja publicação está prevista para 2025.

Nas rádios, foram transmitidos programas semanais na Renascença, além de participações na Rádio Comercial. Adicionalmente, firmou-se a negociação para que a série de programas



«Falar Global», dedicados aos livros da Fundação, com entrevistas aos respetivos autores, seja emitida na Correio da Manhã Rádio em 2025.

Segue-se um resumo das parcerias por cada órgão de comunicação social.

RTP

Coprodução de três documentários com a RTP1: em março, *Viva a Democracia*, com audiência total de 1,3 milhões de espectadores); em maio, *Portugal na Europa: Raízes e horizontes*, estreado no contexto das eleições europeias, com 815 mil espectadores; em novembro, *A Revolução da Energia Limpa*, que contou com 1,3 milhões de espectadores.

Os primeiros quatro minidocumentários da série «E depois da Revolução?», produzidos no âmbito do projeto Cinco Décadas de Democracia, sobre temas de economia, democracia, população e igualdade de género, foram emitidos na RTP1, na RTP3, na RTP Internacional e Play, chegando a 800 mil pessoas.

Adicionalmente, entre maio e junho, foi transmitida em horário nobre uma série de dez programas baseados nas infografias da Pordata, também no âmbito do projeto Cinco Décadas de Democracia, registando-se audiências de quase 3 milhões de espectadores.

CMTV

À semelhança do ano anterior, foram transmitidos dez programas da série «Falar Global», com entrevistas aprofundadas a autores de publicações da Fundação, bem como 44 retratos da Pordata, emitidos semanalmente ao sábado e com repetições ao longo da semana (num total de 290 emissões ao longo do ano). Na edição de 2024, a abordagem do minuto Pordata centrou-se na comparação de Portugal com outros países e na sua posição no contexto europeu, com o objetivo de informar o público num ano marcado por eleições europeias. Estes programas alcançaram 18 milhões de espectadores, correspondendo a um aumento de 15% em relação ao ano anterior.

EXPRESSO, SIC E SIC NOTÍCIAS

Dando continuidade ao sucesso da parceria, estabelecida em 2023, com a SIC Notícias e o *Expresso*, foi firmada uma nova colaboração para a divulgação dos três barómetros da Fundação: *Barómetro da Política Europeia*, em maio, *Barómetro da Corrupção*, em setembro, e *Barómetro da Imigração*, em dezembro. Assim, os barómetros marcaram presença com peças no *Jornal da Noite* da SIC, debates na SIC Notícias, artigos na SIC online e no *Expresso online* e uma grande análise feita pelos respetivos autores no

jornal impresso. No total, publicaram-se 30 artigos no âmbito desta colaboração. Os resultados globais foram de cerca de 4 milhões de euros de AAV, e 4,2 milhões de espectadores em televisão.

Especificamente na SIC Notícias, destacou-se a rubrica semanal «Factos Que Contam». Foram dez edições emitidas semanalmente em horário nobre, inseridas no programa *Grande Edição*. Trata-se de um segmento televisivo inovador, assente na apresentação objetiva de dados e factos sobre os principais desafios que o país enfrenta. Diferenciando-se dos formatos tradicionais, a rubrica recorreu a uma componente gráfica rigorosa para expor tendências e indicadores oficiais, afastando-se da mera opinião para privilegiar uma abordagem empírica e fundamentada. Entre os temas abordados, destacaram-se habitação, pobreza, migrações, educação, saúde, produtividade económica, demografia, ambiente, igualdade de género, qualidade da democracia e corrupção, assegurando um retrato abrangente e esclarecedor da realidade portuguesa.

Os programas contaram com uma audiência de 800 mil pessoas, que se traduziu em 1,2 milhões de AAV.

TVI e CNN

Foi criada uma nova série informativa intitulada «Como Resolver?», na qual se aplicou o conceito de grandes entrevistas sobre os desafios — e as respetivas soluções — mais urgentes do país. Em oito programas semanais de cerca de 15 minutos, a jornalista e subdiretora editorial da CNN, Raquel Matos-Cruz, conduziu entrevistas a especialistas de diferentes áreas, os quais apresentaram recomendações concretas para os problemas que o país enfrenta, e que são recorrentemente debatidos na comunicação

social sem que se apresentem soluções. Os temas e convidados foram os seguintes: Infraestruturas e Transportes — Carlos Oliveira Cruz (estudo *Sistemas de Transportes em Portugal*); Habitação — Pedro Brinca (estudo *O Mercado Imobiliário em Portugal*); Economia Portuguesa e Produtividade — Ricardo Reis (projeto Crises na Economia Portuguesa); Financiamento das PME — Cláudia Custódio (estudo *O Financiamento das PME Portuguesas*); Sistema de Saúde e Acesso ao SNS — Pedro Pita Barros (ensaio *Pela Sua Saúde*); Imigração — Pedro Góis (*Barómetro da Imigração*); População e Envelhecimento — Alda Azevedo (estudo *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa*); Retenção de Talento e Emigração Qualificada — Pedro Freitas (ensaio *Economia da Educação*). Três temas serão apresentados em janeiro de 2025, uma vez que a série só estreou no final de novembro.

Foi também emitido diariamente um «Minuto CNN», com a seleção de uma ideia transmitida por cada um destes autores. As entrevistas resultaram, ainda, na criação de dossiês *online*, nos quais se reúnem as opiniões dos autores, dados, resultados e recomendações dos respetivos estudos, incorporando-se uma forte componente infográfica.

Posteriormente à emissão das grandes entrevistas na CNN, os autores foram entrevistados por Cristina Ferreira no programa *Dois às 10*, da TVI, com o objetivo de tornar os temas mais acessíveis, através de uma abordagem menos técnica, capaz de alcançar um público amplo e diversificado.

Contabilizando apenas o ano de 2024 (o projeto estendeu-se até janeiro de 2025), as emissões totalizaram quase dois milhões de espectadores e um milhão de euros de AAV.

Rádio Renascença

Foi mantida a parceria existente, incluindo a emissão do programa *Da Capa à Contracapa*, às terças-feiras, às 23h15, e das rubricas «A Fundação Dá Que Pensar», às terças, às 19h15, e «A Fundação Sugere», aos sábados, entre as 08h00 e as 09h00.

Em 2024, os programas da Fundação na Rádio Renascença alcançaram mais de 10 milhões de pessoas, um aumento de 104% em relação a 2023, mais do que duplicando a audiência.

Rádio Comercial

Foi estabelecida uma nova parceria para a divulgação da primeira temporada da série de minidocumentários da Fundação «E depois da Revolução?» ao longo de abril. Estes filmes curtos, de 20 minutos, são dirigidos aos jovens, refletindo a evolução de Portugal em 50 anos de democracia.

A Rádio Comercial, com um público jovem, revelou-se o meio ideal para esta iniciativa, que incluiu conversas no programa *Manhãs da Comercial*, vídeos com entrevistas a crianças na rubrica «Tu És Que Sabes», publicações nas redes sociais da rádio, além de publicidade digital e em antena.

Jornal Público

A parceria com o *Público* resultou na série editorial «O Que Preocupa os Portugueses?», composta por seis artigos quinzenais (publicados entre junho e agosto), baseados em estudos, barómetros e *policy papers* publicados em anos anteriores, nomeadamente: *Pobreza em Portugal: Trajetos e quotidianos*; *Sistema de Transportes em Portugal*; *A Crise da Habitação nas Grandes Cidades* e *Barómetro da Habitação*; *Os Grupos de Interesse em*

Portugal; *Igualdade de Género*; *Como Comemos o Que Comemos*. Cada artigo combinou infografias, para facilitar a compreensão dos dados, e entrevistas com especialistas, contextualizando os temas e promovendo o debate, num momento de transição governativa. A série de seis grandes reportagens totalizou 400 mil euros de AAV.

Jornal de Negócios

A rubrica quinzenal «Consciência dos Factos» consistiu de artigos de opinião, assinados pelo presidente da Fundação, em que se analisaram temas essenciais para o debate público, alinhados com o plano de divulgação da Fundação. A cada edição, foram tratadas questões como política europeia, corrupção, pobreza, emigração qualificada, imigração e retenção de talento, entre outros tópicos. Com uma abordagem clara e fundamentada, contextualizaram-se os factos, promovendo-se uma reflexão sobre os temas dos projetos publicados.

Jornal Económico

Publicação de 12 artigos, com uma cadência mensal, em papel e *online*, escritos por autores de ensaios e retratos da Fundação. Em 2024, esta parceria gerou um total de 131 mil euros de AAV (+5% face a 2023).

Revista Visão

A parceria com a revista *Visão* resultou numa série de cinco artigos sobre o impacto da atividade física, do exercício e do desporto na saúde e no desenvolvimento humano ao longo da vida. Publicados quinzenalmente durante o verão, os artigos analisaram os cinco livros da nova coleção «Pela Sua Saúde — Atividade Física e Bem-Estar», incluindo

infografias e entrevistas com os respetivos autores e outros especialistas. Esta parceria chegou a 342 mil pessoas e teve um AAV de 225 mil euros.

ECO

O estudo *O Impacto do IRC na Economia Portuguesa* foi apresentado e debatido num evento dirigido a empresários, centrado nos impactos fiscais do IRC sobre as empresas. Realizado nos estúdios do ECO, gerou artigos de análise aprofundada. A sessão, moderada por Mónica Silveiras, editora executiva do ECO, teve a participação de Sara do Ó, fundadora e CEO do Grupo Your, e de Pedro Brinca, economista e coautor do estudo, promovendo uma discussão qualificada sobre os efeitos deste imposto na economia.

Revista Visão Júnior

Parceria estabelecida em 2016 com a Rede de Bibliotecas Escolares no âmbito do projeto de promoção da leitura «Miúdos a Votos». Inspirado num processo eleitoral, este projeto conta com a participação da Pordata na definição da lista final de livros nomeados e na apuração dos resultados, por ciclo de ensino.

As entregas prometidas e contratadas com a Família Fundadora foram concretizadas junto da Fundação conforme o plano estabelecido no contrato, mais uma vez traduzindo a confiança depositada nos órgãos sociais da Fundação.

O Conselho de Administração prossegue uma política financeira cuidadosa e esforça-se por manter as reservas financeiras existentes, garantindo sempre os meios para cumprir os compromissos assumidos.

O Conselho de Administração dotou a Fundação de um corpo de colaboradores ajustado aos projetos em curso, refletido no custo de funcionamento e nos custos de pessoal, referidos no Relatório e Contas.

A distribuição temática e funcional dos projetos revela consistência e continuidade de opções e de métodos associados à atividade da Fundação.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração de 24 de junho de 2016, os resultados líquidos dos exercícios apurados anualmente, positivos ou negativos, são transferidos para o Fundo Patrimonial na rubrica de Resultados Transitados, pelo que o Conselho de Administração propõe que o resultado positivo apurado no exercício de 2024, de 795 682€, seja transferido para os Resultados Transitados. No final do ano, os Fundos Patrimoniais totalizam 10 178 801€.

11.

Relatório Financeiro do Exercício de 2024

O RELATÓRIO FINANCEIRO reflete as contas da Fundação.

12.

Perspetivas para 2025

EM 2025, a Fundação prosseguirá a sua estratégia assente em impacto e mudança, internacionalização e afirmação

institucional. Prevê-se um reforço da equipa, em linha com o plano estratégico, uma maior contenção das iniciativas não programadas e o aperfeiçoamento de critérios para a aceitação de contributos externos. No plano de atividades a desenvolver neste novo ano, deverão sobressair dois temas: os 15 anos da Pordata e, em ano de eleições autárquicas, o país real.

A Pordata comemora 15 anos com o novo portal aberto ao futuro e acessível a todos os cidadãos, vendo reforçada a sua missão de disponibilizar dados concretos de forma gratuita, isenta e rigorosa, promovendo diálogos assentes em factos e gerando opiniões informadas, o que assume especial importância numa época de crescente desinformação. O novo portal dirige-se não apenas a especialistas, mas ao público em geral, independentemente da sua literacia estatística. O seu contributo para a qualidade da democracia e o seu impacto para reforçar uma sociedade esclarecida são inequívocos.

O tema do país real será tratado até setembro, véspera das eleições autárquicas, contando com o recurso aos dados da Pordata — que permitem traçar retratos por municípios —, *press releases* e parcerias com órgãos de comunicação social nacionais e locais, que possam ver nesta informação factos úteis para os seus trabalhos. Prevê-se também que um dos três barómetros publicados pela Fundação em 2025 seja dedicado a um tema neste âmbito.

Serão lançadas as bases para as primeiras avaliações de impacto da Fundação, analisando-se o modo como as suas recomendações são tidas em conta na discussão e alteração de políticas públicas, o que permitirá aferir em que medida é que o trabalho da Fundação tem contribuído para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos

cidadãos e a melhoria das instituições. A equipa irá identificar novos critérios de avaliação da valorização dos conteúdos da Fundação pela sociedade, sendo certo que é possível reforçar o impacto sem se comprometer o alcance das iniciativas.

Manter-se-á a aposta numa maior presença internacional da Fundação, designadamente através de iniciativas que envolvam investigadores e instituições estrangeiras congêneres, da participação da Fundação em eventos e redes internacionais de *networking*, da versão inglesa dos portais FFMS e Pordata, da apresentação de *briefings* a entidades estrangeiras ou comunitárias com dados oficiais da Pordata sobre o país, da presença das publicações da Fundação em livrarias portuguesas no estrangeiro e da tradução para outras línguas de algumas publicações-chave.

A afirmação institucional continuará a ser fomentada, com vista a aumentar a notoriedade da Fundação e dos seus projetos, em especial entre públicos mais jovens, através de iniciativas próprias e da programação em parceria com órgãos de comunicação social e outras instituições. A presença regular da Fundação será assegurada nos grandes eventos nacionais, devendo o seu trabalho ser disponibilizado às instituições e aos cidadãos.

Promover a democracia, mobilizar a sociedade civil para a resolução dos principais problemas nacionais e disseminar informação rigorosa, de base científica, que capacite os portugueses com conhecimento fidedigno é fundamental para se possam tomar as melhores decisões para o futuro do país. Neste seu 16.º ano de atividade, a Fundação irá contribuir ativamente para alcançar estes objetivos no cumprimento da sua missão.

Lisboa, 8 de abril de 2025



6.ª edição da Escola de Verão da Fundação

1 a 8 de setembro de 2024

Participaram, nesta edição da Escola de Verão, em Peniche, 60 alunos entre os 17 e os 18 anos, de 17 das 20 principais regiões do país. Ao longo de uma semana, estes jovens debruçaram-se sobre a geopolítica mundial, através da reflexão e debate com especialistas nacionais, num programa preparado por Lúcia Franco, que teve como oradores Ana Santos Pinto, Bruno Cardoso Reis, Lúcia Franco, José Maria Pimentel e Raquel Vaz-Pinto.

CONTAS

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

ESCOLA
DE VERÃO'24
GEOPOLÍTICA

PENSAR DIFERENTE. AGIR MELHOR.

PROIBIDO FUMAR

1.

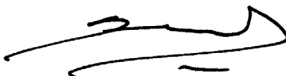
Balanço

De 31 de dezembro de 2024
e 31 de dezembro 2023
(montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	2024	2023
Ativo não corrente			
Investimentos financeiros	16.2	27.018	27.018
Ativo corrente			
Inventários	5.3	75.690	93.932
Clientes	6	55.958	67.892
Estado e outros entes públicos	7.1	16.385	11.958
Outros créditos a receber	8	33.272	22.774
Diferimentos	9	84.912	111.839
Outros activos financeiros	4.2	5.844.346	5.426.060
Caixa e depósitos bancários	4.1	5.578.529	5.535.144
Total do activo		11.716.109	11.296.618
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
FUNDOS			
Dotações de fundadores	10.1	1.000.000	1.000.000
Resultados transitados	10.2	8.383.119	6.322.563
Resultado líquido do período	D.R	795.682	2.060.555
Total dos fundos patrimoniais		10.178.801	9.383.119
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	922.212	1.212.690
Estado e outros entes públicos	7.2	72.819	81.771
Outras dívidas a pagar	12	542.278	619.038
Diferimentos	9.2		
Total do passivo		1.537.309	1.913.499
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		11.716.109	11.296.618

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado (n.º 79736)


Teresa P. F.




2.

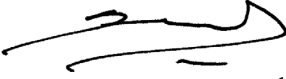
Demonstração dos Resultados por Naturezas

De 31 de dezembro de 2024
e 31 de dezembro 2023
(montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas Anexo	Período 2024	Período 2023
Vendas e serviços prestados	13.1	232.681	210.157
Subsídios, doações e legados à exploração	14	8.417.550	9.635.000
Custo das mercadorias vendidas	5.1	(355.848)	(306.638)
Fornecimentos e serviços externos	15	(6.312.646)	(6.718.613)
Gastos com o pessoal	16.1	(1.683.381)	(1.284.031)
Imparidades de inventários (perdas e reversões)	5.4	(1.357)	17.308
Aumentos/redução de justo valor	18	418.286	533.627
Outros rendimentos	13.2	7.020	22.115
Outros gastos	17	(80.568)	(111.642)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		641.737	1.997.284
Juros e rendimentos similares obtidos	13.3	154.058	66.420
Juros e gastos similares suportados		(113)	(3.148)
Resultado antes de impostos		795.682	2.060.555
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		795.682	2.060.555

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado (n.º 79736)


Teresa P. F.

Luísa Gabriela Gomes


Victor Manuel de Melo

3.

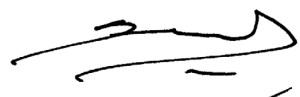
Demonstração de Fluxos de Caixa (método direto)

De 31 de dezembro de 2024
e 31 de dezembro 2023
(montantes expressos em euros)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024	2023
Recebimentos de clientes	254.711	219.749
Pagamentos a fornecedores	(872.972)	(727.878)
Pagamentos ao pessoal	(848.701)	(743.725)
Caixa gerada pelas operações	(1.466.963)	(1.251.854)
Impostos:	(771.386)	(801.521)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0	(31.430)
Retenção Impostos sobre o rendimento		
IRS Categoria A	(304.540)	(310.944)
IRS Categoria B	(52.338)	(45.297)
IRC Categoria F	(26.868)	(28.647)
Contribuições para a Segurança Social	(387.640)	(385.203)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(2.238.349)	(2.053.376)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Outras operações (projetos)	(6.265.864)	(6.103.156)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	154.058	66.420
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(6.111.806)	(6.036.736)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de donativos	8.417.550	9.635.000
Pagamentos respeitantes a juros e gastos similares		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	8.417.550	9.635.000
Variação líquida de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	67.395	1.544.888
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.535.144	3.990.255
Caixa e seus equivalentes no final do período	5.578.529	5.535.144

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado (n.º 79736)


Teresa P. F.

Luís Gabriel Gomes


Victor Manuel Pinto Fedeles

1. Nota introdutória

A FUNDAÇÃO Francisco Manuel dos Santos, doravante designada por «FUNDAÇÃO», «FFMS» ou «Entidade», é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, constituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, Holding NV, Ex-Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SE (Sociedade Fundadora), a 12 de fevereiro de 2009, com sede no Largo de Monterroio Mascarenhas, n.º 1, Freguesia de Campolide, Concelho e Distrito de Lisboa.

A FUNDAÇÃO foi reconhecida através do Despacho n.º 13591/2009, de 5 de junho de 2009, e declarada pessoa coletiva de utilidade pública pelo Despacho n.º 5159/2010 de 12 de março de 2010, ambos emitidos pelo gabinete do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

A 1 de março de 2013, foi publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 43 — Bloco C a confirmação do estatuto de utilidade pública da FUNDAÇÃO, que passou, assim, a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

A escritura dos novos estatutos, realizada a 21 de novembro de 2013 e publicada no portal do Ministério da Justiça, foi aprovada pelo Conselho de Ministros, através do ofício n.º 3666/DAJD/2013.

A FUNDAÇÃO tem no seu objeto social o fim primordial de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando contribuir para o desenvolvimento inter-relacional da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas.

Neste âmbito, a FUNDAÇÃO tem desenvolvido estudos em diversas áreas sociais: demografia e população, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, Segurança Social, Estado, instituições democráticas, entre outras. O detalhe de cada um destes estudos é apresentado no «Relatório Anual de Atividades».

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Divulgação do referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais. A partir de 1 de janeiro de 2016, a FFMS passou a adotar os modelos das demonstrações financeiras constantes na Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, bem como a norma contabilística e de relato financeiro constante no Aviso n.º 8259/2015.

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não-preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC); (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC); e (iii) às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

As bases de preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Continuidade

As operações realizadas foram registadas no pressuposto da continuidade da Entidade durante um período de pelo menos doze meses, mas sem limitação, a partir da data de balanço.

Regime da periodização económica (acréscimo)

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento. Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são, respetivamente, gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação e, em todo o caso, (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras, e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo que a comparabilidade não seja prejudicada.

Compensação

Os ativos e passivos e os rendimentos e gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são as utilizadas na preparação das quantias comparativas, pelo que, sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e do resultado da entidade

Na preparação das presentes demonstrações financeiras, não foram exceionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL, tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e do resultado da Entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os conteúdos de todas as contas de balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis aos do período anterior.

3. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

Outros ativos financeiros — Os fundos de tesouraria e portfólios de investimentos são registados pelo valor de aquisição, sendo, no final de cada período económico, valorizados à cotação indicada pela entidade bancária. Os ativos têm a cotação de mercado e o justo valor é determinado pela observação dessas cotações.

Clientes e outras contas correntes a receber — A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. No final de cada período de relato, são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

Fornecedores e outras contas correntes a pagar — As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Acréscimos e diferimentos — As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

Dotações de fundadores — As dotações do Fundador são registadas no Fundo Patrimonial na data da confirmação da sua atribuição.

Subsídios à exploração — As participações recebidas do Fundador para fazer face às despesas com projetos e ao funcionamento da FUNDAÇÃO são reconhecidas na totalidade em rendimentos do período, critério este que foi adotado a partir do período de 2016 por decisão da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, na sequência da assinatura do novo Acordo de Concessão de Dotações, a 11 de fevereiro de 2016, com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SE, por um período de dez anos.

Inventários — As mercadorias que correspondem aos ensaios e outras publicações são mensuradas pelo custo de produção ou o valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

Juros e rendimentos similares — Os juros derivam de aplicações financeiras com remuneração.

Resultado líquido do período — O saldo apurado, no período anual, positivo ou negativo, é transferido para o fundo patrimonial, rubrica de

resultados transitados (nos períodos anteriores a 2016, o resultado do período apurado era sempre nulo, por efeito do procedimento de registo dos rendimentos referido acima).

4. Fluxos de caixa e outros ativos financeiros

4.1. O saldo da rubrica «Caixa e seus equivalentes no final do período» da Demonstração dos fluxos de caixa e o da correspondente rubrica do Balanço integram o numerário e os depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), cuja decomposição é a apresentada abaixo:

	2024	2023
Numerário	2.000	1.749
Depósitos bancários	5.576.529	5.533.395
Total	5.578.529	5.535.144

4.2. O valor de «Outros ativos financeiros» da rubrica do Balanço, no montante de 5.844.346 euros, respeita à aplicação num portefólio de investimentos com os seguintes movimentos:

Valor Mercado 31.12.2023	Movimentos	Valor Mercado 31.12.2024
5.426.060	418.286	5.844.346
5.426.060	418.286	5.844.346

5. Inventários

5.1. O movimento ocorrido na rubrica de Inventários – mercadorias para apuramento do custo das mercadorias vendidas foi o seguinte:

MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO					
Rubricas	Saldo inicial 31.12.2023	Aumentos (Compras)	Diminuições		Saldo final 31.12.2024
			CMVMC	Ofertas	
INVENTÁRIOS:					
Mercadorias — Ensaaios	118.478	157.964	(148.605)	(30.165)	97.672
Mercadorias — Outras publicações	103.025	254.191	(207.243)	(43.027)	106.947
Total	221.504	412.155	(355.848)	(73.192)	204.619

Comparando com o ano de 2023:

MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO					
Rubricas	Saldo inicial 31.12.2023	Aumentos (Compras)	Diminuições		Saldo final 31.12.2023
			CMVMC	Ofertas	
INVENTÁRIOS:					
Mercadorias — Ensaaios	154.681	110.979	(120.608)	(26.574)	118.478
Mercadorias — Outras publicações	101.105	215.652	(186.030)	(27.702)	103.025
Total	255.787	326.631	(306.638)	(54.277)	221.504

5.2. O valor de mercadorias em inventário, juntamente com o que se encontrava à consignação, não considerando o valor de imparidades, é o seguinte:

	Saldo final 31.12.2024	Saldo final 31.12.2023
Rubricas – Ensaaios		
Mercadoria Fundação	75.106	92.221
Mercadoria à consignação	22.567	26.257
Total [1]	97.672	118.478
Rubricas – Anuários e Outras Publicações		
Mercadoria Fundação	22.566	26.257
Mercadoria à consignação	84.380	76.768
Total [2]	106.947	103.025
Total geral [1+2]	204.619	221.504

5.3. A perda por imparidade no inventário de ensaios e outras publicações, referente às edições dos anos de 2012 a 2020, 2021, 2022 e 2023, foi reconhecida em 100%, 75%, 50% e 25%, respetivamente. O valor realizável de inventários em balanço é onforme se apresenta no quadro seguinte:

Rubricas	Valor custo 31/12/2024	Imparidade	Valor realizável líquido 31.12.2024	Valor realizável líquido 31.12.2023
INVENTÁRIOS:				
Mercadorias — Ensaios	97.672	75.013	22.659	32.340
Mercadorias — Revista XXI e Outras publicações	106.947	53.915	53.031	61.593
Total	204.619	128.929	75.690	93.932

5.4. O movimento do período da rubrica de Imparidades é o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial 31.12.2023	Imparidade (reversão)	Saldo final 31.12.2024
IMPARIDADE:			
Mercadorias — Ensaios	86.139	11.125	75.013
Mercadorias — Revista XXI e Outras publicações	41.433	(12.483)	53.915
Total	127.571	(1.357)	128.929

5.5. O movimento do valor contabilístico do *stock* é o seguinte:

MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO		
Rubricas	Saldo inicial 31.12.2023	Saldo final 31.12.2024
Valor do stock	221.504	204.619
Imparidade	127.571	128.929
Stock contabilístico	93.932	75.690

6. Clientes

A decomposição do saldo de clientes é a seguinte:

	2024	2023
Créditos a receber	65.555	77.490
Perdas por imparidades acumuladas	(9.598)	(9.598)
Total	55.958	67.892

O saldo de clientes refere-se, exclusivamente, a valores a receber da venda das publicações literárias editadas pela FUNDAÇÃO, ajustadas pelas respetivas perdas por imparidade. O valor da imparidade refere-se ao saldo a receber da ST&SF — Sociedade de Publicações, Lda.

7. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é composta da seguinte forma:

7.1. Ativo

	2024	2023
Retenção na fonte (IRC)	11.958	11.958
IVA — A recuperar	4.427	0
Total	16.385	11.958

7.2. Passivo

	2024	2023
Retenções de imposto sobre o rendimento (IRS)	33.977	36.649
IVA — A liquidar	0	19.867
Contribuições para a Segurança Social	38.842	25.256
Total	72.819	81.771

A FUNDAÇÃO encontra-se abrangida pela isenção contemplada na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo sido requerido ao ministro das Finanças e deferido o reconhecimento da isenção, conforme disposto no n.º 2 do mesmo artigo, incluído no anexo VI do Relatório de Atividades.

O valor em dívida à Segurança Social corresponde ao valor a liquidar em janeiro do ano seguinte.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo, a declaração fiscal da Entidade referente ao ano de 2024 poderá vir a ser sujeita a revisão. Contudo, é entendimento da Administração que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades inspetivas, não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

8. Outros créditos a receber

A rubrica Outros créditos a receber, no valor de 33.272 euros (em 2023: 22.774 euros), inclui adiantamentos a fornecedores, adiantamentos ao pessoal e saldos de pequeno montante devidos a credores diversos.

9. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos — Outros gastos a reconhecer, no valor de 84.912 euros (em 2023: 111.839 euros), inclui o valor de 82.490 euros, referente a serviços prestados com assistência informática, e o valor de 2.422 euros, referente a prémios de seguros cuja periodicidade abrange parte do período seguinte (2025).

10. Fundos Patrimoniais

10.1. O valor da Dotação do Fundador, no montante de 1.000.000 euros, foi totalmente realizado no período de 2009.

10.2. O saldo da conta de Resultados transitados, no montante de 8.383.119 euros, respeita i) à transferência do saldo da rubrica de Diferimentos do período findo a 31 de dezembro de 2015, correspondente às verbas de dotações recebidas do Fundador, no âmbito do primeiro contrato de Acordo de Concessão de Dotações, no montante de 5.423.500 euros, e que não foram utilizadas no financiamento da atividade da FUNDAÇÃO até à data da caducidade do referido Acordo (fevereiro de 2016), conforme mencionado acima no ponto 3 — bases de apresentação; e ao ii) acréscimo do Resultado líquido apurado no período de 2016 (469.675 euros), do período de 2017 (621.084 euros), do período de 2018 (628.616 euros), do período de 2019 no valor negativo (753.443 euros), do período de 2020 (623.936 euros),

do período de 2021 (354.653 euros), período de 2022 no valor negativo (1.045.458 euros) e do período de 2023 (2.060.555 euros).

11. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2004	2023
Fornecedores conta corrente	901.326	1.204.059
Consultores e prestadores de serviços individuais	20.887	8.630
Total	922.212	1.212.690

O saldo de Fornecedores conta corrente, cujo vencimento decorre, essencialmente, entre os meses de janeiro e fevereiro, é exigível na totalidade, não havendo situações de litígio ou de protelação de prazos de pagamento, e é relativo, essencialmente, a prestadores de serviços e a gastos com a produção de publicações, com a participação nos meios de comunicação e com eventos.

12. Outras dívidas a pagar

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2024	2023
Dívidas por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	264.315	262.522
Remunerações órgãos sociais	0	20.383
Outros acréscimos de gastos	277.963	336.043
Subtotal	542.278	618.948
Outras dívidas	0	90
Total	542.278	619.038

Os valores da rubrica de Remunerações a liquidar a colaboradores, de 264.315 euros, correspondem à estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2025, vencidas no exercício de 2024.

A rubrica Outros acréscimos de gastos, de 277.963 euros, inclui, essencialmente, i) o valor de 118.216 euros de prestação de serviços de cedência de recursos humanos, rendas e comparticipação de gastos (prestados pela UnileverFima/JMDB/JMR); e ii) o valor de 159.747 euros,

referente a acréscimos de gastos com projetos da Comissão Científica, Publicações e Programas que já estavam em execução à data do encerramento do presente período.

13. Rédito

13.1. A rubrica Vendas e prestações de serviços decompõe-se da seguinte forma:

Vendas e prestações de serviços	2024	2023
Venda de ensaios	99.097	85.922
Venda de outras publicações	127.387	117.022
Subtotal vendas	226.484	202.944
Prestação de serviços (Encontros, Ebooks)	6.009	4.503
Prestação de serviços – Outros	188	2.710
Total	232.681	210.157

13.2. A rubrica Outros rendimentos e ganhos decompõe-se da seguinte forma:

Outros rendimentos e ganhos	2024	2023
Correções relativas a períodos anteriores	6.592	17.753
Outros	428	4.363
Total	7.020	22.115

O valor de correções do período anterior, 6.592 euros, corresponde a regularizações referentes aos exercícios dos anos anteriores, e o valor de Outros refere-se a diferenças de câmbios favoráveis (428 euros).

13.3. A rubrica Juros, dividendos e outros rendimentos similares decompõe-se da seguinte forma:

Juros, dividendos e outros rendimentos e similares	2024	2023
Juros obtidos de depósitos	154.058	66.418
Outros	0	2
Total	154.058	66.420

Os juros são obtidos da aplicação Fiduciary Call Deposit, no Barclays.

14. Subsídios, doações e legados à exploração

O total dos valores de doações do período, recebidas e registadas em Rendimentos, no montante de 8.417.550 euros, onde 8.187.550 euros foram efetuadas pelo Fundador — Sociedade Francisco Manuel dos Santos, S.E e 230.000 euros da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., conforme contrato assinado em 20/12/2022, no montante global de 1.500.000 euros, dos quais 1.268.000 euros já foram recebidos.

15. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

DESIGNAÇÃO	2024	2023
Trabalhos especializados	4.646.769	4.812.321
Outros custos	1.109.759	1.320.387
Publicidade e comunicação	381.596	528.755
Deslocações e estadas	72.620	84.000
Conservação — Edifícios e outros	89.581	93.167
Assessoria jurídica e outros	63.138	63.478
Vendas e alugueres e custos associados	107.438	113.450
Serviços de informática	35.706	33.061
Outros custos — Cedência de pessoal	301.011	321.338
Despesas de representação	20.837	29.865
Despesas de comunicação	24.495	36.787
Outros fornecimentos e serviços	13.338	16.486
FSE — Custos projetos	5.756.528	6.132.708
FSE — Custos de funcionamento	556.118	585.905
Total FSE	6.312.646	6.718.613

O valor de FSE — Custos de projetos, no montante de 5.756.528 euros, incorpora a maioria dos gastos com os Projetos e Publicações desenvolvidos pela FUNDAÇÃO, conforme discriminados na Nota 19 abaixo, sendo que a rubrica de Trabalhos especializados se refere aos bens e serviços afetos diretamente à produção de publicações e à realização de eventos, e as restantes rubricas, aos gastos administrativos indiretos que foram repartidos pelos projetos. O valor de FSE — Custos de funcionamento, no montante de 556.118 euros, refere-se essencialmente a serviços de gestão, despesas administrativas e manutenção do sistema informático.

16. Benefícios dos empregados

16.1. Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2024	2023
Remunerações de órgãos sociais	310.000	149.549
Remunerações do pessoal	874.292	793.466
Senhas de Presença	194.818	126.791
Encargos sobre remunerações	232.501	171.766
Outros (seguros, indemnizações)	71.770	42.458
Total	1.683.381	1.284.031

O quadro de pessoal da FUNDAÇÃO integrava, no final do período, 24 colaboradores (26 colaboradores em 2023), dos quais três são membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, e remunerados 12 meses no ano. No caso dos membros da Comissão Executiva com liderança em projetos específicos, os custos dos mesmos foram alocados em 2024 a Projetos no montante 252.638 euros (Nota 19). Para a comparação com o mesmo critério no ano 2023, as Remunerações de órgãos sociais seriam o valor de 353.715 euros e os Encargos sobre remunerações o valor de 213.511 euros, o total de 1.529.941 euros.

O valor das senhas de presença, atribuídas aos membros do Conselho de Administração e Conselho de Curadores, constitui rendimento de trabalho dependente, categoria A, e, como tal, está sujeito a retenção em sede de IRS e ao desconto de contribuições para a Segurança Social.

16.2. A Lei 70/2013, de 30 de agosto, estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho, aplicável a todos os contratos celebrados após 1 de outubro de 2013. No cumprimento da lei, o cálculo do fundo de compensação é efetuado através da aplicação da taxa de 0,925% sobre o salário base, tendo sido apurado o valor de 27.018 euros (no período anterior, 27.018 euros) e registado na rubrica em balanço de investimentos financeiros.

17. Ofertas de livros e outros

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2024	2023
Ofertas de edições	30.165	26.574
Ofertas de outras publicações	43.027	27.702
	73.192	54.277
Quotizações e taxas	5.500	630
Correção exercícios anteriores	1.030	55.666
Diferências de câmbio / Outros	847	1.069
	7.376	57.365
Total	80.568	111.642

A rubrica Ofertas de edições corresponde às publicações editadas pela FUNDAÇÃO doadas a instituições protocoladas. O valor de 5.500 euros corresponde ao pagamento de quota ao Centro Português de Fundações.

A rubrica Correção de exercícios anteriores, com o valor de 1.030 euros, refere-se a fatura e ajustamentos de anos anteriores. E a rubrica Diferenças de câmbio/Outros inclui valores relativos a diferenças de câmbio desfavoráveis e outras penalidades.

18. Aumentos e reduções de justo valor

A rubrica de Aumentos e reduções de justo valor do portefólio, no montante de 418.286 euros, compreende a valorização de instrumentos financeiros, de acordo com a cotação indicada pela instituição financeira que gere a carteira.

	Ano 2024		Ano 2023	
	Não realizadas	Realizadas	Não realizadas	Realizadas
Perdas/Ganhos de justo valor	320.368	97.917	605.922	(72.295)
Total	320.368	97.917	605.922	(72.295)

19. Projetos promovidos e publicações

Os projetos promovidos pela FUNDAÇÃO, que incluem a Coordenação Científica, repartem-se em Projetos Comissão Científica e Outros Programas. Os primeiros estão organizados em três áreas: Economia, Instituições e Sociedade; os segundos, em quatro áreas: Debates e Documentários, Portais, Encontros da FUNDAÇÃO, e *Reporting & Sistemas & Comunicação*.

Até ao final do período de 2024, para a execução de Projetos científicos e programas e «Publicações», foi aprovado o valor de 77.255.808 euros, e realizado o respetivo valor de 75.974.336 euros, conforme se discrimina no mapa acumulado de 2009-2024 de Proposta de Desembolso de Capital (PDC):

Rubricas	VALORES APROVADOS			VALORES REALIZADOS		
	Acumulado 2009 a 2023	2024	Acumulado 2009 a 2024	Acumulado 2009 a 2023	2024	Acumulado 2009 a 2024
Economia	4.027.905	492.881	4.520.786	3.538.047	550.072	4.088.119
Instituições	4.964.679	391.033	5.355.712	4.264.629	740.177	5.004.806
Sociedade	5.781.183	337.566	6.118.748	5.758.120	360.628	6.118.748
Projetos anteriores a 2014	3.832.572	0	3.832.572	3.832.572	0	3.832.572
Total Projetos Científicos (1)	18.606.339	1.221.480	19.827.818	17.393.368	1.650.877	19.044.245
Debates Documentários e Out. Projetos	4.939.772	902.484	5.842.256	4.875.701	966.555	5.842.256
Portais	17.418.634	1.392.924	18.811.559	16.768.841	1.699.350	18.468.191
Encontros Fundação	12.993.222	0	12.993.222	12.993.222	0	12.993.222
Reporting & Sistemas & Comunicação	5.179.209	817.442	5.996.651	5.048.876	800.584	5.849.459
Total Outros programas	40.530.837	3.112.850	43.643.687	39.686.639	3.466.489	43.153.128
Total Projetos Científicos e Programas (2)	59.137.176	4.334.330	63.471.506	57.080.007	5.117.366	62.197.373
Publicações	12.600.846	1.183.457	13.784.303	12.527.846	1.249.117	13.776.962
Total geral	71.738.021	5.517.787	77.255.808	69.607.853	6.366.483	75.974.336
Verba a cativar						1.281.473

(1) Os gastos de Projetos científicos e outros programas estão registados na rubrica Fornecimentos e serviços externos – trabalhos especializados (inclui o valor de IVA suportado), sendo reconhecido o gasto em função da evolução e concretização das várias fases dos projetos.

(2) Os gastos de Publicações referem-se, essencialmente, à produção de livros, incluindo: i) custo das mercadorias consumidas; ii) ofertas de edições; iii) fornecimentos e serviços externos – trabalhos especializados, gastos com eventos, ações POS e gestão logística, publicidade e comunicação.

Resumo	2024	2023
Projetos aprovados com Proposta de Desembolso de Capital (PDC)	77.255.808	71.738.020
Valores gastos	(75.974.336)	(69.607.853)
Verba a cativar (para 2025)	1.281.473	2.130.167

Para fazer face à verba a cativar de 1.281.473 euros, relativa aos projetos aprovados com Proposta de Desembolso de Capital (PDC), o valor de meios financeiros disponíveis no final do período era de 5.578.529 euros, correspondentes ao saldo da Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4).

20. Aplicação de fundos

Até à data, a FUNDAÇÃO recebeu do Fundador a dotação inicial de 1.000.000 euros, e subsídios de 104.822.550 euros (96.635.000 + 8.187.550 euros), e obteve ganhos em subsídios de outras entidades, vendas e prestações de serviços e outros proveitos não operacionais de 4.656.042 euros. Ao total de ganhos de 105.443.332 (104.055.292 + 1.388.040) euros, foram afetos gastos da atividade operacional e custos de funcionamento, no montante de 101.687.830 euros, originando um resultado de 3.755.302 euros, adicionado aos resultados transitados e ao fundo patrimonial inicial. A 31 de dezembro de 2024, o valor de Fundo Patrimonial é de 10.178.801 euros.

	2024	2009-2023	2009-2024
Subsídios (Nota 14)	8.187.550	91.211.500	99.399.050
Subsídios de outras entidades (Nota 14)	230.000	1.249.170	1.479.170
Vendas e prestações de serviços (Nota 13.1)	232.681	2.944.191	3.176.872
Total proveitos	8.650.231	95.404.861	104.055.092
Projetos (Nota 19)	6.366.483	75% 69.607.853 75%	75.974.336 75%
Gastos de funcionamento (1)	2.067.429	25% 23.646.066 25%	25.713.495 25%
Total gastos	8.433.912	93.253.919	101.687.831
Outros proveitos/gastos não operacionais (2)	579.363	808.677	1.388.040
Resultado do(s) período(s) (acumulado)	795.682	2.959.619	3.755.301
Comparticipação do Fundador até 2015 transferida para Resultados transitados		5.423.500	5.423.500
Dotação inicial		1.000.000	1.000.000
Fundo Patrimonial		9.383.119	10.178.801

(1) O valor de gastos de funcionamento corresponde aos Gastos com pessoal (Nota 16.1), custos de funcionamento da rubrica de Fornecimentos e serviços externos (Nota 15) e o valor da rubrica Outros gastos e perdas da Nota 17, menos o valor das remunerações com os membros da comissão executiva com liderança em projetos específicos no montante de 252.638 euros (Nota 19);

(2) O valor de Outros proveitos/gastos não operacionais resulta de Outros ganhos (161.077 euros) das Notas 13.2 e 13.3, de Aumentos e reduções de justo valor (418.286 euros) da Nota 18.

21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Os honorários faturados pelo revisor oficial de contas ascenderam a 8.278 euros.

22. Eventos subsequentes à data do balanço

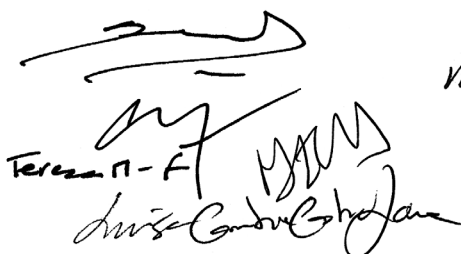
Até à data da conclusão deste relatório, não ocorreram acontecimentos que mereçam destaque para complementar a leitura das presentes demonstrações financeiras.

23. Outras informações

Atualizámos a Pordata, continuámos a edição das publicações, conforme mencionamos no Relatório de Atividades, mantivemos a programação dos Estudos, realizámos a Escola de Verão e seguimos o programa científico para o triénio 2024-2026.

Em 2024, toda a equipa da FFMS reafirmou a sua vontade de contribuir para um país melhor e mais desenvolvido, com pluralismo e debate de ideias, independência, sentido crítico e pleno compromisso de cidadania para o bem comum.

Conselho de Administração



Handwritten signatures of the Board of Administration members, including Teresa P-F and Luísa Gomes Gouveia.

O Contabilista Certificado (n.º 79736)



Handwritten signature of the Certified Accountant (n.º 79736).

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Fundação Francisco Manuel dos Santos (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 11.716.109 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.178.801 euros, incluindo um resultado líquido de 795.682 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Fundação Francisco Manuel dos Santos em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o Relatório de Atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 8 de abril de 2025

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Pedro Miguel Borges Marques - ROC n.º 1801
Registado na CMVM com o n.º 20161640

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Curadores

No cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a acção fiscalizadora que efectuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **Fundação Francisco Manuel dos Santos** (doravante designada por Fundação), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

Acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Fundação procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Administração, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as ESNL, exprimindo dessa forma a correcta situação patrimonial da Fundação.

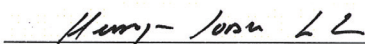
Analisámos, também, o relatório preparado pelo Conselho de Administração, que relata os aspectos mais significativos das actividades e acções que foram e serão desenvolvidas pela Fundação.

Ressalvamos que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado na opinião emitida (que anexamos) sobre as demonstrações financeiras supra referidas pelo vogal Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., em resultado da incumbência que lhe foi atribuída face às competências técnicas que detém.

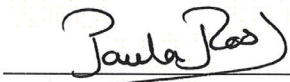
Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que sejam aprovados o Relatório de actividades emitido pelo Conselho de Administração e as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.

Lisboa, 08 de Abril de 2025

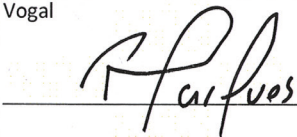
O CONSELHO FISCAL,



Dr. Henrique Soares dos Santos
Presidente



Dr.ª Paula Prado Rosa
Vogal



ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A.
Representada por: Dr. Pedro Miguel Marques (R.O.C. n.º 1801)

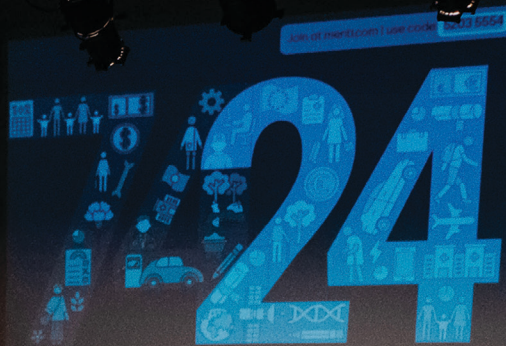
Evento de inauguração da exposição «Cinco Décadas de Democracia: O que mudou?», com dados da Pordata

18 de abril de 2024

A Pordata, em parceria com a Rede de Bibliotecas Escolares, inaugurou uma exposição infográfica que mostra o que mudou no país entre a década de 1970 e a atualidade, em áreas como a natalidade, educação, ensino superior, transportes, demografia, trabalho ou eleições. As infografias estiveram expostas em 450 escolas públicas de norte a sul do país, chegando a mais de 650 mil alunos. O arranque desta iniciativa foi assinalado com um evento na Escola Secundária Luís de Camões, em Lisboa, com o debate «Educação, o que mudou?», que reuniu Pedro Freitas, especialista em economia da educação, Mónica Vieira, coordenadora-geral do projeto Iniciativa Educação, e Hugo van der Ding no papel de moderador.

ANEXOS

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS



DEMOCRACIA
CINCO DÉCADAS
DE DEMOCRACIA,
O QUE MUDOU?



PRDATA

FUNDAÇÃO

REPUBLICA PORTUGUESA

PRDATA

FUNDAÇÃO

REPUBLICA PORTUGUESA

PRDATA

FUNDAÇÃO

REPUBLICA PORTUGUESA

I.

Carta de Princípios

A FUNDAÇÃO Francisco Manuel dos Santos propõe-se pensar, estudar e contribuir para o melhor conhecimento da realidade portuguesa. É seu propósito colaborar no esforço de resolução dos problemas da sociedade, em benefício de todos os Portugueses e das gerações futuras.

Para alcançar esse objetivo, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas que, obedecendo aos mais elevados padrões de rigor e qualidade, permitam uma melhor compreensão da realidade, apresentem soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundem o debate em torno dos grandes problemas nacionais e contribuam para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

A atividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos será norteadada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social, e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos atuará com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos são os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos considera essencial promover um envolvimento mais ativo da sociedade civil na reflexão e na resolução dos problemas nacionais, pelo que envidará todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projetos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objetiva e rigorosa sobre os resultados das suas atividades, garantindo ainda a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas atividades.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos entende que a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações é um objetivo tão importante quanto a realização de estudos e trabalhos de investigação.

Na prossecução das suas atividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pelos Fundadores.

II.

Estatutos

Artigo 1.º (Natureza)

A FUNDAÇÃO Francisco Manuel dos Santos, criada pela sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. (Fundadora), é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes Estatutos e, no que neles for omissivo, pela Lei Portuguesa.

Artigo 2.º (Fins e Objeto)

1. O fim primordial da Fundação é o de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. Com esse propósito fundamental, sem prejuízo da realização de outras atividades adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação promoverá estudos em diversas áreas, elaborando análises sobre temas selecionados, publicando os resultados, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objeto dos trabalhos.

2. As áreas abrangidas serão as mais variadas, com especial relevo para: a) População e demografia; b) Condições sociais e económicas das famílias e das pessoas; c) O desenvolvimento económico, social e humano; d) Identidade nacional e cultural; e) O Estado, a Administração Pública, as instituições democráticas e a organização do território; f) A Justiça, os Direitos e deveres dos cidadãos; g) O Estado de proteção social,

a Saúde, a Educação e a Segurança social; h) As políticas públicas; i) A sociedade civil, as instituições privadas, as associações e as empresas.

3. Os projetos a realizar pela Fundação deverão satisfazer os mais elevados critérios de rigor científico e independência de análise; traduzir uma real pluralidade de opiniões; garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores; ter como prioridade as questões relevantes da sociedade.

4. A Fundação será independente de organizações e interesses políticos, partidários, económicos, religiosos e outros.

5. A Fundação aprovará uma Carta de Princípios e um Código de Boas Práticas, documentos esses que serão amplamente divulgados e incluirão normas e regras de conduta que os titulares dos órgãos sociais se comprometerão a cumprir e fazer cumprir.

Artigo 3.º (Exclusões)

A Fundação não poderá conceder donativos ou por outros meios promover quaisquer atividades de prestação de cuidados de saúde, beneficência, desporto, criação artística, expressão cultural, educação, formação académica ou profissional, investigação científica individual, nem contribuir para custos gerais e correntes de entidades ou organizações, construção de edifícios, aquisição de equipamentos e viaturas, aluguer de instalações, participação em conferências e congressos, espetáculos, atividades de cariz político ou partidário, associativismo profissional, nem colaborará em apelos públicos de recolha de fundos, organização de exposições ou museus e preservação do património cultural ou edificado.

Artigo 4.º (Duração)

A Fundação tem duração ilimitada.

Artigo 5.º (Sede)

A Fundação tem sede no Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 1099-081 Lisboa, freguesia de Campolide, Concelho de Lisboa.

O Conselho de Administração poderá criar delegações ou outras formas de representação onde for considerado necessário ou conveniente para a realização do seu fim.

Artigo 6.º (Património)

1. O património da Fundação é constituído:

- a) Por um capital inicial próprio de € 1 000 000,00 (um milhão de euros), que a Fundadora lhe destinou;
- b) Pelas dotações que vierem a ser tratadas com a Fundadora;
- c) Pelo produto, em bens ou direitos, de quaisquer subsídios, donativos, heranças, legados ou cedências a título gratuito, de quaisquer entidades, públicas ou privadas, portuguesas ou estrangeiras;
- d) Por todos os bens, móveis ou imóveis, e direitos que a Fundação venha por outro modo a adquirir;
- e) Pelos rendimentos resultantes da gestão do seu património;
- f) Pelo produto dos empréstimos que venha a contrair;
- g) Pelos rendimentos provenientes dos serviços prestados no desenvolvimento da sua atividade.

2. Para todos os efeitos, é expressa vontade da Fundadora conferir a natureza de

rendimentos da Fundação aos benefícios económicos referidos nas alíneas b) a g) do número anterior, bem como a quaisquer outros benefícios económicos auferidos pela Fundação com exceção dos relacionados com o capital inicial próprio referido na alínea a) do número anterior ou outros a que seja especificamente atribuída a natureza de capital próprio.

Artigo 7.º (Investimentos e Contribuições)

A Fundação pode alienar e onerar bens ou direitos e contrair obrigações, bem como realizar investimentos, nos termos que a sua administração julgue adequados à prossecução dos seus fins ou à realização de uma aplicação mais produtiva ou segura dos valores do seu património.

A Fundação não pode aceitar doações, heranças ou legados sujeitos a condição ou a encargo que contrariem o seu objeto, finalidade e independência.

Artigo 8.º (Órgãos da Fundação)

São órgãos da Fundação o Conselho de Curadores, o Órgão de Fiscalização, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

Artigo 9.º (Conselho de Administração)

1. O Conselho de Administração é composto por cinco a onze membros, sempre em número ímpar, um dos quais será o presidente, dele fazendo parte a

Comissão Executiva conforme previsto no artigo 11.º.

- 2.** O mandato dos membros do Conselho de Administração é de cinco anos, sendo renovável até duas vezes.
- 3.** O presidente e os restantes membros do Conselho de Administração são eleitos pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente deste.
- 4.** Se um membro do Conselho de Administração for membro do Conselho de Curadores, suspende o respetivo mandato neste último Conselho enquanto exercer aquelas funções.
- 5.** As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.

Artigo 10.º (Competência do Conselho de Administração)

- 1.** Compete em especial ao presidente do Conselho de Administração promover os projetos tendentes à realização dos fins da Fundação.
- 2.** Compete ainda ao presidente do Conselho de Administração, sempre que considerar adequado, propor ao Conselho de Curadores a adoção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação.
- 3.** Compete ao Conselho de Administração gerir o património da Fundação, bem como deliberar sobre propostas de alteração dos estatutos, de modificação e de extinção da Fundação e, em especial:
 - a) Administrar o património da Fundação, praticando todos os atos

- necessários a esse fim, incluindo os atos previstos no n.º 1 do artigo 7.º;
- b) Aprovar os planos anuais de atividade, o relatório, o balanço e as contas do exercício, submetendo-os à aprovação do Conselho de Curadores;
- c) Aprovar o orçamento anual;
- d) Instituir e manter sistemas internos de controlo contabilístico, de forma a refletirem, precisa e totalmente em cada momento, a situação patrimonial e financeira da Fundação;
- e) Deliberar sobre a abertura de delegações ou outras formas de representação;
- f) Proceder à aceitação de donativos, patrocínios, participações e subsídios destinados a projetos concretos da Fundação.

Artigo 11.º (Comissão Executiva)

- 1.** A Comissão Executiva faz parte do Conselho de Administração e é constituída por um presidente e quatro vogais. O presidente da Comissão Executiva pode acumular funções com as de presidente do Conselho de Administração.
- 2.** A Comissão Executiva é eleita pelo Conselho de Administração na primeira reunião do mesmo que tiver lugar, exceto se os seus membros tiverem já sido expressamente designados pelo Conselho de Curadores no âmbito da eleição do Conselho de Administração.
- 3.** Competem, em geral, à Comissão Executiva funções de gestão corrente da Fundação e, em especial:
 - a) Contratar, gerir e dirigir o pessoal;
 - b) Avaliar e aprovar propostas de projetos ou atividades e todos os

respetivos termos e condições, aprovar a concessão de subsídios, apoios ou empréstimos a projetos específicos e quaisquer outras despesas da Fundação;

- c) Tomar todas as decisões e exercer todas as funções que não estejam expressamente cometidas a outro órgão.

4. As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.

Artigo 12.º (Vinculação da Fundação)

1. O Conselho de Administração representa a Fundação, em juízo ou fora dele, com poderes de delegação em qualquer dos vogais do Conselho de Administração.

2. A Fundação obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, um dos quais deverá ser membro da Comissão Executiva.

3. O Conselho de Administração, bem como a Comissão Executiva, podem constituir mandatários, delegando-lhes competência, podendo, nesse caso, a Fundação ficar obrigada pela assinatura conjunta de um membro do Conselho de Administração e de um mandatário nos termos estabelecidos no mandato.

Artigo 13.º (Conselho de Curadores)

1. O Conselho de Curadores é composto por cinco a nove Membros, designados de entre personalidades de mérito reconhecido e integridade moral comprovada

e com competência nos domínios adequados ao desempenho das atividades da Fundação.

2. O presidente do Conselho de Curadores é designado pela Fundadora, enquanto esta tiver existência jurídica.

Se a Fundadora não tiver existência jurídica no momento da designação, o presidente será eleito por maioria dos votos dos membros do próprio Conselho de Curadores.

3. Os demais membros do Conselho de Curadores são designados por deliberação do próprio Conselho, sob proposta do presidente do Conselho de Curadores.

4. O mandato dos membros do Conselho de Curadores terá a duração de cinco anos, podendo ser prorrogado uma única vez por idêntico período. Pode, no entanto, o mandato de qualquer dos membros ser renovado para além do segundo período, por proposta do presidente do Conselho de Curadores e deliberação por maioria de dois terços dos seus membros.

5. A limitação de mandatos prevista no número anterior não se aplica ao presidente do Conselho de Curadores.

6. O mandato dos membros do Conselho de Curadores cessa:

- a) Por decurso do tempo, conforme disposto no número 4;
- b) Por morte ou incapacidade permanente;
- c) Por renúncia por carta dirigida ao presidente do Conselho de Curadores;
- d) Por exclusão deliberada em escrutínio secreto por maioria de dois terços dos membros do Conselho em funções, com fundamento em indignidade, falta grave ou desinteresse manifesto no exercício das funções.

7. O Conselho de Curadores reúne pelo menos uma vez por semestre, e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente, de sua iniciativa ou a pedido do presidente do Conselho de Administração ou da maioria dos membros do Conselho de Curadores.

8. Os membros do Conselho de Curadores podem fazer-se representar nas reuniões por outro membro, mediante comunicação escrita previamente dirigida ao presidente, com exceção das votações a que se refere o artigo 16.º.

9. As funções de membro do Conselho de Curadores não são remuneradas, sendo-lhes, no entanto, atribuídas subvenções de presença e de transporte e ajudas de custo.

10. Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho de Curadores são tomadas por maioria, tendo o seu presidente voto de qualidade.

11. Os membros do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva podem participar nas reuniões do Conselho de Curadores, a convite do respetivo presidente, sem direito de voto.

Artigo 14.º (Competência do Conselho de Curadores)

1. Compete ao Conselho de Curadores:

a) Garantir a manutenção dos princípios orientadores da Fundação e aprovar as linhas gerais do seu funcionamento e da prossecução dos seus fins;

b) Designar, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, os membros do Conselho de Administração;

c) Destituir os membros do Conselho de Administração;

d) Deliberar sobre as propostas do presidente do Conselho de Administração, apresentadas nos termos do Artigo 10.º, n.º 2, quanto à adoção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação, através da adoção de regulamentos internos, resoluções ou qualquer outro modo considerado conveniente;

e) Designar os seus próprios membros, nos termos do artigo 13.º;

f) Apreciar e aprovar o relatório, balanço e contas do exercício preparados pelo Conselho de Administração;

g) Designar o Órgão de Fiscalização, nos termos do artigo 15.º;

h) Definir o estatuto remuneratório dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como o valor das subvenções e ajudas de custo dos seus próprios membros, através de uma comissão composta por três membros do Conselho de Curadores, um dos quais o respetivo presidente;

i) Aprovar a aceitação de donativos, subsídios, heranças ou legados de quaisquer entidades, fora dos casos previstos no artigo 11.º, n.º 3, c), quer impliquem ou não para a Fundação a constituição de encargos ou o estabelecimento de condições.

2. A comissão referida na alínea h) do número anterior é eleita pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente, que também preside à mesma, e delibera sob a sua proposta.

Artigo 15.º (Fiscalização)

1. A fiscalização da Fundação é exercida por um Conselho Fiscal composto por um presidente e dois vogais.
2. O órgão de fiscalização é designado pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente deste, tendo os mandatos a duração de cinco anos.
3. Compete ao órgão de fiscalização:
 - a) Examinar e emitir parecer, anualmente, sobre o balanço e as contas do exercício a aprovar pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Curadores;
 - b) Verificar periodicamente a regularidade da escrituração da Fundação;
 - c) Examinar e emitir parecer, trimestralmente, sobre as contas apresentadas pela Comissão Executiva.

Artigo 16.º (Modificação dos Estatutos, Transformação e Extinção)

1. A modificação dos presentes Estatutos e transformação e extinção da Fundação só podem ser deliberadas sob proposta do presidente do Conselho de Curadores, mediante aprovação em reunião conjunta do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores, tomada nos seguintes termos, sem prejuízo das disposições legais em vigor sobre a matéria:
 - a) A proposta terá de obter os votos favoráveis da maioria dos membros em efetividade de funções de cada

um daqueles Conselhos, individualmente considerados; e sem prejuízo da anterior alínea a), a proposta terá ainda de obter os votos favoráveis de dois terços da totalidade dos membros dos referidos Conselhos em efetividade de funções, conjuntamente considerados;

- b) Em caso de extinção, o património da Fundação terá o destino que, por deliberação conjunta dos órgãos referidos no número anterior, for julgado mais conveniente para a prossecução do fim para que foi instituída, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis quanto ao destino dos bens em caso de extinção.

Artigo 17.º (Vontade da Fundadora)

Os presentes Estatutos refletem integralmente a vontade da sociedade Fundadora e quaisquer dúvidas que surjam quanto à interpretação ou aplicação dos mesmos deverão ser resolvidas pela mesma ou, caso esta não tenha existência jurídica, pelo Conselho de Curadores.

III.

Declaração de Princípios e Código de Boas Práticas

I — Declaração de princípios

A FUNDAÇÃO Francisco Manuel dos Santos, constituída a 12 de fevereiro de 2009, é uma instituição sem fins lucrativos que tem como fim primordial promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. A Fundação acredita que o incremento do pensamento e do estudo sobre a realidade nacional pode contribuir decisivamente para o seu melhor conhecimento e, dessa forma, para a resolução dos seus problemas, em benefício de todos os Portugueses da geração presente e das gerações futuras.

Com vista a alcançar estes seus propósitos, e sem prejuízo da realização de outras iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação Francisco Manuel dos Santos dedica-se e continuará a dedicar-se a promover a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas nas mais diversas áreas, que — assegurando os mais elevados padrões de rigor científico, qualidade e independência de análise — tenham por escopo elaborar uma análise profunda e conhecedora de temas relevantes para a nossa sociedade, apresentando soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundando o debate em torno dos grandes problemas nacionais, e, desse

modo, contribuindo para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

Por meio destas obras, estudos e projetos — os quais, por imperativo inderrogável, devem traduzir uma real pluralidade de opiniões e garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores —, a Fundação Francisco Manuel dos Santos espera melhorar o conhecimento da realidade nacional, sobretudo junto da sociedade civil, cujo envolvimento ativo na reflexão e na resolução dos problemas nacionais se afigura essencial para a sua digna resolução.

Aliás, justamente com vista a promover esse envolvimento, a Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se ainda a envidar todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projetos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objetiva e rigorosa sobre os resultados das suas atividades e iniciativas, garantindo ainda, deste modo, a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas atividades. Para além disso, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá ainda a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações, cuja concretização considera tão importante quanto a realização dos estudos e trabalhos de investigação acima mencionados.

As áreas nas quais a Fundação Francisco Manuel dos Santos pretende focar a sua atividade são muito variadas, embora se devam destacar — por consistirem naquelas onde a intervenção da Fundação Francisco Manuel dos Santos assume tendencialmente maior relevo — as áreas da demografia e população,

condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, instituições públicas, grandes serviços públicos, relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

A atividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos é, e sempre será, norteadada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos atua, e sempre atuará, com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos funcionarão como os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

Na prossecução das suas atividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pela Fundadora.

II — Código de boas práticas

Introdução e princípios gerais

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, adiante designada «Fundação» ou «FFMS», rege-se pelos seus Estatutos, pela

sua Carta de Princípios e pelo presente Código de Boas Práticas.

A Fundação rege-se:

- a) Pelo **princípio da transparência** de normas e procedimentos, sendo públicos todos os seus códigos, regulamentos e dispositivos normativos, e devendo as atas das reuniões dos seus órgãos estatutários reproduzir integral e fidedignamente o que nelas ocorreu;
- b) Pelo **princípio democrático**, sendo as decisões dos seus órgãos colegiais tomadas por maioria e igualdade de votos, com voto de qualidade nos casos especificamente previstos;
- c) Pelo **princípio da lealdade institucional**, cabendo a todos os titulares de órgãos estatutários e colaboradores da FFMS o cumprimento dos princípios e da missão da Fundação e, bem assim, dos seus regulamentos e normas e das deliberações dos seus corpos diretivos, devendo ainda agir de acordo com padrões de boa-fé, diligência, responsabilidade, zelo e cuidado, e ainda por elevados princípios éticos de integridade e lealdade, em conformidade com os princípios de ética e conduta profissional elencados no presente Código de Boas Práticas;
- d) Pelos **princípios da verdade e da legalidade**, assumindo a Fundação o compromisso de que toda a informação por si prestada é atual, objetiva, verdadeira, clara e completa, respeitando as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis.

Âmbito de aplicação

Salvo disposição em contrário, o Código de Boas Práticas da Fundação é aplicável a todos os titulares dos seus órgãos

estatutários e a todos os colaboradores, constituindo também uma referência para o público no que se refere aos padrões de ética e conduta exigíveis à Fundação.

Princípios e regras funcionais

Relação com o público

A conduta dos titulares dos órgãos estatutários e dos colaboradores da Fundação nas relações com os beneficiários da ação da FFMS deve pautar-se por práticas honestas, transparentes, esclarecidas, profissionais e diligentes, por forma a desenvolver vínculos de confiança e credibilidade, dessa forma contribuindo para o sucesso e fiabilidade da Instituição.

Relação com entidades externas à Fundação

Os contactos, formais ou informais, com representantes de outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, devem sempre refletir as orientações e as posições da Fundação, devendo os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores pautar o seu relacionamento por critérios de qualidade, integridade, cortesia e transparência.

Seleção e recrutamento de colaboradores e fornecedores

A Fundação seleciona os seus colaboradores e fornecedores mediante uma avaliação objetiva e transparente, tendo por critérios, nomeadamente, o seu mérito, as condições de prestação de serviços e de fornecimento, a garantia de qualidade nos bens e serviços prestados e o cumprimento das melhores práticas ambientais.

Missão

Todos os colaboradores são indispensáveis à prossecução da missão e dos fins estatutários da Fundação, que se pretende sejam desenvolvidos de forma

sustentada e alicerçados na criação de uma cultura baseada nos valores da confiança, respeito mútuo, responsabilização e desenvolvimento de objetivos e, bem assim, de disciplina laboral.

Ambiente de trabalho e cultura organizativa

A Fundação assume como objetivos prioritários a criação e manutenção de um clima organizacional e social de bem-estar que estimule o desenvolvimento profissional e pessoal de cada indivíduo e, bem assim, que reconheça e premeie o esforço e a contribuição individual e coletiva com vista à prossecução da sua missão.

Ação social

A Fundação assume o compromisso de desenvolver uma política de ação social efetiva e de integração social tendo em vista responder às necessidades dos colaboradores, com o objetivo de melhorar o seu bem-estar e a sua qualidade de vida.

Proibição de discriminação

Na sua atuação, todos os titulares dos órgãos estatutários e colaboradores da Fundação não podem praticar atos que envolvam qualquer tipo de discriminação ou assédio, nomeadamente com base nas ligações pessoais ou familiares, raça, género, idade, orientação sexual, capacidade física, convicções ideológicas, religiosas ou outras.

Proibição de comportamentos ofensivos

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem, igualmente, abster-se do uso de linguagem imprópria ou inadequada e de outros comportamentos que, por ação ou omissão, possam ser considerados ofensivos pelos colaboradores ou que consubstanciem qualquer pressão que possa razoavelmente ser considerada abusiva.

Proteção de dados pessoais

1 — A Fundação assume o compromisso de proteger os dados pessoais a que, em razão da sua natureza e atividade específica, tenha acesso e/ou dos quais seja depositária, obrigando-se ao cumprimento do dever de confidencialidade, não podendo os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores, por qualquer forma, divulgar, transmitir ou utilizar dados pessoais e/ou informação confidencial, exceto se no âmbito normal das suas funções e/ou em cumprimento da lei ou de decisão judicial transitada em julgado.

2 — Quando verificadas as exceções antecedentemente previstas, os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação conformarão estritamente a sua conduta às normas legais e às melhores práticas em matéria de tratamento de proteção de dados pessoais e informação confidencial.

Higiene, segurança e saúde no trabalho

Os colaboradores da Fundação devem cumprir as ordens e instruções dos seus superiores hierárquicos em matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho, devendo, nomeadamente, abster-se do consumo de álcool ou substâncias ilícitas no exercício das suas funções.

Proteção ambiental

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem adotar as melhores práticas de proteção ambiental, nomeadamente promovendo uma gestão eco-eficiente, de forma a minimizar o impacto ambiental das atividades e uma utilização responsável dos recursos da Fundação.

Dever de zelo e rigor técnico e profissional

Os colaboradores da Fundação devem exercer a sua atividade com o máximo zelo e rigor técnico e profissional,

promovendo a melhoria contínua dos padrões de qualidade do serviço prestado pela FFMS, deles se esperando, nomeadamente:

- a) Que conheçam e atuem de acordo com as normas e instruções aplicáveis ao exercício da sua função;
- b) Que procurem continuamente aperfeiçoar e melhorar os seus conhecimentos.

Dever de informação e reporte

Sempre que possível, e de acordo com critérios de razoabilidade e prudência, devem os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação reportar quaisquer atos em desconformidade com a lei e o presente Código, nomeadamente de pressão abusiva ou de assédio, de que tenham conhecimento, não podendo, por isso, ser punidos ou prejudicados.

Dever de informação funcional

1 — Para além do adequado desempenho das tarefas de que forem incumbidos, os colaboradores da Fundação deverão proceder de forma transparente, mantendo os seus superiores hierárquicos e outros colaboradores intervenientes nos mesmos processos ao corrente do seu trabalho.

2 — É contrária ao dever de lealdade institucional a omissão de factos ou informações que possam afetar o bom nome, a integridade, ou a qualidade dos serviços prestados pela Fundação, os quais devem ser sempre reportados de acordo com critérios de prudência e razoabilidade e pelos canais hierárquicos adequados.

Reserva funcional e dever de sigilo profissional

1 — Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação não podem divulgar ou transmitir informações obtidas no desempenho das

suas funções, nem a pessoas externas à Fundação, nem a outros colaboradores que delas não necessitem para o cumprimento das suas funções.

2 — É igualmente vedada aos titulares dos órgãos estatutários e aos colaboradores da FFMS a utilização de informação a que tenham acesso no desempenho das suas funções para promover interesses próprios ou de terceiros.

Recursos da Fundação

1 — Cada um dos titulares dos órgãos estatutários e dos colaboradores da Fundação é responsável pelo uso adequado e pela proteção dos ativos e dos recursos da FFMS, ficando, assim, obrigado a utilizar tais ativos e recursos para o respetivo fim social e a proteger os mesmos contra fraude, furto, alteração ou perda decorrente de atos próprios e/ou de terceiros, velando pela sua conservação e pelo seu bom uso.

2 — Compete aos órgãos estatutários e, em particular, aos responsáveis pela gestão dos recursos da Fundação adotar procedimentos e conduta que assegurem a prudência e um uso parcimonioso dos meios disponíveis, o combate ao desperdício e a proscrição de despesas voluptuárias e gastos incompatíveis com o perfil e a missão da FFMS.

3 — Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem respeitar e proteger o património da Fundação. Os recursos da Fundação devem ser utilizados de forma eficiente, com vista à prossecução dos objetivos definidos e não para fins pessoais, devendo os colaboradores zelar pela sua proteção e bom estado de conservação e não permitir a utilização abusiva por terceiros dos seus serviços, equipamentos e instalações.

4 — Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem

ainda, no âmbito da sua atividade, adotar todas as medidas adequadas e justificadas no sentido de limitar os custos e as despesas da Fundação, com a finalidade de permitir a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

Proibição de percepção de ofertas ou outros benefícios

1 — Em respeito pelos princípios da transparência, da imparcialidade e da independência, os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação estão impedidos de receber quaisquer ofertas, pagamentos ou outros benefícios de cliente, fornecedor e/ou beneficiário, que de qualquer forma se relacionem com a sua atividade na Fundação.

2 — Nestes termos, é declarada como norma a recusa deliberada de ofertas cujo valor de mercado exceda os € 150,00.

Corrupção

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem opor-se ativamente a todas as formas de corrupção, ativa ou passiva, tendo especial atenção a quaisquer formas de pagamentos, favores e cumplicidades que possam induzir a criação de vantagens ilícitas, tais como ofertas ou recebimentos de fornecedores ou outras entidades.

Conflito de interesses

1 — Entende-se que existe conflito de interesses, atual ou potencial, sempre que os titulares dos órgãos estatutários ou os colaboradores permanentes da Fundação tenham um interesse pessoal ou privado, direto ou indireto, que em determinada matéria possa influenciar, direta ou indiretamente, o desempenho imparcial e objetivo das suas funções ou por qualquer forma colida, potencial ou efetivamente, com o interesse da Fundação no âmbito de uma determinada deliberação, e, bem

assim, de quaisquer circunstâncias relativas ao titular de órgão estatutário ou ao colaborador em causa ou a um terceiro suscetíveis de, naquele contexto, limitar por qualquer forma a sua imparcialidade.

2 — Por interesse pessoal ou privado entende-se qualquer potencial vantagem para o próprio, para os seus familiares e afins, para o seu círculo de amigos, para outro titular de órgão estatutário ou colaborador permanente da Fundação, para empresa em que tenha interesses ou instituição a que pertença.

3 — Os eventuais conflitos de interesses deverão ser imediatamente comunicados, consoante os casos, ao superior hierárquico, ao presidente do Conselho de Administração ou ao presidente do Conselho de Curadores.

4 — Se o superior hierárquico, o presidente do Conselho de Administração ou o presidente do Conselho de Curadores concluir pela existência de um conflito de interesses, depois de analisada a situação exposta pelo administrador em questão, decidirá que este não participa na discussão e/ou votação das deliberações em apreço ou meramente relacionadas.

5 — As atas das reuniões dos órgãos estatutários da Fundação deverão reproduzir qualquer situação de conflito de interesses assumida pelos respetivos membros.

6 — Os titulares dos órgãos estatutários deverão, consoante os casos, enviar ao presidente do Conselho de Curadores ou ao presidente do Conselho de Administração, nos 30 dias subsequentes à entrada em vigor do presente Código, uma lista das instituições ou empresas das quais sejam membros ou nas quais ocupem qualquer função, bem como proceder à sua atualização sempre que se verifiquem quaisquer alterações.

7 — Será criado um Registo de Interesses através de um Regulamento, divulgado na página oficial da Fundação na Internet.

Exclusividade

1 — O exercício pelos colaboradores ou membros da Comissão Executiva de quaisquer atividades profissionais externas à Fundação, remuneradas e não remuneradas, deverá ser sempre previamente autorizado pelo Conselho de Administração.

2 — Os colaboradores ou membros da Comissão Executiva poderão exercer atividades científicas ou académicas, podendo dedicar-se à docência ou à investigação, proferir conferências, redigir livros ou artigos de natureza técnico-científica ou desenvolver outras atividades da mesma natureza, mesmo quando o tema se relacione com o âmbito das suas atribuições profissionais, e ainda exercer funções não executivas em outras instituições.

3 — O exercício de uma atividade profissional externa que diminua substancialmente o tempo disponível dos colaboradores ou membros da Comissão Executiva para o exercício das suas atribuições deverá refletir-se, necessariamente, na respetiva remuneração.

4 — Os colaboradores ou membros da Comissão Executiva da Fundação deverão comunicar ao presidente do Conselho de Administração todas as funções que exercem, a título remunerado ou não remunerado, noutras instituições.

Incompatibilidades

1 — São incompatíveis com o exercício das suas atribuições como colaboradores ou membros da Comissão Executiva da Fundação, nomeadamente, os seguintes cargos ou funções:

- a) Titular ou membro de qualquer órgão de soberania;

b) Função executiva ou consultiva em outras fundações.

2 — O Conselho de Administração deliberará caso a caso quanto ao exercício de funções executivas em empresas públicas ou privadas pelos membros da Comissão Executiva.

Atividades Políticas

1 — No exercício de atividades cívicas ou políticas, os colaboradores e os titulares dos órgãos estatutários da Fundação devem preservar a independência da FFMS e não comprometer a sua capacidade e a sua aptidão para prosseguir as suas atribuições nos termos dos respetivos Estatutos.

2 — Os membros da Comissão Executiva, Coordenadores e Consultores de Área não podem fazer parte de quaisquer órgãos de direção política ou executiva nacional nem ser porta-vozes de partidos políticos.

Disposições finais

Publicidade

1 — O Código de Boas Práticas da Fundação é público e deverá ser divulgado e colocado à disposição de todos os colaboradores, em suporte eletrónico através da Intranet, e prevê a possibilidade de, através de um processo continuado e participativo, se proceder à sua atualização e adaptação.

2 — A Fundação deverá adotar medidas eficazes para informar o público sobre o presente Código, designadamente disponibilizando-o na sua página oficial na internet.

3 — No processo de admissão de colaboradores da Fundação deverá constar a declaração de conhecimento e aceitação do presente Código.

Sanções

A violação de qualquer norma ou princípio subjacente e imanente ao presente Código de Boas Práticas pode implicar para o incumpridor a abertura de procedimento disciplinar.

Dúvidas e omissões

1 — Para esclarecimento de dúvidas que se coloquem a propósito das matérias objeto do presente Código, para a comunicação de qualquer irregularidade ou para a resolução de eventuais problemas será nomeado um Curador que ficará especialmente responsável pela aplicação do presente Código, devendo ser-lhe veiculado diretamente qualquer pedido de esclarecimento, queixa ou outros assuntos que os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação considerem ser de colocar junto do Conselho de Administração ou do Conselho de Curadores.

2 — Nas situações omissas no presente Código, compete ao Conselho de Administração ou ao Conselho de Curadores, consoante os casos, deliberar em harmonia com a Carta de Princípios da Fundação.

Entrada em vigor

O presente Código entra em vigor na data da sua divulgação por todos os colaboradores e serviços da Fundação e obriga, sem exceção, todos aqueles abrangidos pelo seu âmbito tal como nele definido, não lhes sendo lícito a invocação de desconhecimento e/ou obscuridade como causa de exclusão de culpa e/ou responsabilidade.

Alteração, modificação ou substituição

O presente Código apenas pode ser alterado, modificado ou substituído, total ou parcialmente, por deliberação conjunta do Conselho de Curadores e do Conselho de Administração da Fundação.

IV.

Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2023



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho

Declaração de Utilidade Pública

A **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, pessoa colectiva de direito privado n.º 508867380, com sede em Lisboa,

Promove e aprofunda o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas, através da elaboração de estudos sobre temas seleccionados, publicando os resultados no site Prodata, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos, com especial relevo nas áreas da demografia e da população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, as cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, as instituições públicas, os grandes serviços públicos, as relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

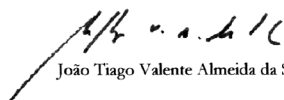
Instituída e reconhecida há cerca de um ano, a Fundação Francisco Manuel dos Santos prossegue, assim, fins de interesse geral e desenvolve, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade em áreas de relevo social.

Tratando-se de uma fundação, não tem aplicação o prazo de três anos previsto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro, o qual podia, no entanto, ser dispensado visto estarem reunidas as condições das alíneas a) e b) do n.º 3 do mesmo artigo.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 132/UP/2009 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Ministro da Presidência através do Despacho n.º 4213/2010, de 26 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 10 de Março de 2010, declaro a Fundação Francisco Manuel dos Santos pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros, 12 de Março de 2010

O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros


João Tiago Valente Almeida da Silveira



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 4150/2023

Sumário: Renova, pelo prazo de 10 anos, o estatuto de utilidade pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Renovação do estatuto de utilidade pública de fundação

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, pessoa coletiva n.º 508867380 com sede em Lisboa, foi instituída por escritura pública de 12.2.2009 e reconhecida pelo Despacho n.º 13592/2009, de 12 de junho.

Pelo Despacho n.º 5159/2010, de 23 de março, obteve a declaração de utilidade pública ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro.

O estatuto de utilidade pública foi confirmado ao abrigo do n.º 7 do artigo 6.º da Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, pelo Despacho n.º 3294/2013, de 1 de março, pelo período de cinco anos e renovado pelo Despacho n.º 6654-D/2018, de 6 de julho.

Para cumprimento do disposto no artigo 19.º da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, aprovada em anexo à Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, veio pedir a renovação do estatuto.

Verificando que se mantêm todos os pressupostos e requisitos legais, conforme exposto na informação dos serviços n.º I/662/2023/SGPCM do processo administrativo n.º 1788/2022 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pela Ministra da Presidência através do Despacho n.º 7937/2022, de 29 de junho, renovo o estatuto de utilidade pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, aprovada em anexo à Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, na sua redação atual.

A renovação é válida por 10 anos, produzindo efeitos desde 6 de julho de 2023.

24 de março de 2023. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros,
André Moz Caldas.

316320166

Despacho de Autorização de Alteração Estatutária



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA
E DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Despacho

No uso dos poderes delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016, ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 2553/2016, de 11 de fevereiro de 2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 35, de 19 de fevereiro, e com os fundamentos constantes da informação DAJD/1186/2016, que mereceu a concordância da Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação e da Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, que faz parte integrante do processo administrativo n.º 17/FUND/2016-SGPCM, defiro o pedido de autorização de alteração estatutária apresentado pelos órgãos próprios da Fundação Francisco Manuel dos Santos, nos termos do artigo 189.º do Código Civil e do artigo 31.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro.

A Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa,

Graça Fonseca

Despacho de Isenção de IRC

FINANÇAS, AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

DESPACHO

Para efeitos do n.º 2 do artigo 10.º do Código do IRC, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, reconhece-se à Fundação Francisco Manuel dos Santos, NIF 508 867 380, com sede no Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, Lisboa, a isenção de IRC nos termos e com a seguinte amplitude:

- CATEGORIA B - Rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais e industriais desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários.
- CATEGORIA E - Rendimentos de capitais, com exceção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;
- CATEGORIA F - Rendimentos Prediais;
- CATEGORIA G - Incrementos Patrimoniais

Esta isenção aplica-se a partir de 2017.01.01, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 65.º do CPPT, ficando condicionada à observância continuada dos requisitos estabelecidos nas alíneas a), b), e c) do n.º 3 do artigo 10.º do Código do IRC, com as consequências, em caso de incumprimento, previstas nos n.ºs 4 e 5 desta disposição.

Lisboa, 17 de janeiro de 2022

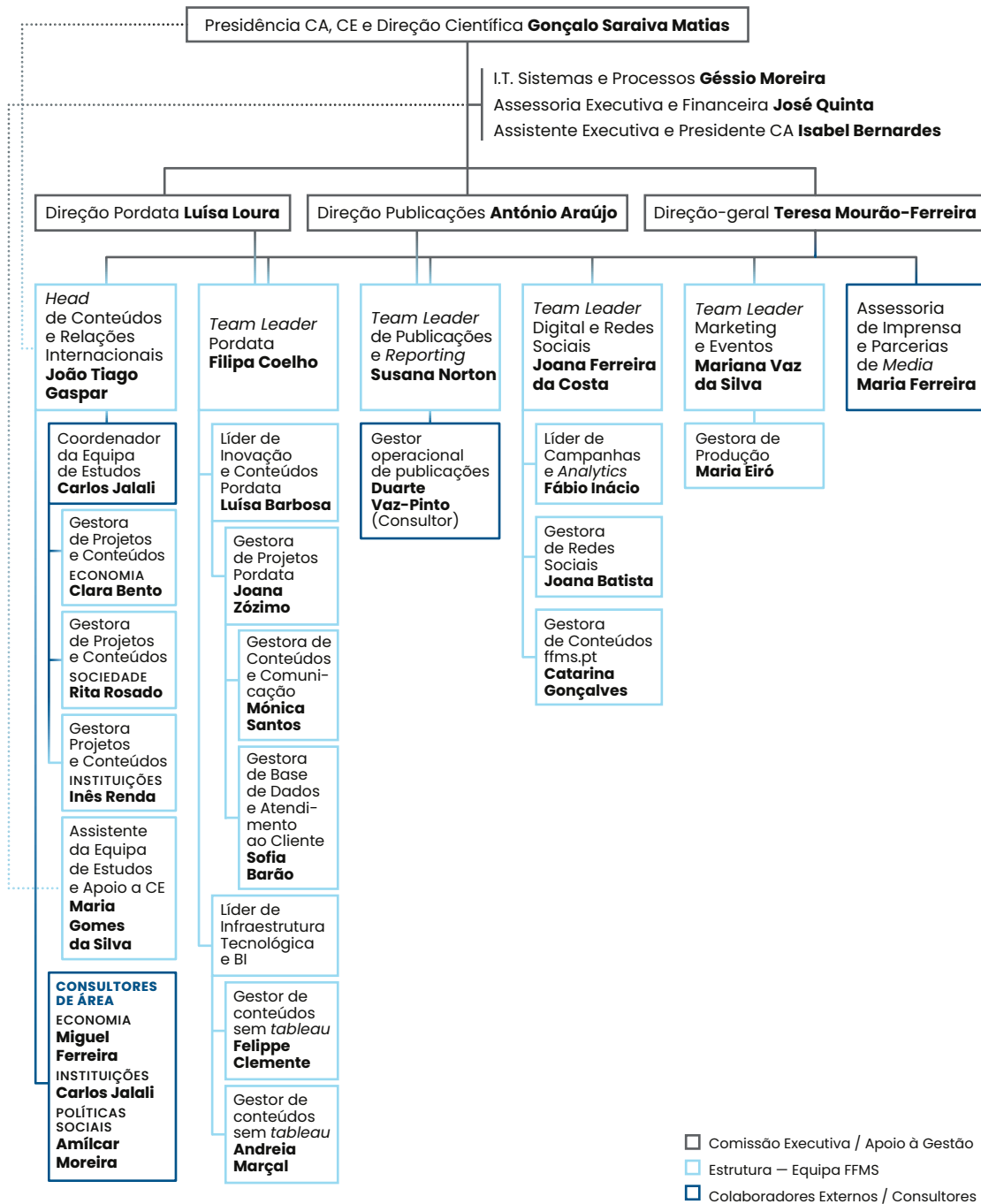
Por subdelegação de competências,

A Subdiretora-Geral

Teresa Gil

Assinado de forma
digital por Teresa Gil
Dados: 2022.01.17
18:01:45 Z

Organograma da Fundação a 31/12/2024



VIII.

Procedimentos para a Avaliação de Atividades da Fundação

1) A avaliação das atividades da Fundação será feita no cumprimento dos princípios de bom governo nos termos do número 5 do Artigo 2 dos Estatutos, nomeadamente a adequação aos objetivos e propósitos da Fundação; conformidade com os Estatutos, os Planos e os Orçamentos; isenção e independência científica, política e económica; relevância social, política ou cultural; seriedade e frugalidade; e prestação de contas.

2) A avaliação das atividades da Fundação tem como objetivo assistir o Conselho da Administração e a Comissão Executiva do Conselho da Administração no cumprimento das suas responsabilidades nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, especificamente na tomada de decisões sobre atividades e publicações em curso, a manter, ou a desenvolver, assim como a cessar.

3) Em nenhum momento a avaliação das atividades da Fundação inibe o poder de decisão do Conselho da Administração e da Comissão Executiva do Conselho da Administração nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno.

4) As avaliações podem ser internas e externas.

5) As avaliações internas serão periódicas e assentam nos princípios da responsabilização interna e da prestação de contas.

6) As avaliações externas serão excecionais e assentam nos princípios da transparência, da consulta externa, da isenção, da independência e da exogamia.

7) A avaliação das atividades da Fundação enquanto elemento de consulta e de suporte à decisão será da competência da Comissão Executiva, exceto quando envolva um montante superior a 100 mil euros nos termos do Regulamento Interno.

8) A Comissão Executiva informará previamente o Conselho de Administração de todas as avaliações que pretende realizar e do seu curso, incluindo os seguintes elementos formais:

- a) Tipo de avaliação;
- b) Objetivo da avaliação;
- c) Nome dos avaliadores;
- d) Termos de referência da avaliação;
- e) Calendário da avaliação;
- f) Metodologia da avaliação.

9) A Comissão Executiva informará o Conselho de Administração de todas as avaliações realizadas e terminadas, cujos resultados e relatórios finais serão fornecidos aos membros do Conselho de Administração que os solicitarem.

10) Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, o Conselho de Administração poderá solicitar à Comissão Executiva uma avaliação interna ou externa com o objetivo específico de assistir o Conselho de Administração no exercício das suas competências.

Protocolos e Parcerias em Vigor a 31/12/2024

Protocolos e parcerias

- Âmbito Cultural do El Corte Inglés
- APEL, Associação Portuguesa de Editores de Livros
- Arquivo da RTP
- Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico (ADIST)
- Biblioteca Nacional de Portugal
- Brookings Institution
- CNN
- CMTV, Programa «Falar Global»
- DOMP — Instituto de Estudos
- Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
- FNAC
- Fundação Casa de Mateus
- GOWE
- ICS da UL, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa
- ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa
- ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão
- *Jornal de Negócios*
- *Jornal Económico*
- *Jornal Expresso*
- *Jornal Público*
- NFORUMEXECUTIVOS – Formação e Consultoria
- Oeiras Valley
- Rádio Comercial
- Rádio Renascença
- Revista *Visão*
- Rede de Bibliotecas Escolares
- RTP, Radiotelevisão de Portugal
- SIC

- SIC Notícias
- TVI
- Universidade Católica Portuguesa
- Universidade de Aveiro, UA
- Universidade de Lisboa, UL
- Universidade do Minho, UM
- Universidade do Porto, UP
- Universidade Nova de Lisboa, UNL
- V-Dem: Varieties of Democracy

Fontes da Pordata

Portugal/Municípios

- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE)
- Banco de Portugal (BdP)
- Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM)
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
- Assembleia da República (AR)
- Procuradoria-Geral da República (PGR)
- Comissão Nacional de Eleições (CNE)
- Governo dos Açores
- Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM)
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA)
- Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Madeira (IFCN Madeira)
- Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas do Governo dos Açores (SRAAC Açores)
- Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS)
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

Presidência (MP)

- Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P. (AIMA)
- Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)

Administração Interna (MAI)

- Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT)
- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI)

Agricultura e Pescas (MAP)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)

Ambiente e Energia (MAE)

- Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Direção-Geral do Território (DGT)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)

Assuntos Parlamentares (MAP)

- Direção-Geral do Ensino Superior (DGES)
- Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA)

- Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (IPDJ)

Coesão Territorial (MCT)

- Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL)
- Direção-Geral do Território (DGT)

Cultura (MC)

- Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)
- Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA)
- Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E. (MMP)

Economia (ME)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT)
- Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA)
- Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)

Educação, Ciência e Inovação (MECI)

- Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)
- Direção-Geral do Ensino Superior (DGES)
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (FCT)
- Instituto de Avaliação Educativa, I. P. (IAVE)

- Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P. (IGeFE)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)
- Júri Nacional de Exames (JNE)
- Rede de Bibliotecas Escolares (RBE)

Finanças (MF)

- Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)
- Caixa Geral de Aposentações (CGA)
- Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)
- Direção-Geral do Orçamento (DGO)
- Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE)

Infraestruturas e Habitação (MIH)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.(IMT)

Justiça (MJ)

- Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)

Juventude e Modernização (MJM)

- Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (IPDJ)

Saúde (MS)

- Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS)
- Direção-Geral de Saúde (DGS)
- INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (INFARMED)

- Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA)
- Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

- Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA)
- Direção-Geral da Segurança Social (DGSS)
- Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT)
- Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)
- Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS)
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. (IGFSS)
- Instituto de Informática, I. P. (II)
- Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP)

Europa

- Departamento de Estatística da União Europeia (Eurostat)
- Comissão Europeia (CE)
- Organização das Nações Unidas (ONU)
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

X.

Órgãos Sociais da Fundação a 31/12/2024

Conselho de Curadores

José Soares dos Santos, *presidente*

Alda Carvalho

António Lobo Xavier

Fátima Barros

Jaime Gama

Luís Amado

Maria Manuel Mota

Nuno Garoupa

Ricardo Reis

Comissão de Vencimentos

José Soares dos Santos, *presidente*

António Lobo Xavier

Luís Amado

Conselho de Administração

Gonçalo Saraiva Matias, *presidente*

António Araújo

Inês Soares dos Santos Canas

Luísa Loura

Teresa Mourão-Ferreira

Comissão Executiva

Gonçalo Saraiva Matias, *presidente*

António Araújo, *diretor de publicações*

Luísa Loura, *diretora da Pordata*

Teresa Mourão-Ferreira, *diretora-geral*

Conselho Fiscal

Henrique Soares dos Santos, *presidente*

Paula Prado

Auditor Externo, EY

XI.

Lista de Estudos da Fundação

Estudos divulgados em 2012 (4)

1. *Desigualdade Económica em Portugal*

Coordenação: Carlos Farinha Rodrigues
(Instituto Superior de Economia e Gestão)

2. *Projeções 2030 e o Futuro*

Coordenação: Maria Filomena Mendes
(Instituto Superior de Economia e Gestão)
e Maria João Valente Rosa (Universidade
de Évora)

3. *Droga e Propinas: Avaliações de impacto legislativo*

Coordenação: Ricardo Gonçalves
(Faculdade de Economia e Gestão
da Universidade Católica Portuguesa)

4. *Justiça Económica em Portugal*

Coordenação: Mariana França Gouveia
(Universidade Nova de Lisboa), Nuno
Garoupa (Universidade George Mason) e
Pedro Magalhães (Instituto de Ciências
Sociais da Universidade de Lisboa)

Estudos divulgados em 2013 (9)

1. *Segredo de Justiça*

Coordenação: Fernando Gascón Inchausti
(Universidade Complutense de Madrid)

2. *Informação e Saúde*

Autora: Rita Espanha (Instituto
Universitário de Lisboa)

3. *Escolas para o Século XXI: Liberdade e autonomia na educação*

Autor: Alexandre Homem Cristo (Instituto
de Ciências Sociais da Universidade
de Lisboa)

4. Que Ciência Se Aprende na Escola?

Coordenação: Margarida Afonso (Escola Superior de Educação de Castelo Branco)

5. 25 Anos de Portugal Europeu:

A economia, a sociedade e os fundos estruturais

Coordenação: Augusto Mateus (Instituto Superior de Economia e Gestão)

6. O Cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal

Coordenação: Rodrigo Sarmiento de Beires (Associação de Municípios da Terra Quente Trasmontana)

7. Custos e Preços na Saúde: Passado, presente e futuro

Coordenação: Carlos Costa (Antigo Governador do Banco de Portugal)

8. Processos de Envelhecimento em Portugal: Usos do tempo, redes sociais e condições de vida

Coordenação: Manuel Villaverde Cabral (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

9. Literatura e Ensino do Português

Equipa: José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus (Faculdade de Letras de Coimbra da Universidade de Coimbra)

Estudos divulgados em 2014 (10)

1. Mais Diários de Uma Sala de Aula

Coordenação: Maria Filomena Mónica (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

2. Portugal nas Decisões Europeias: Uma perspetiva comparada

Coordenação: Alexander Trechsel e Richard Rose (Instituto Universitário de Florença)

3. Mortalidade Infantil em Portugal:

Evolução dos indicadores e fatores associados de 1988 a 2008

Coordenação: Xavier Barreto (Centro Hospitalar de S. João EPE) e José Pedro Correia (Observatório Português de Canábis Medicinal)

4. Ensino da Leitura no 1.º Ciclo do Ensino Básico: Crenças, conhecimentos e formação dos professores

Coordenação: João A. Lopes, Maria Gabriela Velasquez, Leandro S. Almeida (Universidade do Minho), Louise Spear-Swerling (Southern Connecticut State University), Célia Oliveira (Universidade Lusófona do Porto) e Luísa Araújo (Instituto Superior de Educação e Ciências)

5. Os Tempos na Escola: Estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países

Equipa: Maria Isabel Festas, Ana Maria Seixas, Armanda Matos e Patrícia Frias Fernandes (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra)

6. A Ciência na Educação Pré-escolar:

A promoção da literacia científica em jardim de infância em Portugal

Equipa: Maria Lúcia Santos (Associação de Profissionais de Educação de Infância), Maria Filomena Gaspar (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra) e Sofia Saraiva Santos

7. Juízes na Europa: Formação, seleção, promoção e avaliação

Autor: Carlos Gómez Ligüerre (Universitat Pompeu Fabra)

8. O Ministério Público na Europa

Equipa: José Martín Pastor (Universidade de Valência), Pedro Garcia Marques (Faculdade de Direito da Universidade

Católica Portuguesa) e Luís Eloy Azevedo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

9. *Feitura das Leis: Portugal e a Europa*

Coordenação: João Caupers (Nova School of Law), Marta Tavares de Almeida (Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Universidade de Lisboa) e Pierre Guibentif (Instituto Universitário de Lisboa)

10. *Inquérito à Fecundidade 2013*

Coordenação: INE (Instituto Nacional de Estatística)

Estudos divulgados em 2015 (8)

1. *O Quinto Compromisso:*

Desenvolvimento de um sistema de garantia do desempenho educativo em Portugal

Equipa: Margaret E. Raymond e Yohannes Negassi (CREDO, Universidade de Stanford)

2. *Ciência e Tecnologia em Portugal: Métricas e impacto (1995–2011)*

Equipa: Armando Vieira (Stratified Medical) e Carlos Fiolhais (Universidade de Coimbra)

3. *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa (1951–2011): Evolução e perspetivas*

Coordenação: Mário Leston Bandeira (Associação Portuguesa de Demografia)

4. *A Economia do Futuro: A visão de cidadãos, empresários e autarcas*

Coordenação: João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

5. *Valores, Qualidade Institucional e Desenvolvimento em Portugal*

Coordenação: Alejandro Portes (Princeton University) e M. Margarida Marques (Universidade Nova de Lisboa)

6. *Três Décadas de Portugal Europeu:*

Balanço e perspetivas

Coordenação: Augusto Mateus

7. *O Multimédia no Ensino das Ciências:*

Cinco anos de investigação e ensino em Portugal

Equipa: João Paiva, Carla Morais e Luciano Moreira (Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

8. *Cultura Científica em Portugal:*

Ferramentas para perceber o mundo e aprender a mudá-lo

Equipa: António Granado e José Vítor Malheiro (jornalistas)

Estudos divulgados em 2016 (2)

1. *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal, 2009–2014*

Coordenação: Carlos Farinha Rodrigues (Instituto Superior de Economia e Gestão)

2. *Será a Repetição de Ano Benéfica para os Alunos?*

Coordenação: Luís Catela Nunes, Ana Balcão Reis e Carmo Seabra (NOVA SBE)

Estudos divulgados em 2017 (7)

1. *Migrações e Sustentabilidade*

Demográfica: perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas

Coordenação: João Peixoto (ISEG), Daniela Craveiro (ISEG/ISCTE) e Jorge Macaísta Malheiros (Universidade de Lisboa)

2. *Limitação de Mandatos*

Coordenação: Francisco Veiga e Linda Veiga (Universidade do Minho)

3. *Justiça entre Gerações: Perspetivas interdisciplinares*

Coordenação: Jorge Pereira da Silva e Gonçalo de Almeida Ribeiro (Universidade Católica Portuguesa)

4. Mobilidade Social em Portugal

Coordenação: Teresa Bago d'Uva
(Erasmus School of Economics)

5. O Estado por Dentro: Uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal

Coordenação: Daniel Seabra Lopes
(Instituto Superior de Economia e Gestão)

6. O Impacto Económico dos Fundos Europeus: A experiência dos municípios portugueses

Coordenação: José Tavares, Ernesto Freitas e João Pereira dos Santos (NOVA SBE)

7. Porque Melhoraram os Resultados PISA em Portugal? Estudo longitudinal e comparado (2000–2015)

Coordenação: Ana Sousa Ferreira
(Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa)

Estudos divulgados em 2018 (7)

1. Igualdade de Género ao Longo da Vida: Portugal no contexto europeu

Coordenação: Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa)

2. Dinâmica Empresarial e Desigualdade

Coordenação: Rui Baptista (Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa)

3. Diversificação e Crescimento da Economia Portuguesa

Coordenação: Leonor Sopas (Católica Porto Business School)

4. Encerramento de Multinacionais: O capital que fica

Coordenação: Pedro de Faria (Faculdade de Economia e Gestão da Universidade de Groningen)

5. Orçamento, Economia e Democracia: uma proposta de arquitetura institucional

Coordenação: Abel M. Mateus
(Universidade Nova de Lisboa)

6. Empresas Privadas e Municípios: Dinâmicas e desempenhos

Equipa: José Tavares, Ernesto Freitas e João Pereira dos Santos (NOVA SBE)

7. Qualidade da Governação Local em Portugal

Coordenação: António F. Tavares (Florida State University) e Luís de Sousa (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Estudos divulgados em 2019 (7)

1. As Mulheres em Portugal, Hoje: Quem são, o que pensam e o que sentem

Coordenação: Laura Sagnier e Alex Morell (PRM — Market Intelligence)

2. Financial and Social Sustainability of the Portuguese Pension System

Coordenação: Amílcar Moreira (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa)

3. Instituições e Qualidade da Democracia: Cultura política na Europa do sul

Coordenação: Tiago Fernandes
(Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa)

4. Identidades Religiosas e Dinâmicas Sociais na Área Metropolitana de Lisboa

Coordenação: Alfredo Teixeira (Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa)

5. A Evolução da Ciência em Portugal (1987–2016)

Coordenação: Nuno Ferrand (CIBIO, Universidade do Porto)

6. Os Tribunais e a Crise económica e Financeira: Uma análise do discurso judicial

Coordenação: Teresa Violante (FAU, Nuremberga) e Patrícia André (CEDIS, Universidade Nova de Lisboa)

7. Constitutions in Times of Financial Crisis

Coordenação: Tom Ginsburg (Universidade de Chicago) e Georg Vanberg (Universidade de Duke)

Estudos divulgados em 2020 (3)

1. GDP-Linked Bonds in the Portuguese Economy

Coordenação: Gonçalo Pina (ESCP Business School)

2. Datação dos Ciclos da Economia Portuguesa

Coordenação: Ricardo Reis (London School of Economics).

3. Features of Portuguese International Trade: A firm-level perspective

Coordenação: João Amador (Nova SBE)

Estudos divulgados em 2021 (6)

1. Artificial Intelligence Pathways and Opportunities: A view from Portugal

Coordenação: João Castro (Nova SBE)

2. A Pobreza em Portugal: Trajetos e quotidianos

Coordenação: Fernando Diogo (Universidade dos Açores)

3. Financial Constraints and Business Dynamics: Lessons from the 2008–2013 recession

Coordenação: Carlos Carreira (Universidade de Coimbra)

4. Transport Systems in Portugal: Analysis of efficiency and regional impact

Coordenação: Carlos Oliveira Cruz (Instituto Superior Técnico)

5. Do Made in ao Created in: Um novo paradigma para a economia portuguesa

Coordenação: Fernando Alexandre (Universidade do Minho)

6. Os Jovens em Portugal, Hoje: Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem

Coordenação: Laura Sagnier (PRM — Market Intelligence)

Estudos divulgados em 2022 (8)

1. The Real Estate Market in Portugal: Prices, rents, tourism, and accessibility

Coordenação: Paulo Rodrigues (Nova SBE)

2. Um Novo Normal? Impactos e lições de dois anos de pandemia em Portugal

Coordenação: Nuno Monteiro (Universidade de Yale) e Carlos Jalali (Universidade de Aveiro)

3. O Financiamento das PME Portuguesas: A crise e a recuperação entre 2008 e 2018

Coordenação: Clara Raposo (Instituto Superior de Economia e Gestão)

4. Os Grupos de Interesse no Sistema Político Português

Coordenação: Marco Lisi (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa)

5. Financing Entrepreneurship in Portugal

Coordenação: Miguel Ferreira (Nova SBE)

6. Território de Bem-estar: Assimetrias nos municípios portugueses

Coordenação: Rosário Mauritti (Instituto Universitário de Lisboa)

7. O Estado Regulador em Portugal:

Evolução e desempenho

Coordenação: Ana Lourenço (Católica Porto Business School)

8. Ethics and Integrity in Politics:

Perceptions, control, and impact

Coordenação: Luís de Sousa e Susana Coroado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Projetos científicos divulgados em 2023 (4)

1. Como Comemos o Que Comemos:

Um retrato do consumo de refeições em Portugal (estudo)

Coordenação: Ana Isabel Costa (Católica Lisbon School of Business)

2. A Crise da Habitação nas Grandes Cidades: Uma análise (policy paper)

Coordenação: Paulo Rodrigues (Nova SBE e Banco de Portugal)

3. Afinal, Quantas Pessoas se Abstem em Portugal? (policy paper)

Coordenação: João Cancela (Nova FCSH) e José Santana Pereira (ISCTE-IUL)

4. Barómetro da Habitação (barómetro)

Coordenação: Alda Azevedo (ICS-ULisboa) e João Pereira dos Santos (ISEG-ULisboa)

Projetos científicos divulgados em 2024 (5)

1. Barómetro da Política Europeia (barómetro)

Coordenação: Ana Maria Belchior (ISCTE-IUL) e Lea Heyne (ICS-ULisboa)

2. O Impacto do IRC na Economia Portuguesa (estudo)

Coordenação: Pedro Brinca (Nova SBE)

3. Understanding Ageism in the Workplace (estudo)

Coordenação: David Patient (Vlerick Business School)

4. Barómetro da Corrupção (barómetro)

Coordenação: Luís de Sousa (ICS-ULisboa) e Susana Coroado (Dublin City University)

5. Barómetro da Imigração: A perspetiva dos portugueses (barómetro)

Coordenação: Rui Costa Lopes (ICS-ULisboa)

Lista dos Ensaios da Fundação, 2010–2024

N.º	Título	Data de Lançamento
1	Ensino do Português	junho 10
2	Economia Portuguesa, As Últimas Décadas	junho 10
3	Portugal: os Números	junho 10
4	Justiça Fiscal	setembro 10
5	Difícil É Educá-los	outubro 10
6	Autoridade	outubro 10
7	Propriedade Privada: Entre o Privilégio e a Liberdade	outubro 10
8	Filosofia em Directo	janeiro 11
9	Segurança Social	janeiro 11
10	A Ciência em Portugal	janeiro 11
11	Economia, Moral e Política	abril 11
12	Discriminação da Terceira Idade	abril 11
13	Corrupção	abril 11
14	Portugal e o Mar	abril 11
15	Sondagens, Eleições e Opinião Pública	maio 11
16	A Televisão e o Serviço Público	julho 11
17	Os Atrasos da Justiça	julho 11
18	A Morte	julho 11
19	Ensaio Respublicano	setembro 11
20	O Governo da Justiça	setembro 11
21	Liberdade e Informação	setembro 11
22	A Nova Medicina	janeiro 12
23	Classe Média: Ascensão e declínio	janeiro 12
24	Portugal: Dívida pública e o défice democrático	janeiro 12
25	Forças Armadas em Portugal	maio 12
26	O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa	maio 12
27	Matemática em Portugal: Uma questão de educação	maio 12
28	O Ensino da História	outubro 12
29	Portugal, Portugueses: Uma identidade nacional	outubro 12
30	A Crise, a Família e a Crise da Família	outubro 12
31	O Trabalho: Uma visão de mercado	janeiro 13
32	O Futuro do Estado Social	janeiro 13
33	Pela Sua Saúde	janeiro 13
34	Liberdade de Expressão em Tribunal	maio 13
35	Sobre a Morte e o Morrer	maio 13

N.º	Título	Data de Lançamento
36	A Sexualidade dos Portugueses	maio 13
37	Os Investimentos Públicos em Portugal	outubro 13
38	Parcerias Público-Privadas	outubro 13
39	Portugal e a Europa: Os números	outubro 13
40	A Identidade Cultural Europeia	dezembro 13
41	Economia Paralela	janeiro 14
42	O Futuro da Floresta em Portugal	janeiro 14
43	Educação e Liberdade de Escolha	janeiro 14
44	Sons e Silêncio da Paisagem Sonora Portuguesa	maio 14
45	Migrações e Cidadania	maio 14
46	O Cancro	maio 14
47	Os Portugueses e o Mundo	outubro 14
48	Pseudociência	outubro 14
49	Sociedade Civil	outubro 14
50	Confiança nas Instituições Políticas	janeiro 15
51	Ética com Razões	janeiro 15
52	Crianças e Famílias num Portugal em Mudança	maio 15
53	A Agricultura Portuguesa	maio 15
54	O Parlamento Português	maio 15
55	Adolescentes	setembro 15
56	Política Externa Portuguesa	setembro 15
57	O Dinheiro	setembro 15
58	Rússia e Europa: Uma parte do todo	janeiro 16
59	Portugal e o Espaço	janeiro 16
60	Política e Entretenimento	janeiro 16
61	O Futuro da União Europeia	maio 16
62	Portugal e o Atlântico	maio 16
63	Turismo em Portugal	maio 16
64	A Democracia na Europa	agosto 16
65	Pessoas com Deficiência em Portugal	agosto 16
66	Ambiente em Portugal	agosto 16
67	O Valor da Arte	outubro 16
68	Crise e Crises em Portugal	outubro 16
69	Portugal, Um Perfil Histórico	outubro 16
70	Portugal: Paisagem rural	janeiro 17
71	Portugal e o Comércio Internacional	janeiro 17
72	Euro e o Crescimento Económico	janeiro 17
73	Os Exportadores Portugueses	maio 17
74	Partidos e Sistemas Partidários	maio 17
75	O Sistema Político Português	maio 17

N.º Título	Data de Lançamento
76 Futebol: O estádio global	setembro 17
77 A Universidade como Deve Ser	setembro 17
78 O Ensino Superior em Portugal	setembro 17
79 Qualidade da Democracia em Portugal	janeiro 18
80 Hiperatividade e Défice de Atenção	janeiro 18
81 Nós e os Outros: O poder dos laços sociais	janeiro 18
82 A Saúde Mental dos Portugueses	maio 18
83 As Pescas em Portugal	maio 18
84 Cinema e História: Aventuras narrativas	maio 18
85 Envelhecimento e Políticas de Saúde	setembro 18
86 Desperdício Alimentar	setembro 18
87 Ditadura e Democracia: Legados da memória	setembro 18
88 Prevenir Doenças e Conservar a Saúde	janeiro 19
89 A Energia em Portugal	janeiro 19
90 Inteligência Artificial	janeiro 19
91 Eleições na União Europeia	abril 19
92 Administração Pública Portuguesa	abril 19
93 Religião em Sociedade Portuguesa	abril 19
94 A Europa não É Um País Estrangeiro	junho 19
95 Pode Portugal Ter Uma Estratégia?	junho 19
96 Criminalidade e Segurança	setembro 19
97 As Plantas e os Portugueses: Património, tradição e cultura	setembro 19
98 Saúde Digital: Um sistema de saúde para o século ^{xxi}	setembro 19
99 A Habitação Apoiada em Portugal	janeiro 20
100 Património Cultural: Realidade viva	janeiro 20
101 Ferrovia em Portugal: Passado, presente e futuro	janeiro 20
102 E Se Eu não Puder Decidir? Saber escolher no final da vida	maio 20
103 Cuidado Paliativos: Conheça-os melhor	maio 20
104 O Mundo de Amanhã: Geopolítica contemporânea	maio 20
105 Adolescentes: As suas vidas, o seu futuro	setembro 20
106 <i>Jobs for the Boys?</i> Nomeações para a Administração Pública	setembro 20
107 Hábitos Alimentares dos Portugueses	setembro 20
108 Os Incêndios Florestais em Portugal	janeiro 21
109 Descentralização e Poder Local em Portugal	janeiro 21
110 O Regresso das Ditaduras?	janeiro 21
111 Alterações Climáticas	maio 21
112 Racismo Hoje: Portugal em contexto europeu	maio 21
113 Sexualidade e Reprodução em Portugal: Os tempos da pandemia	maio 21
114 Riscos Globais e Biodiversidade	setembro 21
115 Lisboa em Metamorfose	setembro 21

N.º	Título	Data de Lançamento
116	A Democracia Local em Portugal	setembro 21
117	Economia Azul	janeiro 22
118	Economia Portuguesa: As últimas décadas (edição revista)	janeiro 22
119	Governo de Portugal	janeiro 22
120	Galiza: Terra irmã de Portugal	maio 22
121	O Universo: Do Big Bang aos buracos negros	maio 22
122	Portos em Portugal	maio 22
123	Proteção Social no Portugal Democrático: Trajetórias de reforma	agosto 22
124	Oceano de Plástico	agosto 22
125	Portugal-Brasil: Encontros e desencontros	agosto 22
126	Mente, Cérebro e Educação	janeiro 23
127	O Lixo em Portugal	janeiro 23
128	Sociedade de Consumo e Consumidores em Portugal	janeiro 23
129	Direitos Humanos	maio 23
130	Saúde e Hospitais Privados em Portugal	maio 23
131	Os Algoritmos e Nós	maio 23
132	O Compadrio em Portugal	setembro 23
133	Economia da Educação: Um olhar sobre o sistema de ensino português	setembro 23
134	Desertificação em Portugal	setembro 23
135	Direitos Fundamentais para o Universo Digital	janeiro 24
136	Preconceito e Discriminação	janeiro 24
137	Património à Solta	janeiro 24
138	Água em Portugal	maio 24
139	O Sono dos Portugueses	maio 24
140	Património Alimentar de Portugal	maio 24
141	Cibersegurança	setembro 24
142	Psicadélicos em Português	setembro 24
143	Quem Cuidará de Mim? Problemáticas em torno dos cuidados (in) formais	setembro 24

Lista dos Retratos da Fundação, 2014–2024

N.º	Título	Data de Lançamento
1	Prematuros	maio 14
2	Portugal em Ruínas	maio 14
3	Longe do Mar	maio 14
4	Portugal de Perto	outubro 14
5	Terra Firme	outubro 14
6	Na Urgência	outubro 14
7	Malditos, Histórias de Homens e de Lobos	março 15
8	Aleluia	março 15
9	Atelier	março 15
10	A Escola	maio 15
11	Os Últimos Marinheiros	maio 15
12	A Porteira, a <i>Madame</i> e Outras Histórias de Portugueses em França	maio 15
13	Telenovelas, Indústria e Cultura, Lda.	janeiro 16
14	Alentejo Prometido	fevereiro 16
15	Esquadra de Polícia	fevereiro 16
16	Arigato, Eu	maio 16
17	Raízes: O campo na cidade	maio 16
18	Movimento Perpétuo: Histórias das migrações portuguesas	maio 16
19	Guardas de Passagem de Nível	fevereiro 17
20	Em Nome da Filha	fevereiro 17
21	Hotel: Os bastidores	fevereiro 17
22	Peregrinos	abril 17
23	Vale a <i>Pena</i> ? Conversas com escritores	maio 17
24	Trás-os-Montes, o Nordeste	maio 17
25	Ajudar a Cair	setembro 17
26	Porto: Última estação	setembro 17
27	Turista Infiltrado	setembro 17
28	Terapias, Energias e Outras Fantasia	fevereiro 18
29	Filhos da Químio	fevereiro 18
30	Com a Devida Vénia: Diários dos tribunais	fevereiro 18
31	No Centro do Poder: Governo e Administração Pública em Portugal	maio 18
32	Da Costa: Praias e montes da Caparica	maio 18
33	Vida de Prisão	maio 18
34	Ainda aqui Estou	setembro 18
35	Viver da Morte	setembro 18

N.º	Título	Data de Lançamento
36	Cientistas Portugueses	fevereiro 19
37	Arquive-se	fevereiro 19
38	Efeito Marcelo: O comentário político na televisão	fevereiro 19
39	Quinas e Castelos: Sinais de Portugal	maio 19
40	O Macaco Bêbedo Foi à Ópera: Da embriaguez à civilização	maio 19
41	Vila Medieval	maio 19
42	Que Nós Estamos Aqui: 12 passos para a recuperação	janeiro 20
43	Prisões	janeiro 20
44	Cobras, Lagartos e Baratas: Os melhores amigos do Homem?	janeiro 20
45	Os Pombos da Senhora Alice: Envelhecer em Portugal	maio 20
46	Quanto Tempo Tem Um Dia: Experiências da maternidade	maio 20
47	Cidade Suspensa: Lisboa em estado de emergência	junho 20
48	Culatra: Uma ilha com gente dentro	agosto 20
49	Regras de Isolamento: Vida ao redor do centro	agosto 20
50	45 Anos de Combate à Corrupção	janeiro 21
51	Quando as Escolas Fecharam: Cadernos de pandemia	janeiro 21
52	A Blogosfera Portuguesa: Da <i>Coluna Infame</i> ao ocaso de uma era	janeiro 21
53	Museus de Lisboa	maio 21
54	Adoção Tardia	maio 21
55	Os Homens também Choram: Histórias da nova masculinidade	maio 21
56	Homens sem Coração	setembro 21
57	Ilhas da Ria de Aveiro	setembro 21
58	Em Que Posso Ser Útil?	setembro 21
59	Campo dos Bargos: O futebol ou a recuperação semanal da infância	fevereiro 22
60	Vamos ao Teatro	fevereiro 22
61	As Invisíveis: Histórias sobre o trabalho da limpeza	fevereiro 22
62	Ama o Precipício: Viagem à Mata Nacional do Buçaco	maio 22
63	Ser Ator em Portugal	maio 22
64	Mandem Saudades: Uma longínqua história de emigração	maio 22
65	Avieiros, hoje	agosto 22
66	A Religião dos Livros: Alfarrabistas, livrarias e livreiros	agosto 22
67	Castro Laboreiro: Entre brandas e inverneiras	agosto 22
68	Jénifer, ou a Princesa da França: As ilhas (realmente) desconhecidas	fevereiro 23
69	O Homem Que Via no Escuro: A Lisboa de Bruno Candé	fevereiro 23
70	Viver Só	fevereiro 23
71	O Meu Treinador e Outras Vivências do Desporto de Alto Rendimento	setembro 23
72	Algoritmos: Uma revolução em curso	setembro 23
73	Martim Moniz: Como o desentalar e passar a admirar	setembro 23
74	A Biblioteca: Uma Segunda Casa	fevereiro 24
75	Revolução Inacabada: O que não mudou com o 25 de Abril	fevereiro 24

N.º Título	Data de Lançamento
76 Um Dedo Borrado de Tinta: Histórias de quem não pôde aprender a ler	fevereiro 24
77 Mulheres Refugiadas em Portugal: De casa para um lugar qualquer	maio 24
78 A Morrer ou a Viver? Histórias de cuidados paliativos	maio 24
79 Eles Que Nos Levam: Histórias de motoristas de transportes públicos	maio 24
80 Mulheres Refugiadas em Portugal: De casa para um lugar qualquer (nova edição)	julho 24
81 Ruído: Lisboa, uma cidade que não se cala	setembro 24
82 Dependência Digital	setembro 24
83 Marcas Que Fazem Portugal	setembro 24

XIV.

Lista de Outros Livros da Fundação, 2014–2024

N.º Título	Data de Lançamento
1 O Futuro da Ficção	novembro 12
2 Alterações Globais: Os desafios e os riscos presentes e futuros	outubro 12
3 Uma Cultura da Informação para o Universo Digital	outubro 12
4 Os Portugueses em 2030	março 13
5 Alfabetizar em Democracia	setembro 13
6 Portugal e a Europa: Novas cidadanias	novembro 13
7 Inovação em Portugal	novembro 13
8 A Sala de Aula	março 14
9 Diários de Uma Sala de Aula	março 14
10 Portugal Europeu: E agora?	março 14
11 A Criança, a Família e o Direito	junho 14
12 Limites da Ciência	julho 14
13 À Procura da Liberdade: Uma antologia	outubro 14
14 Crise e Castigo	maio 16
15 Praxe e Tradições Académicas	outubro 16
16 Crise e Castigo e o Dia Seguinte	outubro 19
17 Coleção os Portugueses	fevereiro 20
18 Por onde Vai a Banca em Portugal?	julho 20
19 As Plantas e a Alimentação Mundial	novembro 20

N.º	Título	Data de Lançamento
20	Coleção 10 anos da Fundação: Pensar o tempo comum	fevereiro 21
21	Limites da Ciência (2.ª edição)	abril 21
22	Artur Pastor	outubro 21
23	Verdes Anos: Retratos de juventude	outubro 21
24	Populismos: Lá fora e cá dentro	abril 22
25	Paisagem Portuguesa	outubro 22
26	Ensino Superior e Desenvolvimento	abril 23
27	Literacia Alimentar: Decisão informada	maio 23
28	Alimentação e Nutrição nos Primeiros 1000 Dias de Vida	maio 23
29	Obesidade: Uma questão de peso?	Maio 23
30	As Dietas da Moda: Impactos clínicos	maio 23
31	Alimentos de Hoje	maio 23
33	E depois da Revolução: Cinco décadas de democracia	outubro 23
34	Portugal na Idade do Gelo	novembro 23
35	Movimento e Brincadeira nos Primeiros Anos de Vida	maio 24
36	O Que é Um Estilo de Vida Ativo?	maio 24
37	Atividade Física na Pessoa Idosa	maio 24
38	Atividade Física e Saúde Mental	maio 24
39	Motivações para Uma Vida Ativa	maio 24
40	Portugal 1974-1975: Revolução, contrarrevolução e democracia	maio 24
41	Constituição: Os limites da política, 1822-1976	outubro 24
42	Emblemas de Portugal	novembro 24

A Equipa da Fundação em 2024





ffms.pt



15 ANOS